



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

MARLON KAUÃ SILVA CARDOSO

**A DENDEICULTURA EM IGARAPÉ-AÇU/PARÁ: UM OLHAR SOBRE AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO QUE TIPIFICAM O TRABALHADOR RURAL NA  
AGROINDUSTRIAL PALMASA**

BELÉM-PA  
2024

MARLON KAUÃ SILVA CARDOSO

**A DENDEICULTURA EM IGARAPÉ-AÇU/PARÁ: UM OLHAR SOBRE AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO QUE TIPIFICAM O TRABALHADOR RURAL NA  
AGROINDUSTRIAL PALMASA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Sociologia.

Linha de pesquisa: Ações pública e coletiva, território e ambiente.

Orientadora: Profa. Dr. Tânia Guimarães Ribeiro.

BELÉM-PA

2024

**A DENDEICULTURA EM IGARAPÉ-AÇU/PARÁ: UM OLHAR SOBRE AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO QUE TIPIFICAM O TRABALHADOR RURAL NA  
AGROINDUSTRIAL PALMASA**

**MARLON KAUÃ SILVA CARDOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da  
Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Sociologia.

Linha de pesquisa: Ações pública e coletiva, território e ambiente.

Orientadora: Profa. Dr. Tânia Guimarães Ribeiro.

Apresentado em:

Banca examinadora:

Dra. Tânia Guimarães Ribeiro

Prof. Dr. (PPGSA-UFPA)

Orientador

Dr. Carlos Freire Da Silva

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (PPGSA-UFPA)

Examinador interno

Dra. Dalva Maria Da Mota

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (PPGAA-UFPA)

Examinadora externa

Ilustrações elaboradas por Nonato Sousa Gonçalves, 2023.

Capítulo 1: “Mapa do município de Igarapé-açu”.

Capítulo 2: “Mapa que ilustra o trajeto social dos japoneses do japão até Igarapé-açu”.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C268d Cardoso, Marlon Kauã Silva.

A dendeicultura em Igarapé-Açu/Pará : um olhar sobre as relações de trabalho que tipificam o trabalhador rural na agroindustrial Palmasa / Marlon Kauã Silva Cardoso. — 2024.  
192 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de  
PósGraduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2024.

1. Dendeicultura. 2. Trabalho Rural. 3. Boia-fria. 4.  
Nordeste do Pará. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 301

---

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Manoel Lima Cardoso e Ana Claudia Silva Cardoso pelo apoio e incentivo, afetivo e material, sobretudo em meu primeiro ano de mestrado onde, por falta de bolsa, realizei meus estudos como muita dificuldade. Agradeço também minha orientadora, professora Tânia Guimarães Ribeiro, pelo apoio, compreensão, e acolhimento fraterno antes mesmo de meu ingresso ao Programa de Pós Graduação de Sociologia e Antropologia. Agradeço também meus amigos e amigas Fernanda e Cláudia, Leonardo Figueiredo, João Paulo, Paulo Marcelo, Italo Leite, entre tantos outros, por tornarem esse processo mais leve.

Dedico esta dissertação aos meus pais, Ana Claudia Silva Cardoso e Manoel Lima Cardoso pelo apoio afetivo nos momentos de extremas dificuldades pessoais, aos meu amigos Ramon Pinheiro e Fabrícia Solano pela ajuda material e fraterna em Belém, à minha orientadora Tânia Guimarães Ribeiro por ter me aceitado e acolhido de forma fraterna antes mesmo de minha aprovação no mestrado e não ter largado minha mão durante este doloroso processo chamado pós graduação, às minhas amigas de turma Fernanda e Claudia pelo apoio e incentivo dentro e fora da sala de aula, ao meu amigo e camarada de produções científicas Leonardo Figueiredo pelo diálogo crítico e incentivo, aos boias-frias pela paciência e comprometimento com a minha pesquisa, *in memoriam* do meu tio Paulo Henrique minha inspiração humana e profissional, *in memoriam* da minha avó, Dona Alice pelo seu frenético incentivo aos meus estudos.

“O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida em luta. Ela aparece em Marx como a última classe escravizada, como a classe vingadora, que, em nome de gerações de vencidos, leva até o fim a obra de libertação” (Walter Benjamin, Teses sobre filosofia da história).

“Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem mundial até então existente, ele apenas revela o mistério de sua própria existência, uma vez que ele é a dissolução fática dessa ordem mundial” (Karl Marx, Crítica da filosofia do direito de Hegel).

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações de trabalho que tipificam os trabalhadores rurais na agroindústria do dendê em Igarapé-Açu, notadamente analisando a Agroindustrial Palmasa. A agroindústria do dendê, em nível macropolítico, foi territorializada no nordeste paraense através das ações estatais desenvolvimentistas nos governos civis-militares nos anos 1960, planejadas pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e, tem novo impulso com o neodesenvolvimentismo dos anos 2000, associada ao desenvolvimento sustentável, através do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) e do Programa Sustentável de Óleo da Palma (PSOP). Estes desembocaram em projetos de integração, para a obtenção do Selo do Combustível Social (SCS), entre produtores do dendê e agricultores familiares em municípios do nordeste paraense. Através de metodologia de natureza qualitativa, aliando dados de entrevistas, bibliográfico e quantitativos verificamos que as políticas públicas mais recentes não abrangeram as atividades econômicas da Agroindustrial Palmasa, em Igarapé-Açu. Na região predominam contratos, mas apenas de compra e venda, relação associativa, entre médios/grandes produtores rurais de dendê e a própria empresa. Dessa forma, as relações diretas entre classes gravitam entre médios/grandes fazendeiros e boias-frias responsáveis pelo trabalho nas lavouras.

palavras-chaves: Dendeicultura; Trabalho Rural; Boia-fria; Nordeste do Pará; Amazônia

## ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the work relationships that characterize rural workers in the palm oil agroindustry in Igarapé-Açu, notably analyzing Agroindustrial Palmasa. The palm oil agroindustry, at a macropolitical level, was territorialized in the northeast of Pará through state developmental actions in civil-military governments in the 1960s, planned by the Superintendence for Economic Valorization of the Amazon (SPVEA) and the Superintendency for the Development of the Amazon (SUDAM), and, it has a new impulse with the neo-developmentalism of the 2000s, associated with sustainable development, through the National Biodiesel Production Program (PNPB) and the Sustainable Palm Oil Program (PSOP). These led to integration projects, to obtain the Social Fuel Seal (SCS), between palm oil producers and family farmers in municipalities in the northeast of Pará. Through qualitative methodology, combining interview, bibliographic and quantitative data, we verified that the most recent public policies did not cover the economic activities of Agroindustrial Palmasa, in Igarapé-Açu. In the region, contracts predominate, but only for purchase and sale, an associative relationship, between medium/large rural palm oil producers and the company itself. In this way, direct relations between classes gravitate between medium/large farmers and farm workers responsible for working on the farms.

Oil palm farming; Rural Work; Boia-fria. Northeast of Pará; Amazon.

## **RESUMEN**

El objetivo de esta investigación fue analizar las relaciones de trabajo que caracterizan a los trabajadores rurales de la agroindustria de palma aceitera en Igarapé-Açu, analizando particularmente Agroindustrial Palmasa. La agroindustria de la palma aceitera, a nivel macropolítico, fue territorializada en el noreste de Pará a través de acciones estatales de desarrollo en gobiernos cívico-militares de la década de 1960, planificadas por la Superintendencia para la Valorización Económica de la Amazonía (SPVEA) y la Superintendencia para el Desarrollo de la Amazonía. Amazonía (SUDAM), y, tiene un nuevo impulso con el neodesarrollismo de los años 2000, asociado al desarrollo sostenible, a través del Programa Nacional de Producción de Biodiesel (PNPB) y el Programa de Palma Sostenible (PSOP). Estos derivaron en proyectos de integración, para la obtención del Sello Combustible Social (SCS), entre productores de aceite de palma y agricultores familiares de municipios del noreste de Pará. A través de metodología cualitativa, combinando entrevistas, datos bibliográficos y cuantitativos, verificamos que las políticas públicas más recientes no cubrieron las actividades económicas de Agroindustrial Palmasa, en Igarapé-Açu. En la región predominan los contratos, pero sólo de compra y venta, una relación asociativa, entre medianos/grandes productores rurales de aceite de palma y la propia empresa. De esta manera, las relaciones directas entre clases gravitan entre medianos/grandes agricultores y trabajadores agrícolas responsables de trabajar en las fincas.

Cultivo de palma aceitera; Trabajo Rural; Boia-fría. Noreste de Pará; Amazonas.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Empresas dendeicultoras no estado do Pará (2015)	38
Mapa 2 – Empresas dendeícolas no nordeste paraense (2019)	40
Mapa 3 – Mapa do município de Igarapé-Açu (2023)	43
Mapa 4 – Mapa que ilustra o trajeto social dos japoneses do Japão até Igarapé-Açu	49

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Fluxograma da relação associativa entre produtores rurais e Palmasa (2023)	87
Imagem 2 – Boia-fria cortando cachos de dendê utilizando sacho (2023)	108
Imagem 3 – Cachos de dendê retirados com sacho e com foice (2023)	109
Imagem 4 – Foices utilizadas para cortar o dendê na parte de cima da palmeira (2023)	111
Imagem 5 – Trator responsável pela roçagem com eixo cardan acoplado (2023)	122
Imagem 6 – Trator responsável pela adubação com adubadeira acoplada (2023)	126
Imagem 7 – Trabalhador, do corte do dendê, segurando sacho (2023)	129
Imagem 8 – “Caixa” com dendê e “caixeiro” (trabalhador responsável pela organização dos cachos de dendê (2023)	133

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas antropizadas propícias ao desenvolvimento do dendê em Igarapé-açu, segundo o APPT (2023)	35
Quadro 2 - Organização das agroindústrias de dendê no Pará, conforme região e natureza organizativa (2023)	37
Quadro 3 – Perfil socioeconômico dos japoneses imigrantes que trouxeram dendê para Igarapé-Açu (2023)	45-47
Quadro 4 – Perfil socioeconômico dos produtores rurais de Igarapé-Açu (2023)	88-89
Quadro 5 – Perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais contratados pelos produtores rurais (2023)	103
Quadro 6 – Perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais contratados pela Agrocomercial Marajoára Ltda (Palmasa) (2023)	105
Quadro 7 - Modalidades de trabalho nos plantios de dendê da Palmasa (2023)	116

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dendê/área destinada à colheita (unidade: ha) e culturas não permanentes/área plantada (unidade: ha) em Igarapé-Açu/Pa

95

Gráfico 2 – Dendê/área destinada à colheitas (unidade: ha) e culturas permanentes/área destinada à colheita (unidade: ha) em Igarapé-Açu/Pa

96

## **LISTA DE TABELAS DA VERDADE**

Tabela da verdade 1 – Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê dos Produtores Rurais (PR) e da Agrocomercial Marajoara Ltda (AML) em Igarapé-Açu/Pa	94
Tabela da verdade 2 – Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê dos produtores rurais (segundo os próprios produtores e trabalhadores rurais)	140
Tabela da verdade 3 – Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê da Agrocomercial Marajoara Lda (aml) em Igarapé-Açu/Pa (segundo o dono da empresa e os trabalhadores)	143
Tabela da verdade 4 – Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê da Agrocomercial Marajoara Mtda (AML) em Igarapé-Açu/Pa (segundo o dono da empresa e os trabalhadores)	145-146

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAA – Associação Bujarense de Agricultores e Agricultoras

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

APPT – Arco de Produção da Palma Cultivares Tenera

ASPRUNE – Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperação

AML – Agrocomercial Marajoara Ltda

AMORACAP – Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria

AF – Amarelamento Fatal

EPIS – Equipamentos de Proteção Individual

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FPP - Frente Parlamentar da Palma

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IROH - Instituto de Pesquisa de Petróleos e Sementes oleaginosas

KIRK – Federação de Associações de Províncias Japonesa

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEP – Nordeste do estado do Pará

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPB – Programa Nacional de Produção do Biodiesel

PSOP – Programa Sustentável de Óleo de Palma

PEA – População Economicamente Ativa

PEI – População Economicamente Inativa

PR – Produtores Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCS – Selo Combustível Social

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

ZAE – Zoneamento Agroecológico

ZONDENDÊ – Zoneamento Agroecológico da Cultura do Dendê

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 UM BREVE HISTÓRICO DA EXPANSÃO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE E EM IGARAPÉ-AÇU/PA</b> .....	26
<b>1. 1 A dendeicultura enquanto projeto de Estado na Amazônia paraense. O papel da tecnoburocacia no planejamento do dendê</b> .....	26
<b>1. 2 A dendeicultura no nordeste paraense impulsionada pela lógica do biodiesel</b> .....	32
<b>1. 3 A Chegada da agroindústria do dendê em Igarapé-Açu</b> .....	41
<b>1. 3. 1. A imigração japonesa em Igarapé-Açu</b> .....	43
<b>2 O TRABALHO NA AGRICULTURA POR INTEGRAÇÃO E ASSOCIAÇÃO</b> .....	54
<b>2.1 Capitalismo e trabalho rural: algumas considerações teóricas</b> .....	54
<b>2. 2 A dendeicultura e a agricultura por integração</b> .....	69
<b>2. 3 Agricultura por associação do dendê em Igarapé-Açu</b> .....	82
<b>3 UM OLHAR SOBRE O TRABALHO RURAL SOB A DENDEICULTURA EM IGARAPÉ-AÇU. O CASO DOS BOIAS-FRIAS</b> .....	98
<b>3.1 O porquê do conceito “boia-fria”. O perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais da agroindústria do dendê em Igarapé-Açu</b> .....	98
<b>3.2 Os boias-frias contratados pelos produtores rurais de dendê</b> .....	106
<b>3.3 Os boias-frias contratados pela própria Palmasa</b> .....	114
<b>3. 4 Os boias-frias sob agricultura por associação: um balanço sociológico</b> .....	136
<b>4 Conclusão</b> .....	149
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153
<b>Apêndice A - Quadro com dados socioeconômicos brutos dos trabalhadores contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda</b> .....	161
<b>Apêndice B – dados socioeconômicos brutos dos trabalhadores contratados pelos produtores rurais</b> .....	165
<b>Apêndice C - Questionário e roteiro de entrevistas aplicados aos trabalhadores rurais da Agrocomercial Majora Ltda (Palmasa)</b> .....	171
<b>Apêndice D - Formulário e Questionário aplicado aos imigrantes japoneses</b> .....	176
<b>Apêndice E - Formulário e questionário aplicado aos produtores rurais</b> .....	179
<b>Apêndice F - Formulários e questionários aplicados aos trabalhadores rurais contratados pelos produtores rurais</b> .....	182
<b>Apêndice G - Questionário e Formulário aplicado especificamente para o produtor rural, um dos donos da Agrocomercial Marajora Ltda</b> .....	185
<b>Apêndice H - Termo de livre consentimento</b> .....	189

## 1 INTRODUÇÃO

A agroindústria do dendê, em nível macro e político, foi uma atividade econômica que passou pelo estímulo do Estado. Em um primeiro momento, através da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o dendê foi visto como uma alternativa econômica (geração de divisas), ambiental (reflorestamento), e social (com a integração dos agricultores familiares à cadeia de produção do dendê).

O segundo momento, relativo ao planejamento Estatal, ocorreu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o tripé – econômico, ambiental, e social – é reeditado sob o discurso neodesenvolvimentista do desenvolvimento sustentável, através de dois principais programas: o Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa Sustentável de Óleo da Palma (PSOP). Este último, em particular, introduziu o Selo do Combustível Social (SCS) como certificado que proporciona vantagens no mercado às agroindústrias de dendê que promoverem a integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê.

Do ponto de vista acadêmico, o SCS estimulou várias pesquisas sobre as relações de trabalhos envolvendo os agricultores familiares integrados aos empreendimentos do dendê no nordeste paraense em municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju<sup>1</sup>. Essas pesquisas buscaram problematizar sobretudo o grau de eficácia, eficiência, dos projetos de integração, levando em consideração a realidade social dos agricultores familiares.

No entanto, os textos sobre o projeto de integração, bem como o próprio projeto de integração de agricultores familiares à cadeia de produção do dendê, não abrangem o município de Igarapé-Açu – lócus de nossa pesquisa. Os imigrantes japoneses, responsáveis pela expansão da dendeicultura na localidade receberam incentivo do Estado através de linhas de créditos e assessoramento técnicos, mas não realizam projetos de integração com agricultores familiares. Os únicos tipos de contratos realizados são de compra e venda entre a única Agroindustrial de

---

<sup>1</sup> Pesquisas como de: Nascimento e Mota (2021); Ferreira (2016); Barros (2016); Carvalho (2016); Albuquerque, (2018); Silva (2015); Silva Santos, De farias e Do Canto Lopes (2020); Monteiro (2017); Sousa (2018); Saveedra (2017); Nhum e Santos (2013); Gemaque, Filho e Beltrão (2015); Nascimento e Mota (2021); ONG Repórter Brasi (2013); Corrêa (2016); Nahun e Dos Santos (2014).

expressão da cidade, a Palmasa, e os produtores rurais de dendê (cujo tamanho das propriedades varia de 100 ha à 7.000 ha de terras).

Por esse motivo, com base na premissa weberiana de relação associativa, buscaremos definir essa relação social entre empresa, médios e grandes produtores de dendê, como agricultura por associação na qual o processo de compra e venda de cachos é garantida por meio de contratos pactuados de forma verbalizada ou escrita, onde a tradição e o interesse pelo lucro se fazem presentes.

Essa relação associativa, contudo, têm por base processos de trabalhos no qual os protagonistas são os trabalhadores individuais, ou boias-frias, que laboram de forma temporária ou permanente, nas lavouras de dendê da própria Palmasa e dos produtores rurais que fornecem cachos de dendê para ela. Nossa pesquisa analisou o caso dos boias-frias permanentes, isto é, daqueles que trabalham durante o ano nas lavouras, e não apenas no período da safra.

Dessa forma, pela existência da agricultura por associação e inexistência da agricultura por integração em Igarapé-Açu, o presente estudo visa problematizar a dinâmica do trabalho rural desenvolvido para alimentar o processo produtivo da agroindustrial Palmasa, ou seja, questiona sobre quais as relações de trabalho tipificam os trabalhadores rurais sob influência da dendeicultura em Igarapé-Açu. Assim, nosso objetivo geral será analisar relações de trabalho que tipificam esses trabalhadores rurais na agroindustrial.

Todavia, apesar não existência da agricultura por integração, a presente proposta de pesquisa alinha-se com esses estudos que apontam a dendeicultura como uma atividade produtiva ambientalmente e socialmente insustentável na Amazônia. Nesse sentido, fizemos levantamentos bibliográficos nos repositórios de teses e dissertações da capes e da Universidade Federal do Pará (UFPA), através das palavras chaves “agronegócio e dendê”, bem como buscas no google acadêmico por artigos e relatórios sobre a temática.

Das 24 monografias achadas no repositório da UFPA, selecionamos 11 para a análise. Já na da capes, das 4.776, acabamos por selecionar 4, buscando dar ênfase para trabalhos produzidos por outras instituições. Em nossa busca pelo google acadêmico achamos 6 artigos sobre a temática, além de alguns relatórios produzidos pela ONG repórter Brasil.

Esse trabalho de pesquisa bibliográfica foi fundamental para o entendimento das ações estatais que planejaram a dendeicultura no nordeste paraense nos ajudando a entender as políticas públicas que desembocaram nos projetos de integração, mais recentes, entre dendê/agricultura familiar espalhados por municípios como São Domingos do Capim, Tomé-

Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju. Entender, portanto, os efeitos das agriculturas por integração.

Por outro lado, também realizamos um estudo teórico para auxiliar nosso entendimento sobre os arranjos produtivos presentes nas ruralidades em contexto de monoculturas do dendê. Entendemos o rural como, de um lado, espaço em que se estabelecem relações de classes entre burguesias rurais e proletariados rurais (Lênin, 1982; Silva, 1982) de força de trabalho braçais, sazonais própria da Amazônia (Ianni, 1979; Costa, 1995; Castro, 1999; Martins, 2001; Loureiro, 2019).

Também mobilizamos discussões teóricas que compreendem o rural em relação dialética com o urbano (Oliveira, 2003; Ianni, 1976; Queiroz, 1978), e também o rural como espaço de produção e reprodução do modo de vida econômico e político dos agricultores familiares (Chayanov, 1974, 1975, 2017; Abromovay, 1998; Wanderley, 2003) e, por fim, o rural como espaço diversificado em ruralidades, modos de vida distintos, dinâmicas sociais, culturais, economias e políticas distintas (Wanderley, 2000; Carneiro, 1998; Silva e Del Grossi, 2005; Laubstein, 2011) .

Outro eixo de discussão teórica refere-se a forma como compreendemos o trabalho rural nos plantios de dendê. Partimos da premissa marxista, também mencionada pela discussão decolonial de Quijano (2007), de que o capital articula diversas formas de trabalho – heterogêneas formas como trabalho escravo, peonagem, servidão, assalariamento – para sua acumulação (Marx, 1978, 2004, 2017).

Além de compreendermos o trabalho como algo diversificado quanto a sua forma, também trazemos para a pesquisa a discussão das ciências sociais, na década de 80, sobre os boias-frias. Esses trabalhadores, como lembra D’Incao e Mello (1976) e Ianni (2004), possuem seu local de trabalho nas lavouras incertos, são trabalhadores temporários, e realizam, na maioria dos casos, trabalhos braçais, além de não possuírem organização sindical.

Outras tipologias de boias-frias, também em contexto de monocultura em São Paulo, são elaboradas por Silva (1980), a saber: o boia-fria permanente, como sendo o trabalhador responsável pelos trabalhos braçais, anualmente, dependentes dos salários da agricultura; o boia-fria temporário, relacionado ao trabalhador dos períodos da safra; e, por fim, os boias-frias não temporários contratados esporadicamente para ajudar no trabalho nas lavouras. Essas

tipologias, elaborados por Silva (1980), foram fundamentais para a interpretação e tipificação sociológica dos trabalhadores assalariados nos plantios de dendê.

A pesquisa de campo, com formulários semiestruturados, por sua vez, nos ajudou no entendimento do processo histórico, a luz da memória dos imigrantes que trouxeram o dendê para a região, da expansão da palma no município. Por outro lado, as entrevistas também nos auxiliaram na percepção dos aspectos qualitativos que tornaram possível, concretamente, a tipificar a atividade dos trabalhadores das lavouras do dendê, e que, sociologicamente, nos levaram a considerá-los como grupos sociais com características semelhantes a dos como boias-frias dos canaviais paulistas, e de plantações de amendoins, de algodão e de milho na região de Alto Sorocaba, em São Paulo, bastante estudado pelas ciências sociais entre as décadas de 70/80. Ou seja, o reaparecimento de velhas questões, dessa vez na Amazônia, sobre o trabalho na grande lavoura.

Assim realizamos questionários e entrevistas fechadas para caracterizar o perfil socioeconômico dos boias-frias contratados pelos produtores rurais com relação associativa com a Agroindustrial Palmasa e os trabalhadores contratados pela própria empresa. Entrevistas e questionários fechados são aqueles que limitam as respostas às alternativas apresentadas. São padronizados, de fácil aplicação, e analisáveis de maneira rápida. Por outro lado, uma de suas desvantagens é que as pessoas limitam suas respostas às alternativas apresentadas, mesmo quando há outras formas de emitir opiniões e pensamentos (Goldenber, 2004, p. 86).

Por isso, diante destas limitações, também realizamos entrevistas semiestruturadas com os produtores rurais, com um dos donos da Palmasa, e com os trabalhadores, tanto contratados pela primeira quanto pela segunda, para entendermos os aspectos qualitativos que tipificam a situação concreta dos boias-frias permanentes do dendê. Entrevistas e questionários abertos não são limitados pelas alternativas apresentadas, o entrevistado fala o que quer de forma livre sobre o tema proposto. No entanto, a análise desses dados torna-se mais difícil pela sua não padronização (Goldeber, 2004, 86).

A pesquisa, de modo geral, é uma continuidade com os estudos iniciados em 2021, ainda na graduação, em ciências sociais e se estendeu até final do ano de 2023, já no mestrado. Contudo, pretendeu-se realizar uma pesquisa mais aprofundada, bem como, tornando mais complexa a questão que embasa a dissertação. Assim, nosso grupo social estudado foram os trabalhadores rurais, boias-frias permanentes, contratados como força de trabalho para laborar nos plantios de produtores rurais e nos plantios de dendê da própria Palmasa.

Aplicamos o total de 18 questionários aos trabalhadores contratados pelos produtores rurais associados à Palmasa, destes entrevistamos 7. Por outro lado, aplicamos questionários e realizamos 11 entrevistas com os boias-frias contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda (empresa que administra as terras da Palmasa). Vale ressaltar que os questionários e as entrevistas foram realizados no local de trabalho dos boias-frias contratados pela Palmasa e na casa dos trabalhadores contratados pelos produtores rurais. Essa dissonância entre tempo/espaço de pesquisa, ocorreu sobretudo porque a primeira fase deste estudo foi realizada ainda em minha graduação nas ciências sociais, de caráter experimental, e a última no mestrado, com uma consistência teórica/metodológica já bem delimitada.

Portanto, a realização dos questionários e das próprias entrevistas tiveram alguns percalços, próprios de uma pesquisa em continuidade, que merecem ser mencionados, como por exemplo: de um lado, dissonâncias entre o tempo de pesquisa de um grupo social, boias-frias contratados pelos produtores rurais, e boias-frias contratados pela própria Palmasa.

A motivação para este estudo ocorreu ainda no período da minha graduação, entre fevereiro de 2020 e abril de 2021. Essa primeira etapa da pesquisa, ainda de caráter exploratório, foi fundamental para o primeiro contato com o campo de pesquisa. Nos permitiu direcionar o nosso olhar para os trabalhadores rurais dos plantios de dendê e mobilizar questões que, no mestrado, foram aprofundadas e analisadas com objetivos delineados de forma mais consistente e com a metodologia adequada.

Com isso, buscando organizar os achados qualitativos obtidos em campo, referentes aos aspectos concretos que ajudam a tipificar os boias-frias sob influência do dendê em Igarapé-Açu, organizamos tabelas da verdade. O método da tabela da verdade consiste em dar o nome a uma multiplicidade de coisas sempre sugerindo que essas multiplicidades de coisas se relacionem de alguma maneira. A tabela da verdade é uma forma de classificação qualitativa de dados. Em sua versão na matemática é chamado de "combinatório" e em sua versão lógica é conhecida como "tabela da verdade". A ideia dessa tabela é combinar e organizar, de maneira lógica, o que a pesquisa já aponta (Becker, 2008, p. 128).

A tabela da verdade de Howard Becker possui variações, como a tabela da obra de arte, reproduzida de forma mais ou menos similar, em nossa pesquisa. Essa tabela da verdade das obras de arte, baseada em Arthur Danto, filósofo e crítico de arte, começa dando "predicados" a um objeto, a uma coisa, no objetivo de lhe atribuir características múltiplas. Por exemplo, um

ovo, na tabela de obra de arte pode ser retratado como cozido ou frito, isto é, por dois predicados diferentes, mas sobre um mesmo objeto (Becker, 2008).

Em nosso caso, fizemos uma tabela da verdade dando sentidos figurativos para os aspectos qualitativos achados nas entrevistas com os trabalhadores, produtores, e o dono da Palmasa, mas sempre referentes ao nosso objeto de estudo, a saber: o trabalho rural dos boias-frias. Assim, temos os seguintes nomes figurativos (criados por nós com base nas entrevistas obtidas em pesquisa de campo): para os boias-frias contratados por produtores rurais, "trabalhadores (PR)", e para os boias-frias contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda (Palmasa), o de "trabalhadores (AML)"; além disso, aos produtores rurais atribuímos o "figurativo (PR)", e ao dono da empresa denominamos pelo "figurativo (AML)". Depois disso, cruzamos e comparamos, em tabelas da verdade, os aspectos qualitativos destacados nas entrevistas para que, a partir disso, pudéssemos entender a dimensão concreta que tipifica os trabalhadores rurais da parte agrícola da agroindustrial Palmasa.

Essa dificuldade, produzida pela dissonância entre o tempo de pesquisa na graduação, de caráter exploratório, e o tempo de pesquisa na pós-graduação, foi contornada com as tabelas da verdade. Uma outra dissonância refere-se ao campo da pesquisa. Os dados coletados com os boias-frias contratados pelos produtores rurais, foram obtidos com entrevistas realizadas na casa desses trabalhadores. Essa não presença no campo, local de trabalho, propriamente dito, ocorreu sobretudo pela dificuldade de obter a autorização dos produtores rurais, responsáveis pela contratação da força de trabalho, para meu ingresso no campo de pesquisa.

Por outro lado, a nossa pesquisa com os boias-frias contratados pela Palmasa foi realizada através de uma imersão no campo de pesquisa, entre setembro de 2023 e dezembro de 2023, já no mestrado. As dificuldades foram bem menores se comparadas à primeira etapa da pesquisa. Nossa entrada foi autorizada pela Agrocomercial Marajoara Ltda, empresa que administra as terras da Palmasa, e, com isso, conseguimos realizar entrevistas, observar a dinâmica de trabalho, fazer registros fotográficos, ou seja, conseguimos fazer nossa imersão no campo de pesquisa.

Nossa ida ao campo foi sempre acompanhada por um supervisor da Agrocomercial Marajoara Ltda, em carro da empresa. Ele era o responsável pelo meu deslocamento entre os pontos que os trabalhadores se encontravam. Entretanto vale ressaltar que o supervisor não intervinha em minha pesquisa, eu procurava, sempre que possível, conversar com os

trabalhadores em um local silencioso, nos plantios, para tentar extrair informações sem interferências externas à conversa com os interlocutores.

Os trabalhadores, contratados pela Palmasa, são organizados pelo o que eles chamam de “equipes”. Existe a equipe da fotissandiade, a equipe da roçagem, a equipe da adubação, a equipe do corte e da coleta. Assim, em horários e dias alternados me preparava para conversar com dois trabalhadores de cada equipe, de cada atividade produtiva, sempre no início ou nos intervalos do trabalho buscando, com isso, interferir minimamente em suas atividades nos plantios.

No mais, apesar de ter estudados os trabalhadores rurais na graduação e de ter levado a proposta, com mais rigor teórico/metodológico, para a pós-graduação, ainda assim tivemos dificuldades que foram contornadas pelo uso adequado das tabelas da verdade de Becker (2008).

Outros problemas apareceram em nossa pesquisa, sobretudo relacionados ao acesso aos produtores rurais de dendê e aos imigrantes japoneses que fundaram a Palmasa em Igarapé-Açu. Essas entrevistas foram realizadas entre abril de 2023 e novembro de 2023. Tínhamos um total desconhecimento de quem eram essas pessoas, onde moravam, e de como e onde entrevistar. Nesse sentido, a seleção desses interlocutores ocorreu de forma encadeada e motivada pelo acaso. Por exemplo, a partir da minha primeira entrevista com um dos imigrantes japoneses, também produtores rurais, perguntei a ele se conhecia mais alguém, na mesma condição de imigrante e produtor rural da Palmasa, que poderia me sugerir; a resposta foi positiva e assim continuei minha pesquisa, entrevistando os produtores rurais mas ao mesmo tempo pedindo indicação, para eles, de novos interlocutores. Assim, foram 3 imigrantes entrevistados diretamente, e 3 imigrantes, responsáveis pela mediação, entrevistados indiretamente.

Outro percalço da pesquisa refere-se aos imigrantes japoneses, sobretudo os mais velhos que não falavam de forma fluente a língua portuguesa. Essa dificuldade foi contornada pelo improvisado. Pedi que alguém da família, fluente na língua japonesa, mediasse minha conversa e, dessa forma, consegui coletar os dados sobre a expansão da dendeicultura tomando como fonte histórica a memória dos meus entrevistados. As entrevistas com os imigrantes, também produtores rurais, foram todas feitas desta forma, na casa dos entrevistados com a mediação de uma terceira pessoa da família.

As entrevistas com os produtores rurais, também motivada pelo encadeamento de contatos sociais dos produtores rurais entre si, foram feitas no mês de novembro de 2023. Foram mais tranquilas porque os produtores rurais, mais jovens, falam muito bem a língua portuguesa dispensando, com isso, a mediação de uma terceira pessoa. As conversas com esses interlocutores ocorreram em lugares diversificados, no escritório da Palmasa, no escritório da Agrocomercial Marajoara Ltda, e na residência de alguns deles. Ao todo entrevistamos 5 produtores rurais; destes, 4 associados a Palmasa e 1, que além de ser produtor rural, administra as terras da Palmasa como dono da Agrocomercial Marajoara Ltda.

Além dessas entrevistas e questionários, também utilizamos dados quantitativos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) relativos as áreas (hectares de terras) destinadas ao cultivo de culturas permanentes e não permanentes em Igarapé-Açu buscando, com isso, demonstrar a centralização e concentração de terras, por parte da monocultura do dendê, durante os anos 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2020, 2022. A dendeicultura, conforme demonstra os dados organizados por nós em gráficos, possui uma preponderância, ao longo dos anos, de áreas destinadas às plantações e colheitas sobre culturas permanentes como o açaí e culturas não permanentes como a mandioca.

Nossa pesquisa, parafraseando Lefebvre (2009, p. 62-76), utilizou uma “sociologia marxista”, baseada no materialismo histórico, que analisa dialeticamente a atividade humana. Essa sociologia estuda os indivíduos humanos em suas relações sociais determinadas historicamente. Em nosso caso buscamos estudar as relações sociais estabelecidas entre as burguesias rurais, ou fazendeiros, com os boias-frias na dendeicultura em Igarapé-Açu e como essa relação de produção tipifica os trabalhadores. A determinação histórica dessas relações sociais foi determinada, sobretudo, pelo processo histórico de expansão da dendeicultura por meio da imigração japonesa para o município.

Além disso, a sociologia marxista estuda a ideologia que, em sua função real dissimula, sob a aparência, as contradições e recobre as soluções, mascarando a essência do processo histórico (Lefebvre, 2009, p. 74). Nesse sentido, buscamos estudar a realidade concreta dos boias-frias os tipificando sociologicamente dissipando, com nossos achados, a ideologia que fomenta a dendeicultura como uma atividade socialmente e ambientalmente sustentável na Amazônia.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro, buscamos entender as ações estatais durante os governos civis- através da Superintendência de Valorização Econômica da

Amazônia (SPVEA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), nos anos 60 e 70, e mais tarde, nas décadas de 2000, com os governos Lula e Dilma com o Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) e o Programa Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que endossaram e planejaram a deideicultura no nordeste paraense. O objetivo foi buscar apontar as principais medidas estatais que endossaram a dendeicultura na Amazônia como uma atividade produtiva, em um primeiro momento, vinculada a proposta desenvolvimentista dos militares e, durante os governos do PT (Partido dos Trabalhadores), vinculada a uma proposta neodesenvolvimentista (desenvolvimento sustentável através do reflorestamento, da geração do biodiesel, e da inclusão dos agricultores familiares). Bem como, vamos localizar/situar nesta conjuntura, o processo histórico de implantação da dendeicultura em Igarapé-Açu, pautada na iniciativa dos imigrantes japoneses.

No segundo capítulo, por sua vez, discutimos as concepções de trabalho rural e capitalismo buscando refletir sobre as duas formas/modelos de relações de trabalho estabelecidas em agroindústrias de dendê, tomando o exemplo do Estado do Pará: a integração, estabelecida, que a literatura aponta as ocorrências em municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, e a agricultura por associação, própria da relação entre produtores rurais (grandes fazendeiros) e a Palmasa, presente no município de Igarapé-Açu.

Por fim, no último capítulo, fazemos a tipificação dos trabalhadores rurais que laboram sob influência da Agroindustrial Palmasa, em Igarapé-Açu. Do ponto de vista sociológico os conceituamos como trabalhadores similares aos boias-frias dos canaviais de açúcar e das lavouras da região de Alto Sorocaba, São Paulo, além de refletirmos sobre o processo de “estranhamento” e de subsunção real desses trabalhadores ao domínio do capital representado pela Palmasa e pelos produtores rurais, e o processo de afirmação e negação do capitalismo através do labor dos boias-frias.

## **1 UM BREVE HISTÓRICO DA EXPANSÃO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE E EM IGARAPÉ-AÇU/PA**

### **1. 1 A dendeicultura enquanto projeto de Estado na Amazônia paraense. O papel da tecnoburocacia no planejamento do dendê**

A dendeicultura no nordeste paraense foi uma atividade planejada inicialmente pelo Estado durante os governos militares, em cooperação com empresários nacionais e estrangeiros. No estado do Pará as iniciativas se deram através da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e, sua substituta, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em parceria com o INSTITUT DE RECHERCHES POUR LES HUILES ET OLÉAGINEAUX – I. R. H. O., da França (Silva Gemaque; Ferreira Filho; Beltrão, 2015). Assim, coloca-se em perspectiva de que o Estado na Amazônia possui uma homologia com as próprias bases do capital.

Para Marx (1982, p. 25), na produção social da vida os homens contraem relações determinadas, independentes de suas vontades, relações de produção que correspondem a determinados estágios de desenvolvimento das forças materiais. A totalidade dessas relações de produção, nesse sentido, forma uma estrutura social, a infraestrutura, a base real da qual se levanta uma superestrutura jurídica e política.

Nesse sentido, para Marx, o Estado seria um elemento superestrutural, um mero reflexo da base material da sociedade onde se encontram as classes sociais burguesia e proletariado. Com efeito, o Estado na concepção marxiana não seria senão uma organização política e jurídica que serve para organizar os negócios da burguesia: “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 1998, p. 42).

Todavia, embora Marx tenha descoberto a essência do Estado no capitalismo, ainda sim ele nunca chegou a formular uma teoria do Estado, mas sim da destruição do Estado. Por isso concordamos com a crítica de Mészáros (2011, p. 119) que considera ser problemático entender o Estado apenas com uma superestrutura. Na verdade o Estado moderno é uma estrutura totalizadora do comando político do capital (indispensável para a sustentabilidade do próprio sistema).

Não obstante, existe uma determinação unidimensional do Estado moderno por uma base material independente, haja vista que a base socioeconômica do capital é inconcebível separada de suas formações de Estado. Assim deve-se falar de “homologia” entre Estado às estruturas básicas do capital, historicamente constituídas (Mészáros, 2011, p. 117).

Além do mais, em relação a temporalidade, a homologia entre Estado e as estruturas reprodutivas do capital, caracterizam-se pela categoria “simultaneidade” que subete o antes e o depois. Ao mesmo tempo em que existe uma codeterminação entre Estado e capitalismo; para o capitalismo funcionar o Estado deve funcionar, e vice-versa (Mészáros, 2011, p. 119).

E, também, como coloca Mészáros, o Estado não é uma superestrutura à parte do capital. Pelo contrário, ele articula sua superestrutura legal e política com as determinações do próprio capitalismo, podendo assumir as mais variadas formas parlamentaristas, bonapartistas ou até mesmo pós-capitalista de tipo soviético, por isso: “[...] O Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente” (Mészáros, 2011, p. 121).

Nesse sentido, consideramos que o Estado, no capitalismo, além de servir aos interesses de uma classe social dominante, de uma sociedade específica, ele também é uma estrutura de comando político e jurídico indispensável para a garantia do funcionamento e da expansão do capitalismo através da extração de trabalho excedente. É desse modo que a dendeicultura se expandiu na Amazônia paraense. O Estado, com sua superestrutura política e jurídica criou as condições materiais para que a palma se tornasse uma realidade no nordeste paraense (Silva Gemaque; Ferreira Filho; Beltrão, 2015).

Por outro lado, o Estado também possui outros elementos que asseguram a continuidade do capitalismo. O capitalismo no Brasil, assim como a dendeicultura na Amazônia, desenvolveu-se a partir do planejamento econômico estatal.

O planejamento econômico possui duas instâncias fundamentais: a estrutura de apropriação econômica e a estrutura de dominação política. Todavia, o planejamento é sempre político e, em última instância, é um processo que começa e termina no âmbito das relações e estruturas de poder (Ianni, 1971, p. 310).

O planejamento é responsável, portanto, por consolidar ou transformar uma dada estrutura social e econômica e, por isso, consolidar ou transformar uma dada estrutura de poder. Uma outra implicação política do planejamento é que ele envolve as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no âmbito do Estado. Na maioria das vezes ele implica em um crescimento, relativo ou absoluto, do poder executivo. Além disso, o planejamento compreende a criação de estruturas políticas administrativas (como os ministérios de Planejamento e os Institutos de Pesquisas Aplicadas), as tecnoestruturas estatais como é o caso da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, e da Superintendência e

da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, e dos tecnocratas e funcionários (Ianni, 1971, p. p. 310).

Portanto, entendemos que foram tecnoestruturas estatais as responsáveis por defenderem que a mesorregião do Nordeste do estado do Pará (NEP) era localidade que possuía, dentre outras coisas, excelentes condições edafoclimáticas, uma localização estratégica, moderna infraestrutura de transporte, energia, comunicação, acesso à mão de obra, e proximidade aos mercados consumidores, principalmente ao externo.

Da mesma maneira, os tecnocratas e os burocratas tornaram-se estratos sociais fundamentais para a tecnoestrutura estatal e, conseqüentemente, para o planejamento econômico brasileiro – que aqui entendemos como planejamento do dendê. Os burocratas cumpriram a função, sob o ponto de vista do planejamento econômico do Estado, de defender e preservar o fluxo da renda de determinados setores da economia nacional como o açúcar, o pinho, o sal, o café – em nosso caso o dendê (Ianni, 1979, p. 172).

Tal visão pe caracterizada por Loureiro (2019, p. 98) como uma “tecnoburocracia local” que na Amazônia é formada por vários funcionários de órgãos como a SUDAM, o BASA, a SUFRAMA, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária-Incra e órgãos estaduais de todas as unidades federativas, assim como funcionários ministeriais e intelectuais, que, sem questionar o processo de ocupação do capital na Amazônia, acabaram por incentivar esses empreendimentos na região: “[...] desde ‘que as empresas estejam instituídas sob a forma de S/A’ – o que exclui liminarmente, os pequenos produtores” (Loureiro, 2019, p. 95).

Dessa forma, por exemplo Clara Pandolfo – diretora do departamento de recursos naturais da SUDAM considerada responsável pelo planejamento para a implementação do dendê na estrada Belém/Mosqueiro – fazia parte de uma tecnoburocracia local, que servia ao Estado, e que foi a responsável por planejar e pensar a expansão de algumas atividades capitalistas na Amazônia sob o discurso supostamente conservacionista combinado com o de desenvolvimento econômico. De um lado, ela mantinha a visão de uma burocrata, sobre os setores econômicos, mas por outro ela buscava inovar, justificando a preocupação com a floresta amazônica, ainda que de modo muito incipiente. Entre as atividades pensadas por Pandolfo, merece destaque a extração madeireira, o seu famoso plano chamado “Florestas regionais de rendimento” e – o que faz parte do nosso objeto de estudo – a dendeicultura.

Não obstante, aqui analisaremos o papel de Pandolfo de que foi uma tecnocrata/burocrata responsável, ainda em 1963, quando trabalhava na SPVEA, pela iniciativa de implantar um polo produtor de dendê – concretizado em 1968 – na estrada de Belém-

Mosqueiro. Determinado projeto-piloto apontou para a viabilidade econômica da cultura no nordeste paraense.

Portanto, conforme já dissemos, as principais contribuições/pesquisas só vieram mais tarde, a partir da SPVEA/SUDAM, durante os anos 60 adiante, no governo dos militares. Nesse período, Clara conseguiu que fosse assinado um acordo entre o Institute de Recherches Pour Les Huilles et Oléagineux (IRHO), da França em parceria com a SUDAM buscando o desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia paraense. O projeto-piloto foi realizado na estrada de Belém-Mosqueiro, nos anos 68/70. Um fato curioso, a esse respeito, era a posição dos críticos que acusavam Clara de querer "levar o acarajé para o Pará". Apesar disso, o projeto tornou-se viável economicamente (De Mello, 2011).

Além disso, outra contribuição importante sua foi a defesa e incentivo ao desenvolvimento tecnológico da região amazônica. Para tanto, ela realizou convênios entre universidades do Sul do país com o objetivo de formar engenheiros florestais. Também defendeu o Centro de Tecnologia Madeireira da Sudam, em Santarém, e as pesquisas sobre silviculturas da Estação Experimental de Curuá-Una, criados graças a um convênio com a FAO (agência da ONU destinada à agricultura e alimentação) (De Mello, 2011).

Clara Pandolfo entendia biodiversidade como “recursos” que deveriam ser explorados de forma racional. Entre esses “recursos” estavam a Terra (Recursos do solo e subsolo); as Águas (Reserva hídrica, recursos hidráulicos e pesqueiros); e a Floresta (madeira, fauna, outros produtos vegetais como borracha, castanha do Pará, Pau-Rosa e Oleaginosas) (Pandolfo, 1973).

O pensamento conservacionista (com viés liberal e vinculado a “modernização ecológica”) de Clara Pandolfo pode ser identificado em seu elogio aos artigos publicados na Revista brasileira de tecnologia, escrito pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar uma política florestal para a Amazônia, criado por decreto da presidência da República nº 83. 518, de 29/05/79.

As diretrizes gerais deste plano seriam: a) realizar o zoneamento-econômico do espaço territorial amazônico; b) implementar as áreas de proteção ou preservação na Amazônia brasileira, num total de 13 milhões de ha, dos quais 2/3 (100 milhões de ha) são na floresta pluvial tropical (Hiléia); c) demarcar e regularizar terras indígenas; d) disciplinar e regulamentar a estrutura fundiária; e) implementar florestas nacionais num total mínimo de 60 milhões de ha; f) institucionalizar um sistema de administração florestal na região; g) intensificar as pesquisas sobre a formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos, bem como da flora e fauna. h) recuperar terras degradadas; i) implementar criadouros

de animais silvestres para fins econômicos ou de repovoamento; m) rever e reformular a legislação ambiental; e) implantar as florestas tropicais (Pandolfo, 1982, p. 19-20).

Esses pontos seriam, portanto, bases para uma política conservacionista que, juntamente com outros estudos, entre eles o plano “Floresta regional de rendimento”, contribuiriam à preservação da floresta amazônica. Uma política que combinaria, portanto, o econômico e o ecológico como faces da mesma moeda. Nas palavras da autora: “Trata-se de uma proposta de utilização em bases conservacionistas, para deter o extrativismo predatório e fazer da exploração florestal, na Amazônia, uma atividade economicamente viável e ecologicamente correta” (Pandolfo, 1982, p. 21).

Outra política marcante da trajetória de Clara Pandolfo foi a opção do reflorestamento por meio de monoculturas, “florestas artificiais”. Para ela, o reflorestamento através dos plantios artificiais era uma proposta reservada aos grandes projetos destinados à formação de florestas homogêneas, ou ao povoamento misto de espécies de valor industrial, como é o caso do dendê conduzido pela SUDAM, visando a produção de óleo, e os plantios de *Gmelina arborea*, realizado pela empresa Jari, destinado à produção de celulose (Pandolfo, 1974, p. 16).

Nesse sentido, o dendê insere-se em um arranjo de propostas planejadas para a ocupação racional e sistemática da Amazônia, através do reflorestamento com culturas permanentes, expressas nas seguintes sugestões e recomendações da própria Clara Pandolfo: 1) fazer o processo de reposição com observância para espécies produtivas, de valor econômico; 2) fazer o reflorestamento de forma homogênea ou mista; 3) estabelecer plantios artificiais juntamente com estabelecimentos produtivos como serrarias; 4) estabelecer que nesses condomínios artificiais, contendo plantas e estabelecimentos comerciais, 50% das essências florestais nativas de interesse industrial; 5) estabelecer plantios artificiais de *Pinus* e/ou *Eucalyptus* nas áreas de solo arenosos ou esgotados pela agricultura; promover a recuperação das áreas exauridas com espécies florestais exóticas (Pandolfo, 1974, p. 16-17).

Das propostas supracitadas acima é visível, em todos os seus pontos, a noção de reflorestamento por meio de plantios artificiais induzidos por meio do Estado. O dendê seria, nesse sentido, o resultado desses esforços estatais para realizar uma política econômica/ecológica para a Amazônia.

O projeto-piloto do dendê foi pensado por Clara Pandolfo como uma forma de substituir as florestas amazônicas pela palma africana – inicialmente como experimento na estrada de Belém-Mosqueiro e, com seu sucesso, como atividade econômica por todo o nordeste paraense.

O resultado da iniciativa de Clara Pandolfo foi o desenvolvimento do projeto-piloto do dendê sob a assistência técnica do INSTITUT DE RECHERCHES POUR LES HUILES ET

OLÉAGINEAUX – I. R. H. O., da França, localizado a 35 quilômetros de Belém, no município de Benevides, no Estado do Pará (Pandolfo, 1973)

Com efeito, três eram os níveis que o projeto buscava abranger. O técnico, visando dotar a região com uma cultura altamente rentável, compatível com o clima e solo amazônico, isto é, que supostamente seria sustentável sob o ponto de vista ecológico. O econômico, para suprir as necessidades locais a partir da substituição de importações de outros centros do país, e promover a criação de divisas, através da exportação do dendê para o mercado exterior. O social, buscando valorizar e estimular o produtor rural na busca de melhorar sua condição de vida (Pandolfo, 1973, p. 34).

O que esses três níveis de planejamento revelam é que o projeto para o plantio do dendê na Amazônia foi gestado, desde o início, por uma lógica de desenvolvimentista combinada com uma modernização ecológica. A modernização ecológica seria a troca ecológica do processo de industrialização em uma direção que leva em conta a manutenção da base de sustentação existente. Segue de perto o relatório de Bruntland, que postula o desenvolvimento sustentável sem romper com a modernização. A teoria da modernização ecológica defende que a reconstrução dos ciclos de produção-consumo a serem cumpridos por meio de novas e sofisticadas tecnologias limpas (Hannigan; Burnett, 2009, p. 46-47).

Por outro lado, a modernização ecológica relaciona-se também com “evangelho da ecoeficiência. Este último direciona-se para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna. Contudo, está preocupado com a economia em sua totalidade aceitando, desde que leve em consideração o meio ambiente, o crescimento econômico através do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica. Essa corrente utiliza, ao invés de natureza, as palavras "recursos naturais", "capital natural" ou "serviços ambientais" (Martínez Alier, 2011).

Portanto, a modernização ecológica não abandona a promessa de crescimento econômico, isto é, de expansão do capitalismo. Pelo contrário, ela entende a natureza como mercadoria.

Determinados aspectos da modernização ecológica – técnico/ecológico, econômico e social – enfatizados por Clara Pandolfo serão incorporados mais à frente pelo próprio Estado através de zoneamentos e programas para o dendê, que dessa vez será justificado com uma alternativa não só para a modernização ecológica, mas também como matéria vegetal para energia limpa através do biodiesel, isto é, para o esverdeamento da economia.

## 1. 2 A dendeicultura no nordeste paraense impulsionada pela lógica do biodiesel

A dendeicultura na Amazônia paraense, além de ser uma atividade essencialmente capitalista, que traz consigo contradições relacionadas ao uso da terra e à exploração despótica da força de trabalho e dos recursos naturais, vincula-se também diretamente ao suposto de um “desenvolvimento sustentável” que interpretamos como “esverdeamento da economia”. Isto porque, conforme defendem alguns peritos, o dendê seria a matéria vegetal do biocombustível, uma palmeira que, supostamente, poderia atuar no reflorestamento (como defendia Clara Pandolfo com suas propostas conservacionistas); no sequestro de carbono; na criação de empregos verdes, ao empregar força de trabalho dos agricultores familiares e das populações locais; no aumento da renda dos camponeses por usarem suas terras para o cultivo do dendê.

Nesse sentido, o dendê surge na Amazônia caracterizada como economia verde. Para Brand e Wissen (2021, p. 232-233) a nova ortodoxia crítica, de caráter progressista, criou o conceito de economia verde. Para esse conceito as inovações reais emanam do mercado, que só precisa de uma estrutura regulatória propícia. O Estado, nesse sentido, estabelece as regras para um mercado supostamente eficiente e age contra os piores excessos e crises do mercado – as “falhas do mercado”. Aqui acredita-se que é possível reduzir o consumo dos recursos e a pressão por novos sumidouros sem desafiar o modo de vida imperial (forma insustentável de produção e consumo própria dos países do centro do capitalismo), a economia política do capitalismo ou as relações que o sustentam.

Com o conceito de economia verde existe um novo ciclo de valorização da natureza, isto é, basta colocar um preço nos recursos naturais que a economia pode continuar como está. Assim precifica-se o carbono, premia-se as empresas que supostamente atingem as metas de sua não emissão na atmosfera. Com isso, pressupõe-se que todos serão beneficiados: os empresários com seus negócios negativos; os trabalhadores que passam a obter suas rendas de forma ambientalmente saudável e significativa, nos empregos verdes que são oferecidos por filiais inovadoras no Norte global ou no gerenciamento saudável de sumidouros de CO<sub>2</sub> no Sul (Brand; Wissen, 2021, p. 234-235).

Um exemplo de economia verde é a bioeconomia; ela é um modelo de atividade econômica baseada no conhecimento e no uso de recursos renováveis que promete fornecer produtos, técnicas e serviços em todos os setores econômicos, dentro de um sistema sustentável. Em vez de cadeias de valor, a bioeconomia fala de “ciclos de valor” que são criados e recriados pela agricultura, pela silvicultura, pela pesca, pela indústria e pelo setor de serviços. Os insumos da bioeconomia são biomassa e as fontes de energia renovável: energia solar, energia eólica e

geotérmica, bem como a cana-de-açúcar ou o óleo de palma para o biocombustível (Brand; Wissen, 2021, p. 236).

Com efeito, foi através da criação do Programa Nacional de uso de Biodiesel (PNPB), em 2004, e do programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSOP), em 2010, que a dendeicultura passou a ser estimulada com mais intensidade na Amazônia (Nahun; Dos Santos; Dos Santos, 2020). Aqui o óleo de amêndoa do dendê passa a ser visto como matéria vegetal para o biocombustível.

Buscando fortalecer o dendê, pesquisadores da Embrapa<sup>2</sup> criaram o Zoneamento Agroecológico do Dendendezeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal (ZAE). O objetivo geral do ZAE é especializar o potencial das terras para a monocultura de dendê no nordeste paraense. O projeto baseia-se no uso sustentável das terras e em harmonia com a biodiversidade (Ramalho Filho *et al*, 2010).

Em termos específicos, o ZAE propõe 1) subsídios para a reestruturação da matriz energética brasileira por meio do biodiesel; 2) propor aos produtores de dendê alternativas sustentáveis; 3) proporcionar uma base para o planejamento do uso sustentável das terras em harmonia com a legalidade e com a biodiversidade; 4) propiciar o ordenamento territorial de áreas desmatadas consolidadas, e a consolidação da região Amazônica; 5) fornecer as bases para o planejamento dos polos de desenvolvimento no espaço rural; 6) alinhamento com as políticas ambientais de energia (Ramalho Filho *et al*, 2010).

Sob o ponto de vista econômico, o ZAE do dendê forneceria ao produtor rural: 1) uma alternativa econômica sustentável; 2) a possibilidade de uma mão-de-obra permanente; 3) o acesso ao crédito – PROAGRO; 4) uma cultura altamente produtiva para a energia (Ramalho Filho *et al*, 2010).

Além disso, uma de suas principais “vantagens” do ZAE estaria, sob o ponto de vista ambiental, na defesa de que o dendê: 1) possui um potencial produtivo sustentável e ecologicamente equilibrado; 2) protege o solo contra os efeitos da erosão e previne a degradação das terras; 3) oferece uma alta taxa de sequestro de carbono, servindo de base para a extração do óleo da Palma, fonte de energia limpa e matéria prima para o biodiesel; 4) configura como uma opção de reflorestamento para as áreas desmatadas (Ramalho Filho *et al*, 2010).

O ZAE foi desenvolvido na Amazônia brasileira compreendendo o estado de Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Tocantins e parte do Maranhão. Para tanto, utilizou-se o

---

<sup>2</sup> A Embrapa é uma empresa pública, vinculada ao ministério da Agricultura, criada em 1973, que busca desenvolver uma base tecnológica para a agricultura e para a pecuária.

“sistema de aptidão agrícola de terras”, objetivando buscas a aptidão climática e de solo ideal (Ramalho Filho *et al*, 2010).

Outros pesquisadores da Embrapa também criaram o Zoneamento Agroecológico da cultura do dendê – ZONDENDÊ, visando identificar as áreas mais propícias ao desenvolvimento agrícola da cultura, com observância para áreas supostamente livres do Amarelamento Fatal (AF). A Embrapa, então, delimitou a localização do “Arco de Produção de Palma com cultivares Tenera” (APPT).

No APPT, podem ser cultivados dendê do tipo Tenera que são menos suscetíveis ao AF oferecendo assim maior segurança. Nesse arco, 11.385.76Km<sup>2</sup> (1.138.576.40 ha) são áreas que possuem potencial para a produção do dendê e menor risco de incidência do AF. Deste total, 235,51 Km (23.551,4 há) correspondem a 2,07%, que estão localizadas na área caracterizada como “preferencial dentro do ZONDENDÊ. Os 11.150,25 Km<sup>2</sup> (1.115.025.00 ha) restantes, correspondem a 97,93 % do total do APPT (Venturieri, *et al*, 2013).

Além disso, por meio dos estudos, constatou-se que no Estado do Pará, tem-se um potencial para a expansão da cultura do dendê, dentro do arco do APPT, em áreas antropizadas. Em Igarapé-Açu/Pará local da nossa pesquisa, por exemplo, a qualificação das áreas antropizadas propícias à expansão do dendê, dentro do Arco de Produção da Palma com Cultivares Tenera (APPT), é de número expressivos, como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 1** - Áreas antropizadas propícias ao desenvolvimento do dendê em Igarapé-açu, segundo o APPT (2013).

Número de áreas antropizadas, por Quilômetro quadrado e Porcentagem		
	(Km <sup>2</sup> )	(%)
Agricultura	0,56	0,23%
Agropecuária	181,20	76,48%
Pecuária	31,00	13,08%
Vegetação secundária	24,16	10,20%
Total	236,92	100%

**Fonte:** Venturieri, A. *et al* (2013). 2023.

Dessa forma, percebe-se a forte presença de um sistema perito para a formulação de uma base tecnológica para o dendê, através dos ZAEs, que busca atenuar os “riscos” dos desflorestamentos pela palma do dendê na Amazônia paraense. A produção de riscos pela modernidade possui, com efeito, vários aspectos, dentre eles o de que os riscos são diferentes da pobreza, eles são “irreversíveis”, “invisíveis” e baseiam-se em “interpretações causais” e só podem se apresentar com o “conhecimento” que se tenha deles. Podem ser diminuídos ou aumentados, evitados ou não e, por isso, estão “abertos a processos sociais de definição” (Beck, 2011).

É dessa necessidade de interpretação e legitimação dos riscos que nasce o caráter reflexivo da modernidade. Uma forma de pensamento moderno sobre os problemas que a própria modernidade cria. Dessa reflexividade surge uma dupla hermenêutica, isto é, um conhecimento produzido pela ciência que estuda a modernidade – a sociologia é um exemplo dessa máxima – e o conhecimento dos atores sociais que reinterpreta essas análises “científicas” da modernidade (Giddens, 1991).

Além disso, passa a existir, com a reflexividade, os “desencaixes” das “fichas simbólicas” e dos “sistemas peritos” que precisam da confiança dos atores sociais para serem legitimados. Para nossa análise levaremos em consideração apenas este último mecanismo. O sistema de perito está relacionado à forma como os profissionais usam o “conhecimento perito” para organizar a sociedade: “Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 30).

É através do sistema perito que os riscos são avaliados e balanceados, assim como o que é ou não sustentável, o que é ou não rentável, o que é ou não socialmente viável. Contudo, para ser viável os peritos se distanciam do senso comum. Esse distanciamento no sistema de peritos é conseguido por meio da natureza impessoal dos testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública, sobre a qual se baseia o conhecimento técnico, usado para controlar sua forma (Giddens, 1991).

Com isso, acreditamos que a dendeicultura foi territorializada no nordeste paraense não só através da ação estatal e seu planejamento econômico que buscava “desenvolver” a Amazônia através da SPVEA/SUDAM, e com o PNPB e PSOP, combinada com uma modernização ecológica, mas também com um sistema de peritos que buscou esverdear a economia do dendê.

Desse modo, dentro desse processo, a dendeicultura esteve fortemente relacionada aos projetos nacionais de desenvolvimento que visualizavam a Amazônia como área a ser conservada desde que, de forma combinada, trouxesse desenvolvimento econômico. A partir desse momento, assinala-se a *ambientalização*<sup>3</sup> dos discursos do Estado e das empresas para justificar a expansão da palma através do esverdeamento da economia do dendê: “O processo

---

<sup>3</sup> A ambientalização é um conjunto de processos históricos, bem delimitados, no Brasil e em outros países, onde a preservação do meio ambiente passa a ser tratada como questão pública, por influência da conferência sobre meio ambiente, promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972 (Lopes, 2006, p. 33-34). A ambientalização está articulada, sobretudo, a mudança da linguagem dos movimentos sociais que buscam dar maior ênfase à questão ambiental em suas práticas. Mas aqui nos referimos a ambientalização das empresas e do próprio Estado que também acentuam o aspecto ambiental em suas formas administrativas e organizativas.

histórico de ambientalização [...], implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer)” (Lopes, 2006, p. 36).

A consequência desse processo histórico de ambientalização, ao contrário de uma preservação do meio ambiente, serviu como justificativa para a territorialização de várias empresas dendeícolas na Amazônia (ver quadro 2 e os mapas 1 e 2). No Pará, por exemplo, temos dois polos de produção do dendê. Um deles abrange os municípios de Tailândia, Moju, e Acará, situados ao Sul de Belém. O outro polo, compreende os municípios de Benevides, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim, situados no nordeste paraense (Müller; Furlan Júnior; Celestino Filho, 2006).

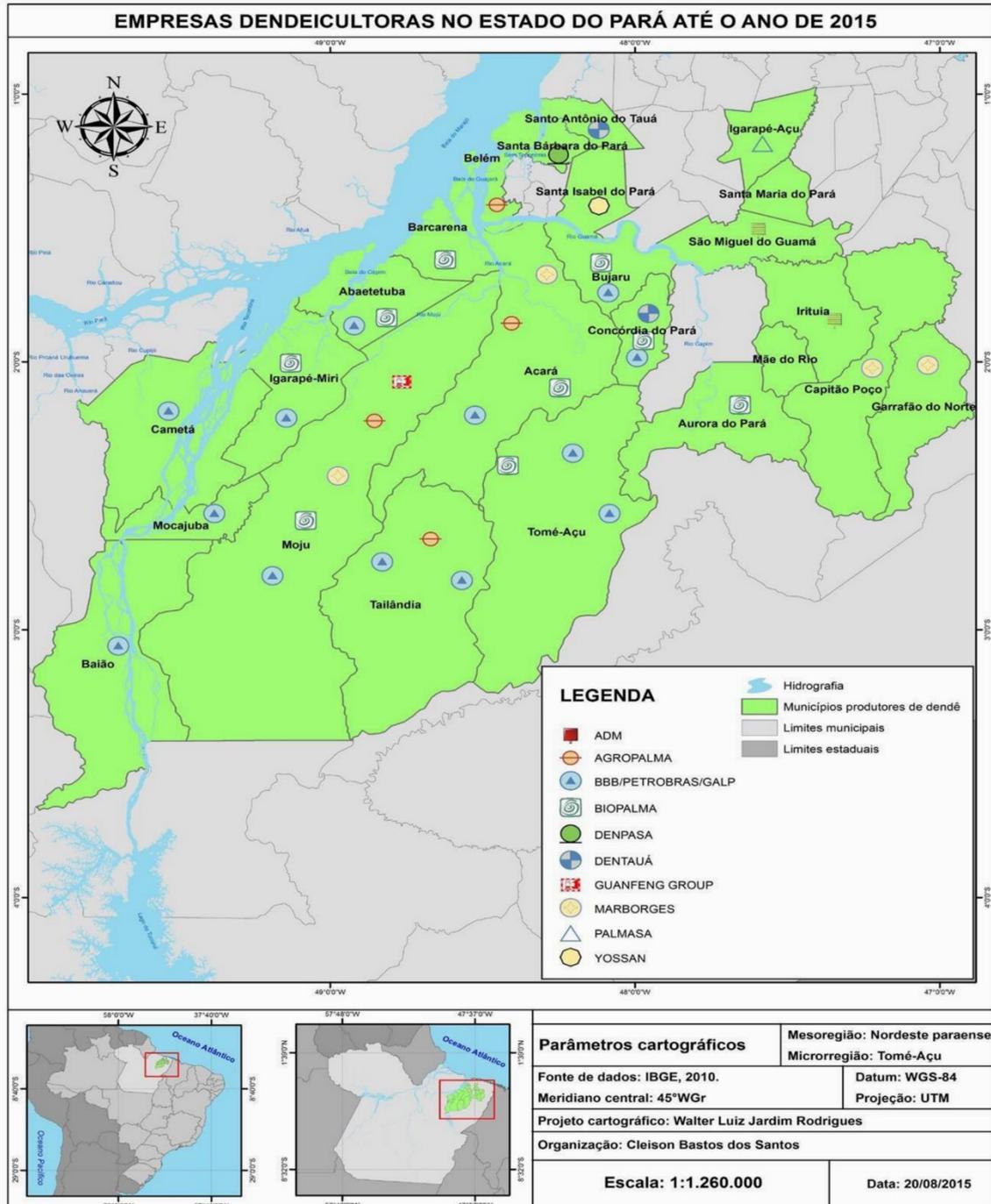
**Quadro 2** - Organização das agroindústrias de dendê no Pará, conforme região e natureza organizativa (2023).

Grandes empresas;	Agropalma, Marborges e Yossam;	Essas empresas possuem suas próprias plantações e indústria de processamento decachos.
Cooperativas;	Condenpa;	Ela possui uma usina de processamento de seus cachos e das plantações de seus associados.
Associações;	Palmasa e Dentuá;	Agroindústrias que possuem sua própria usina de processamento, plantações próprias e recebem cachos de associados e independentes.
Pequenos módulos de produtores;	Vinculados a Agropalma;	Cada pequeno produtor possui 50 famílias e detém de 10 ha e 12 ha de dendezais. Estes pequenos módulos são vinculados a uma grande empresa (Agropalma) comprometida a receber e processar os cachos cultivados por ele.

Fonte: O autor por meio da pesquisa bibliográfica. 2023.

Desde 2015, segundo Nahun e Santos (2016), observou-se o desenvolvimento da dendeicultura pelas empresas Marborges, Agropalma, Biopalma ou Biovale, Petrobras Biocombustível, Yossan, Repsol, Palmasa, ADM, e etc., ambas distribuídas pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cameté, Castanhal, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu, como demonstra o mapa 2.

**Mapa 1** - Mapa de empresas dendeicultoras no estado do Pará (2015).



Fonte: Nahun, J. S; Santos, B. C. (2016). 2023.

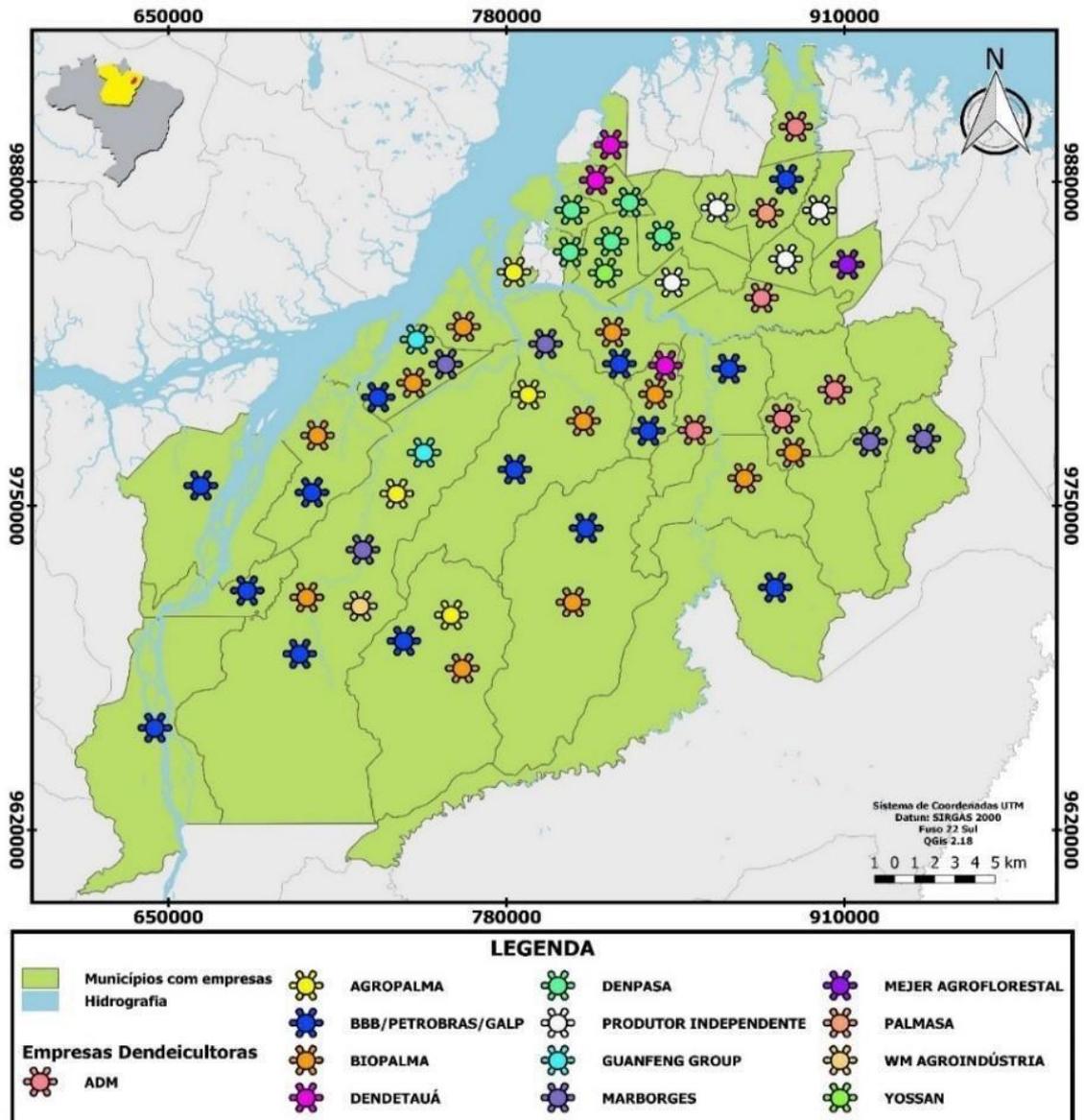
Em 2012, segundo os autores, considerando os dados da Secretaria do Estado de Agricultura (Sagri), constatou-se que a área plantada por dendê no estado do Pará foi de 58.975 ha. Esses dados modificaram-se como veremos, determinadas áreas de plantio só tornaram a crescer, expandiram-se, ao ponto de ultrapassarem – segundo o estatuto de dendê no Brasil – o da Bahia em relação a produção de cachos (Nahun; Santos, 2016).

Segundo Nahun, Santos, S. e Santos, B. (2020), por meio de sua intervenção, o estado do Pará criou as condições institucionais e territoriais para a dendeicultura no meio rural de diversos municípios do nordeste paraense, são eles:

Abaetetuba [...] impulsionada pelas empresas Marborges, Guanfeng, Belém/Bioenergia/Brasil (BBB)/GALPA e Biopalma; no Acará pela Agropalma, BBB/GALP, Biopalma e Marborges; em Auroara do Pará pela Biopalma; em Baião pela BBB/GALP; em Barcarena pela Biopalma; em Benevides pela Denpasa; em Bonito pela Mejer Agroflorestral Ltda; em Bujaru pela pela BBB/GALP e Biopalma; em Cametá pela BBB/GALP; em Capitão Poço pela Marborges e ADM (Archer Daniels Midland); em Castanhal pela Denpasa; em Concórdia do Pará pela Biopalma/Dendetauá; em Garrafão do Norte pela Marborges; em Igarapé-Açu pela BBB/GALP e Palmasa; em Igarapé-miri pela BBB/GALP e Biopalma; em Inhangapi por produtores independentes; em Ipixuna do Pará pela BBB; em Irituia pela ADM; em Mãe do rio pela ADM e Biopalma; em Maracanã pela ADM; em Mocajuba pela BBB/GALP; no Moju pela BBB/GALP, Agropalma, Biopalma, Marborges, Guanfeng do Brasil e WM Agroindústria Ltda; em Nova Timboteua por produtores independentes; em Santa Bárbara pela Denpasa; em Santa Isabel pela Yossan e Denpasa; em Santa Maria do Pará produtores independentes; em Santo Antônio do Tauá pela Dendetauá e Denpsa; em São Domingos do Capim BBB/GALP e ADM; em São Francisco do Pará por produtores independentes; em São Miguel do Guamá pela ADM; em Tailândia pela BBB/GALP, Agropalma e Biopalma; em Tomé-açu pela BBB/GALP e Biopalma; em Vigia pela Dendetauá (Nahun; Santos, S; Santos, B, 2020, p. 5).

O mapa 2 também permite ilustrar em que regiões as grandes empresas, as associações, as cooperativas situam-se. Os dados são mais recentes (datam o ano de 2019), o que nos permite uma dimensão cartográfica mais fiel desses empreendimentos.

**Mapa 2** - Mapas de empresas dendeícolas no nordeste paraense (2019).



**Fonte:** Nahun, Santos e Santos, (2020).

Em suma, é flagrante o aumento da dendeicultura no estado do Pará. Frente a isso, sua expansão territorial em territórios-redes ajuda a construir – por um lado, com os interesses estatais e, por outro, com o processo sócio histórico de devassamento da região amazônica, por parte da influência e confluência de interesses capitalistas – privados – uma região fronteiriça agrícola para o capital.

Por outro lado, esses novos programas do governo reeditam o tripé pensado por Clara Pandfolfo para o dendê – técnico/ecológico, econômico e social – com novos discursos e sob novas bases “científicas”. Trata-se, portanto, de uma nova forma de esverdeamento da economia através da bioeconomia.

O Estado, com isso, continua a ser o principal indutor do dendê no nordeste paraense. Ele possuía (e possui) diversos grupos de interesses que, cada qual ao seu modo e por vias institucionais distintas, sobretudo os grupos produtores de dendê, o induziram a formular políticas públicas para a expansão da Palma. Durante os governos Lula (2002-2010) houve a conciliação de diversos interesses de capitais, entre eles, financeiro, industrial, com o proletariado emergente e a classe média. Do ponto de vista rural, da agricultura, o Estado buscou conciliar os interesses, divergentes, do agronegócio, da grande agricultura, com a agricultura familiar (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

Além desse arranjo de interesses, as políticas públicas direcionadas para o dendê ganharam força a partir da crise financeira de 2007-2008, o que levou ao fortalecimento da agricultura no Brasil e sua reinserção no mercado mundial como exportador de commodities (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

No nordeste paraense, o dendê, portanto, foi induzido pelo Estado em vários níveis. Do ponto de vista federal, através do PNPB, em 2004, que buscava combinar a expansão do dendê com o suporte ao desenvolvimento da agricultura familiar, com a conservação da floresta e a geração de energia limpa; e, em 2010, com o PSOP, que, por conta dos problemas sociais e ambientais criados pela palma, buscou regular a sua expansão, conceder linhas de créditos para diferentes tipos de agricultores com relação com a dendeicultura, além de assistências técnicas e implementar zoneamentos agroecológicos (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

Do ponto de vista local, também ocorreram tentativas e pressões para a implantação do dendê no nordeste paraense, via câmaras setoriais onde em maior número, grupos sociais distorceram e deram prioridade nas agendas políticas aos interesses dos grupos econômicos extratores do óleo da Palma, e não para os interesses dos agricultores familiares (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

Ainda do ponto de vista local, na assembleia legislativa do estado do Pará, a Frente Parlamentar da Palma (FPP) foi criada para representar os interesses da dendeicultura a nível estadual. A FPP chegou, por exemplo, juntamente com a Agropalma, maior produtora de Palma da região, e a secretaria estadual de segurança pública, a promover acordos e reuniões sobre os casos de violência na região (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

A FPP participou também de um segundo encontro junto com o comandante-chefe da polícia militar, com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e com o Presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), para discutir os limites das reservas legais de dendê. Um terceiro encontro da FPP ocorreu com a Secretaria de Transporte do Estado do Pará para

tratar de obras de infraestrutura para otimizar a produção do dendê no nordeste paraense (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

Desse modo, percebe-se que a dendeicultura foi um projeto estatal, que foi discutido por grupos com interesses diversificados em níveis diferentes do próprio Estado como as câmaras setoriais, a assembleia legislativa do estado do Pará, e o governo federal. Exemplo disso foi o Termo de Ajustamento de Condutas entre empresas de dendê e Ministério Público, a favor dos grupos sociais afetados pela produção da palma do dendê. Esse acordo, que foi base para o PSOP, previa assistência técnica para os agricultores familiares integrados à cadeia de produção do dendê, suporte educacional para as famílias, dentre outras coisas (Mota; Júnior; Schmitz, 2019).

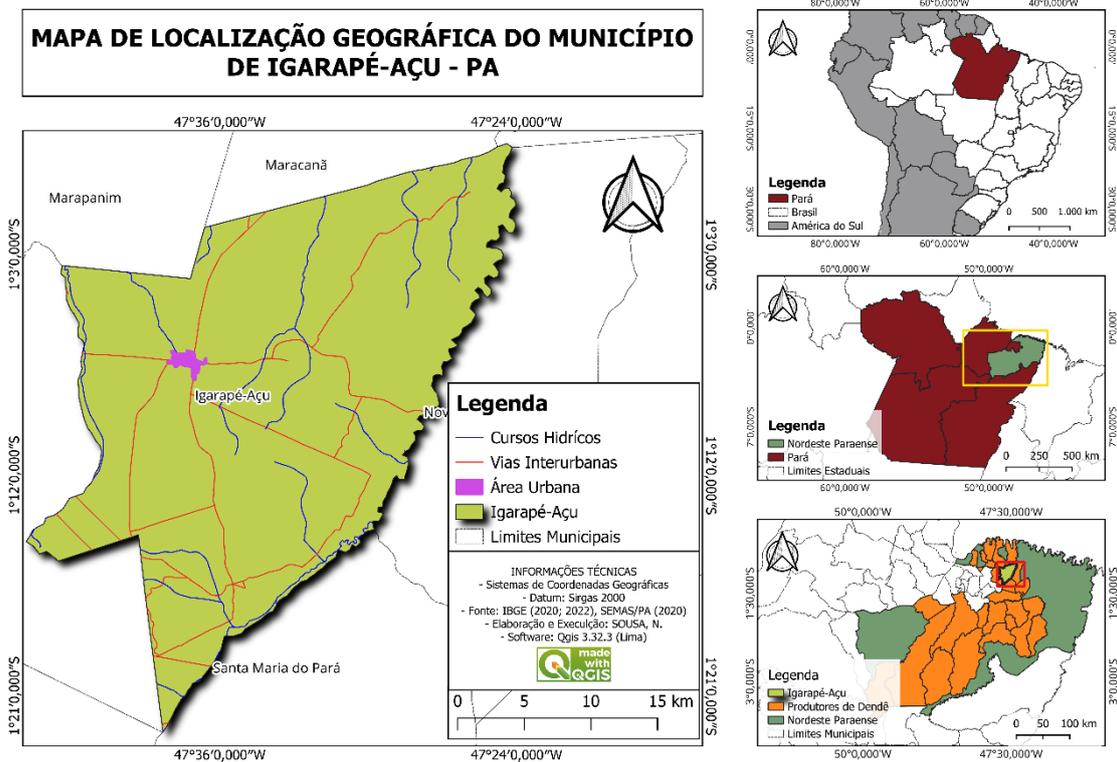
No mais, a dendeicultura no nordeste paraense foi produto de uma ação estatal, em vários níveis com interesses distintos, que garantiu e garante a acumulação capitalista no nordeste paraense. Além disso, também recebeu a contribuição de sistemas de peritos que também, de certa forma, ajudaram a estabelecer as bases técnicas/científicas para o dendê no estado do Pará.

Pontando, o que o PNPB, o PSOP, o ZAE, o ZONDENDÊ, propuseram não foi senão uma nova forma de expansão da dendeicultura, sob o discurso de uma bioeconomia. Suas principais “contribuições” para o meio ambiente, nesse sentido, seriam o reflorestamento, o sequestro de carbono, a proteção ao solo, o biodiesel, uma agricultura por contrato que beneficiaria os agricultores familiares que tivessem suas terras e produção para o dendê. Entretanto, a dendeicultura em si carrega diversas contradições sociais envolvendo terra, natureza e trabalho que devemos explorar e tornar evidente.

### **1.3 A Chegada da agroindústria do dendê em Igarapé-Açu**

O nosso *locus* de nossa pesquisa é Igarapé-Açu, município do nordeste paraense, ilustrado no mapa 3, com área territorial de 785.983 km<sup>2</sup>, contabilizando a população de 38.807 pessoas, com a densidade demográfica de 45,2 %, e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,595 (IBGE, 2021). Os plantios de dendê do município, onde as relações de trabalho que pretendemos estudar são encontradas, estão vinculadas a uma única agroindustrial de expressão na cidade: PALMASA S.A.

Mapa 3 - Mapa do município de Igarapé-açu (2023).



Fonte: elaborado por Gonçalves (2023).

A fundação da Palmasa acontece por conta da imigração japonesa para Igarapé-Açu, que começa nos idos de 1960. Os responsáveis pela fundação da Agroindustrial PALMSA LTDA, cujo início das construções civis data 1º de Janeiro de 1987, foram os japoneses Ichio Miyagawa, Nobuo Sakagami, Mitsuo Nawata, Ichi Watanabe, Eijiro Endo, Tameji Sasamoto, Hideaki Sasamoto, Michio Kishimoto, Kesayuki Miyagawa, Sei Tanabú, Shigemitsu Nishioka, Tsutomu Sakanoue, Koron Kudo, Shinichi Nakagawa, Takayoshi Saito, Yoshiyuki Uesugi, Akira Kudo, Hiroshi Sato, Satoshi Ichijo, Teruyuki Hino, Kenji Yamazaki, E os brasileiros: Arivaldo Bezerra de Salles e José Furlan Jr (Palmasa, 2019).

Em 15 de janeiro de 1988, a Agroindustrial PALMASA LTDA, transforma-se em AGROINDUSTRIAL PALMASA S.A, possuindo como acionistas: a AGROCOMERCIAL VERDE-AÇU Ltda (empresa comercial da colônia japonesa), com atividades mercantis e rurais, os imigrantes japoneses Ichio Minagawa, Nobuo Iakagami, Mitsuo, Sei Tanabu, Ichi Watanabe (seu principal fundador) e os brasileiros Arivaldo Bezerra de Sales e José Furlan Jr (Palmasa, 2019).

A cadeia produtiva da agroindustrial da Palmasa é dividida em: 1) produção agrícola/campo (processo correspondente ao fornecimento de matéria-prima); 2)

industrialização (processo correspondente a extração e beneficiamento dos frutos pela usina/indústria); 3) comercialização (processo que aponta o destino final dos produtos beneficiados) (Palmasa, 2019).

Sobre o processo histórico de expansão do dendê em Igarapé-Açu pouco ou nada foi escrito. Por esses motivos, recorreremos à memória social de alguns dos primeiros migrantes japoneses produtores de dendê para buscar compreender as nuances desse acontecimento.

### **1. 3. 1. A imigração japonesa em Igarapé-Açu**

A memória possui várias dimensões, dentre elas a corporal e a territorial que se conectam. A memória corporal é a das provações, doenças, feridas, traumatismos, que convidam à memória, à lembrança, a relatá-los. Nesse sentido, o momento da recordação é o momento do reconhecimento; uma memória declarativa que pode ser relatada com a narração. A transição dessa memória corporal para a memória é assegurada, sobretudo, pelo ato de "habitar" (Ricouer, 2007).

É na superfície habitável que ocorre a memória dos lugares viajados, visitados e morados. As "coisas" lembradas são associadas a lugares. Aqui os lugares tornam-se referência para o conhecimento histórico porque é neles que uma coisa aconteceu, que teve um lugar: "Os lugares "permanecem" como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as palavras transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras" (Ricouer, 2007, p. 57-58). Com efeito, é analisando a memória corporal, territorial dos imigrantes, de seus lugares viajados, sentidos, vividos e experienciados que buscaremos preencher a lacuna historiográfica sobre o processo de expansão do dendê em Igarapé-Açu que se confunde com o processo de imigração japonesa no Brasil e na Amazônia.

A imigração japonesa no Brasil iniciou em 1908, quando os primeiros 781 imigrantes chegam ao porto de Santos. Durante esse ano até a segunda guerra mundial ocorre a "imigração tutelada" por representantes do governo japonês no qual fixaram durante esse período 234. 000 imigrantes – que até 1990 somavam-se 1. 200. 000 – nos estados de São Paulo e Paraná que mais tarde aumentará (Sakurai, 1999, p. 2-3).

A maior incentivadora da imigração de 1924, até a segunda guerra mundial – auge da imigração japonesa, por parte dos japoneses, foi a Federação das Associações de Províncias Japonesas, a K. I. R. K, que tinha como presidente e diretor-subintendente o Ministro do Interior e o ex-embaixador do Japão no Brasil. Essa federação comprou 90. 000 alqueires de terras do Paraná, Minas Gerais, iniciando cerca de 3 milhões de ienes nos empreendimentos (Sakurai, 1999, p. 12).

A partir da década de 1930, com a crise do café, começa a surgir a ascensão social dos japoneses. Os japoneses começam a acumular riquezas e muitos, por conta da abertura das estradas de ferro para escoar a produção do café, passam a trabalhar como mão-de-obra qualificada. Marco importante é a fundação, pela empresa estatal *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, a K. K. K. K, do Instituto de Prática Agrícola de São Paulo para formar instrutores de atividades agrícolas. Essa companhia, juntamente com outras estatais japonesas, passam a incentivar o plantio de algodão, de arroz, de café, de açúcar, a criação de postos zootécnico, de escolas, de consultórios médico, e de compra de terras (Sakurai, 1999). Foi a partir do subsídio do Estado japonês que os japoneses conseguira se estabelecer no Brasil incluindo a Amazônia. Por isso a imigração foi, desde o início, uma imigração tutelada.

A imigração japonesa na Amazônia aconteceu tardiamente, em 1929. A maior concentração de imigrantes ocorreu no Pará, em Acará, atual Tomé-Açu. A maioria dos imigrantes, em diferença dos estabelecidos em São Paulo, eram de classes sociais financeiramente favorecidas<sup>4</sup> pela concessão de terras por parte do Estado. As principais particularidades dessa imigração residem no fato de que esses japoneses não passaram pela experiência do trabalho no café, e, por outro lado, porque souberam inovar na produção com o arroz, o cacau, e, mais tarde, com a pimenta (Shimizu, 2010, p. 165).

Nesse sentido, os japoneses na Amazônia ajudaram a transformar o estado do Pará em exportador de commodities e, como consequência disso, introduzirem na região espécies como o mangostão e o rambotã. Essas culturas eram cultivadas pelas comunidades japonesas, isto é, em núcleos coloniais familiares que buscavam o sustento das famílias japonesas trabalhando na terra (Shimizu, 2010, p. 160).

Os japoneses que vieram para Igarapé-Açu possuem trajetórias diferentes mas que culminaram em um destino comum: serem os produtores, parte das classes sociais dominantes, de dendê da região. Em aplicação de questionários na pesquisa de campo, conseguimos traçar o seguinte perfil socioeconômico desses grupos sociais, incluindo os mais antigos e mais novos japoneses, que organizamos no quadro 4.

**Quadro 3** - perfil socioeconômico dos japoneses imigrantes que trouxeram dendê para Igarapé-açu (2023).

Nome: Takashi Kaiya	1) Gênero: masculino; 2) idade: 76 anos;3) estado civil: casada; 4) cor/raça: amarela;
---------------------	--

<sup>4</sup> Sobre essa afirmação de Shimizu (2010) guardamos ressalvas. Em entrevista com alguns japoneses, que vieream de Tomé-Açu para Igarapé-Açu, muitos relataram que não tinham dinheiro, pois eram trabalhadores braçais dos pimentais.

	5) local de nascimento: Yamagata-Shi; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu/Pará; 7) atual ocupação econômica: aposentado; 8) nível de escolaridade: fundamental completo; 9) renda mensal: acima de 2 salários-mínimos; 10) número de filhos: 2; 11) nacionalidade dos pais: japoneses.
Nome: Tânia Mika Kaiya	1) Gênero: feminino; 2) idade: entre 20 a 49 anos; 3) estado civil: solteira; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Castanhal/Pará; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu/Pará; 7) atual ocupação econômica: Dona de casa; 8) nível de escolaridade: médio completo; 9) renda mensal: 1 a 2 salários-mínimos; 10) número de filhos: não declarou; 11) nacionalidade dos pais: não declarou.
Nome: Iichi Watanabe	1) Gênero: masculino; 2) idade: 76 anos; 3) estado civil: casado; 4) cor/raça: amarelo; 5) local de nascimento: Fukushima-Ken; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu; 7) atual ocupação econômica: empresário/agricultor; 8) nível de escolaridade: médio completo; 9) renda mensal: não declarou; 10) número de filhos: 2; 11) nacionalidade dos pais: japoneses.
Nome: Masumi Nawata	1) Gênero: feminino; 2) idade: mais de 50 anos e mais; 3) estado civil: viúva; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Tokyo; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu; 7) atual ocupação econômica: não

	declarou; 8) nível de escolaridade: médio completo; 9) renda mensal: 1 a 2 salários-mínimos; 10) número de filhos: 3; 11) nacionalidade dos pais: japoneses.
Osabrl Mayumi Sugaya Nawata	1) Gênero: feminino; 2) idade: 43 anos; 3) estado civil: casada; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Tomé-Açu/Pará; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu/Pará; 7) atual ocupação econômica: confeitadeira; 8) nível de escolaridade: médio completo; 9) renda mensal: $\frac{1}{2}$ a 1 salário-mínimo; 10) número de filhos: 3; 11) nacionalidade dos pais: não declarou.
Nome: Senhor Uesugui	1) Gênero: masculino; 2) idade: 84; 3) estado civil: casado; 4) cor/raça: amarela ;5) local de nascimento: Tokyo/Japão; 6) local da moradia atual: Igarapé-Açu/Pará; 7) atual ocupação econômica: agricultor aposentado; 8) nível de escolaridade: nível superior; 9) renda mensal: não declarou;10) número de filhos: 3; 11) nacionalidade dos pais: japoneses.

**Fonte:** elaborado pelo autor. 2023.

O quadro 3, apresenta o perfil geral dos entrevistados. Daremos preferência, em nossa análise, aos imigrantes mais antigos como Senhor Uesugui, de 84 anos, que veio de Tokyo/Japão para Tomé-Açu, e deste último município para Igarapé-Açu; também como é o caso de Takashi Kaiga, que veio de Yamagara/Japão para Tomé-Açu e de lá para Igarapé-Açu; e de Iich Watanabe, um dos principais fundadores da Agroindustrial Palmasa que saiu de Fukushima-Ken, no Japão, para plantar arroz em São Miguel do Guamá, com seu pai, até chegar em São Luis, interior de Igarapé-Açu, onde começou seus plantios de pimenta, e, posteriormente por conta da fusariose, plantou dendê.

A partir da pesquisa qualitativa com os imigrantes japoneses conseguimos ter uma visão sobre suas trajetórias migratórias, suas relações com a terra e trabalho, e, em particular, com

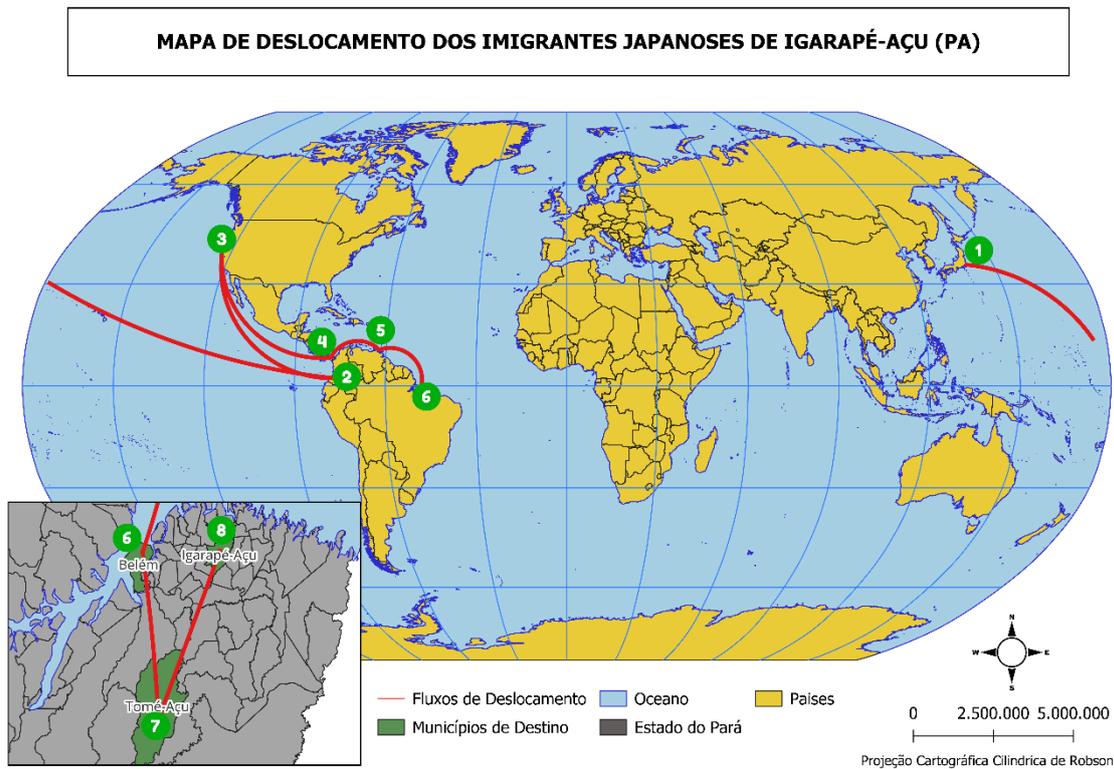
Igarapé-Açu. Senhor Uesugui, fala que chegou em Igarapé-Açu com 22 anos. Ele estudava agronomia, na universidade de Nondai, em Tokyo/Japão, e o governo japonês dava oportunidade para que os alunos escolhessem em qual país queriam estagiar. Ele escolheu o Pará, a Amazônia:

Porque nossa universidade tinha as áreas. E o nosso professor e diretor tinha muito interesse em mandar os estudantes para o Sul da Ásia, Indonésia, e Sul da América. Tem uns da nossa turma que foi até a Argentina, Paraguai. Eu escolhi Belém, na Amazônia. Porque tinha mais colônia, a colônia em Tomé-Açu. A primeira colônia começou em 1929 [...]. Nosso reitor conhecia a colônia de Tomé-Açu, Brasil. A universidade não tinha recurso para mandar, era pouco. Nós estudantes tivemos que trabalhar para juntar recurso. Trabalhamos em qualquer serviço. 3 horas de trabalho, fazendo capina, descarregamento de trem, seixo essas coisas (Senhor Uesugui, 84 anos).

Sobre sua vinda para o Pará, ele a fez com dinheiro próprio que juntou trabalhando fazendo capina, descarregando seixo, e com dinheiro que o governo japonês emprestou – para pagar com dez anos de carência. Seu percurso, ilustrado no mapa da imagem 5, foi feito quando ainda tinha 17 anos, sob influência e incentivo do governo brasileiro e japonês. Sobre a sua condição financeira da época e o seu trajeto para vim para o Brasil ele comenta:

Primeiro emprestamos mil dólares, para pagar navio, do governo japonês, pra nós pagar depois de 10 anos. E ai pagamos a empresa do navio. Saímos de Iokorrana, no Japão. Saímos dia 04 de julho, de 1960, navegou, navegou; chegou nos Andes. Daí dos Andes saímos e abastecemos, comida e roupas. Daí saímos de São Francisco; saiu aqui e passou pelo canal de Panamá. Aí passou canal de Panamá. Aí chegamos até a Venezuela no porto de lagaida. Aí descí sozinho, tinha tanto orgulho de chegar na terra, depois de 30 dias no navio. Desceram muitas pessoas para ver o porto. Eu peguei muito interesse para conhecer os latinos américas. Eu peguei um táxi e fui sozinho pra Caracás. Aquele país não era desenvolvido igual ao Brasil. Por isso escolhi o Brasil. Aí pegou uns 5 ou 6 dias e chegou aqui na boca do rio Amazonas. Aí quando chegou no Amazonas, é muito raso, navio de 13 mil toneladas não passa. Aí nossa colônia de Tomé-Açu naquele tempo, era mais de um trabalho aberto. Por isso que naquele tempo o governador, ele que recebeu os imigrantes de braço aberto. Aí ele falou que onde vocês quiserem vocês podem tirar o tanto de terras que vocês querem. Ele vendo o resultado dos imigrantes do Sul do Brasil, os imigrantes japoneses, ele se interessou. Acho que o governo japonês tava gostando e conhecendo a raça japonês como é que trabalha [...]. No fim da guerra meu irmão era soldado, o Japão já sabia que ia perder, não tinha mais comida, arma. Eu tinha 17 anos, o avião dos Estados Unidos parecia urubu, vinham tudo e soltava aquela bomba. Acabou a cidade. É coisa feia (Senhor Uesugui, 84 anos).

**Mapa 4** - Mapa que ilustra o trajeto social dos japoneses do Japão até Igarapé-açu (2023).



**Fonte:** elaborado por Gonçalves (2023).

Os trajetos sociais dos japoneses que trouxeram o dendê para Igarapé-Açu, ilustrado no mapa 4, com base nas informações obtidas na entrevista com Senhor Uesugui, podem assim serem resumidas: (1) Japão; (2) Andes, Colômbia; (3) Estados Unidos; (4) Canal de Panamá; (5) Caracas, Venezuela; (6) Brasil. Chegando no Brasil eles fizeram o seguinte percurso: passaram pelo Rio Amazonas até chegarem em (6) Belém; depois foram para (7) Tomé-Açu, plantar pimenta e de lá vieram para (8) Igarapé-Açu onde, finalmente, começaram a plantar dendê por conta da fusariose. Tratam-se, em sua maioria, de imigrantes que foram dos plantios de pimenta em Tomé-Açu para Igarapé-Açu e aqui tornaram-se agricultores, grandes fazendeiros de dendê.

Senhor Uesugui, como grande parte dos japoneses que chegaram em Igarapé-Açu, trabalhava como assalariado no pimental em Tomé-Açu. Quando perguntamos sobre suas atividades nesse pimental, ele disse que:

Eu ia bater estaca para dentro do mato. Carregando na carroça, cinco ou dez estacas no máximo. Ai depois, tinha muita pessoa que tava precisando de estaca para plantar pimenta, aí eu entrava dentro do mato pra tirar madeira, estaca. Pagando um trabalhador, derruba. Não tinha moto serra naquele tempo. Só um serrote grande. Dá um trabalho danado (Senhor Uesugui, 84 anos).

Sua memória relembra como era seu trabalho pimental – antes de se tornar um produtor rural de dendê – como uma atividade braçal que fincava estacas retiradas do mato para poder

cultivar a pimenta. Nesse sentido, fazendo uma recapitulação de seu trajeto, percebemos que o Senhor Uesugui começou sua jornada indo de estudante universitário, à trabalhador assalariado no pimental de Tomé-Açu até chegar à condição de agricultor plantando pimenta e, posteriormente, por causa da fusariose, plantando dendê em Igarapé-Açu. Seu deslocamento para o município e para a dendeicultura fica evidente quando ele fala de seus motivos para essa escolha ressaltando a doença da pimenta<sup>5</sup> como principal fator:

Primeiro, por causa da doença da pimenta. Que a apareceu em Tomé-Açu, onde plantaram em 1929 o primeiro pé. Eu também já perdi pimental, dois ou três [...]. O dendê. Depois que nós trabalhamos com a pimenta, né? Plantamos tudo, veio a fusariose que acabou com ela em poucos tempos. Aqui eu plantei pimenta, ai morreu. Ai pra viver com a pimenta ficou muito difícil. Por isso escolhemos o dendê. Comparada com a pimenta, o dendê é melhor [...]. Foi em 1963. Naquele tempo Igarapé-Açu não tinha quase nenhum plantio. Agricultor japonês tinha poucos, mas tinha umas 5 ou 6 pessoas. Vieram de Tomé-Açu. Gastamos dois dias, de lá pra cá. Mas graças a deus a raça japonesa faz um trabalho muito honesto. Raça japonês não mexe com coisa errada. Para a gente o principal é a educação. Não é o dinheiro não, ele acaba logo [...]. Uma palavra muito importante é a vergonha, sem vergonha não vai pra frente. Tem que valorizar a família [...]. Quando eu trabalhava para o patrão, acordava 5 horas da madrugada, e vai dar a alimentação para a criação do patrão, galinha, porco, essas coisas. Não podia sair da casa do patrão. Eu morava na casa do patrão (Senhor Uesugui, 84 anos).

Na entrevista acima, o Senhor Uesugui relata que veio para Igarapé-Açu no ano de 1963. Diz que nessa época o município possuía apenas 5 ou 6 pessoas plantando pimenta. Quando chegou no município, plantou pimenta, mas por conta da fusariose, imigrou para o dendê com apoio e incentivo da Palmasa, também fundada pelos japoneses. Sobre a agroindustrial, ele comenta:

A Palmasa é para o nosso município um trabalho muito importante. Porque a maioria que tem condição que tem terra, planta qualquer dendê. Mas tem que ter paciência até a safra. E hoje ele dura entre 10 e 15 anos. Tem algumas variedades que duram até 5 ou 6 anos. Não é só plantar e ganhar e dinheiro não, tem que plantar e esperar (Senhor Uesugui, 84 anos).

Com efeito, o entrevistado ressalta a importância da agroindustrial para o município falando que não basta ter terra, mas tem que ter paciência para esperar o dendê crescer. Por outro lado, seu trajeto torna-se interessante porque começa como estudante universitário e termina ajudando na expansão do dendê em Igarapé-Açu

---

<sup>5</sup> A doença que muitos japoneses relatam como principal fator de abandono dos pimentais pelo dendê é a fusariose. A fusariose é uma doença causada por fungos do gênero *Fusarium* que afeta plantas e animais. Seus sintomas nas plantas são: amarelamento das folhas, não formação da cabeça, listras marrons, murcha progressiva, não desenvolvimento do fruto, e etc.

Outra entrevista que nos ajuda a compreender o processo de chegada do dendê em Igarapé-Açu foi a realizada com Masumi Nawata<sup>6</sup>, de mais de 50 anos. Ela veio direto do Japão para Igarapé-Açu, em março de 1963. Ela era servidora pública na área da saúde, no Japão, mas por influência de seu marido, que trabalhava na agricultura e na carpintaria, resolveram imigrar para Igarapé-Açu, buscando novas terras e melhores climas para plantarem. Sobre a terra, ela nos disse que no Japão as condições para o cultivo eram desfavoráveis: “É porque o marido dela era de um estado muito frio no Japão. E lá era muito frio, com poucas terras, não tinha como fazer uma boa agricultura. Ai aqui o clima e as terras agradaram ela” (Masumi Nawata, mais de 50 anos).

Percebe-se, portanto, que o impulso para a imigração para Igarapé-Açu foi a vasta oferta de terras e clima propício para a agricultura que não eram presentes nas terras japonesas. A respeito da compra de terras, Masumi Nawata nos diz que foi com dinheiro próprio; ela e seu marido venderam seus terrenos no Japão e com o dinheiro compram terras no Pará:

Primeiro ela comprou uma terra, foi enganada. Daí ela teve que comprar a terra duas vezes [...]. [Sobre o dinheiro] eles trouxeram do Japão. Venderam um terreno e vieram pra cá [...]. No Japão a terra era cara e aqui era barata. Então foi por isso que eles conseguiram comprar (Masumi Nawata, mais de 50 anos).

A terra, portanto, foi comprada com recurso próprio. Venderam seus bens materiais no Japão e estabeleceram aqui o cultivo da pimenta e, posteriormente, do dendê, empregando força de trabalho local. A respeito da desistência da pimenta e da adesão ao dendê, ela comenta os motivos ressaltando que era difícil permanecer com essa cultura por conta da variação de seu preço e da inconstância do mercado:

Foi desistindo, entendeu? Teve altas e baixas. Agora tô só com o dendê. Sou associada da Palmasa. Associada que eu digo é vender os cachos pra lá [...]. Foram os japoneses que começaram. Foi o Watanabi que começou e depois foram surgindo outras pessoas. Aí o meu marido (Masumi Nawata, mais de 50 anos).

A memória social de Masumi Nawata é importante porque relembra, dentre outras coisas, os motivos que a levaram, juntamente com seu esposo, a migrarem do Japão diretamente para Igarapé-Açu – a possibilidade de terras e bom clima para a agricultura – e as causas, já no município, de seu interesse pelo dendê: a certeza de um mercado e a estabilidade de preços.

Outro imigrante japonês, Takashi Kaiya, também veio do Japão para Tomé-Açu trabalhar com seu pai no pimental, em 1962. Ainda com 15 anos de idade, ele comenta que seu pai – marreteiro, vendedor de roupas – por conta da segunda guerra mundial, passava por dificuldades financeiras no Japão e resolveu vim para o Pará em busca de melhores condições

---

<sup>6</sup> Sobre as condições da realização da entrevista ressaltamos que algumas foram difíceis. Os entrevistados e entrevistadas não falavam muito bem o idioma português. Foi necessário a mediação de uma terceira pessoa, alguém da família, para que pudéssemos realizar algumas entrevistas. Por isso alguns relatos foram transcritos na 3ª pessoa do singular começando com “Ele” ou “Ela”.

de vida, trabalhando como assalariado para a colônia japonesa em Tomé-Açu: “[...] Tinha bastante japonês que passavam por problemas financeiros, por isso viemos [...]. Era melhor no Japão, mas depois da guerra morreu muita gente, queimou as cidades, aí os japoneses estavam sofrendo. Então meus pais pensaram mais no todo, aqui no Brasil” (Takashi Kaiya, 76 anos).

Sobre os motivos de sua vinda de Tomé-Açu para Igarapé-Açu ele nos diz que veio ainda solteiro, por volta de 1972, por conta da doença da pimenta: “Porque naquele tempo, a pimenta do reino ficou muito doente, aí teve muita gente que saiu de Tomé-Açu para procurar novas terras [...]. [Sobre suas plantações de pimenta e dendê em Igarapé-Açu ele diz que] plantei aqui, depois na estrada de Maracanã, depois em Capanema. Aí agora eu planto dendê e açaí” (Takashi Kaiya, 76 anos).

Falando de sua compra de terras nos disse que a fez com recurso próprio, com o dinheiro que juntou plantando e trabalhando na pimenta em Tomé-Açu. Já a respeito da força de trabalho, o senhor Takashi Kaiya nos relatou que sempre priorizou a contratação da força de trabalho local. Na sua opinião a chegada dos japoneses, do dendê, e da Palmasa, no município de Igarapé-Açu, trouxeram mudanças significativas entre elas a circulação de dinheiro e a geração de emprego:

[Sobre sua chegada no dendê ele diz que foi] Através da Palmasa. Eu fui para o dendê porque baixou o preço dela também. Até agora tá muito barato. Aí começou plantar dendê e até agora tá colhendo [...]. [A respeito da força de trabalho que ele contratou, ele nos disse que] Eram pessoas daqui, Quando eu trabalhava na forma era daqui. Sobretudo na pimenta, que usava muitas pessoas para trabalhar. Mas a gente mudou muita coisa aqui. Quando a gente chegou aqui, quase não tinha nada na cidade. Tava triste, não tinha movimento, né? Aí depois que o japonês veio para cá, para plantar pimenta, né? Aí começou a cair muito dinheiro na cidade. Por isso que começou a crescer. Aí muito melhorou depois que o japonês começou a trabalhar aqui (Takashi Kaiya, 76 anos).

No mais, como pode ser observado, a maioria dos japoneses que trouxeram o dendê para Igarapé-Açu foram impulsionados, por um lado, pela fusariose que assolou as plantações de pimenta e pela própria criação da Palmasa que deu a esses agricultores a certeza de um mercado para venderem seus frutos plantados bem como estabilidade de preços. Por outro lado, todos eles endossam a afirmação de que a Palmasa trouxe desenvolvimento para Igarapé-Açu ao empregar força de trabalho e expandir a circulação de dinheiro na cidade.

Esse processo de chegada do dendê em Igarapé-Açu, lembrado pelos japoneses, encontra-se presente na memória do principal fundador da Palmasa, Iichi Watanabe, de 76 anos. Seu trajeto foi um pouco diferente dos outros japoneses, mas culminou no destino comum a todos: ser produtor de dendê. Primeiro ele veio para São Miguel do Guamá/Pará ajudar seu pai na plantação de arroz; posteriormente foi, em 1962, para o município de Santa Izabel onde tinha

uma colônia japonesa; depois foi para o município de Inhangapi; e, por fim, em 1972, veio para Igarapé-Açu trabalhar na agricultura e, futuramente, com ajuda de outros japoneses fundou a agroindustrial Palmasa

Sobre sua relação com a terra para os plantios, ele diz que a comprou com dinheiro próprio, que juntou em anos de trabalho nas plantações de arroz e na pimenta. No entanto, para os instrumentos de trabalho, ele buscou apoio de instituições financeiras como o Banco do Brasil: “O dinheiro eu ganhei trabalhando. Eu não tinha muito. As terras foi eu mesmo que comprei. Mas os instrumentos para plantar, maquinário, foi tudo financiado pelo banco do Brasil” (Iichi Watanabe, 76 anos).

Foi com a combinação de dinheiro acumulado em suas atividades como agricultor e com aportes financeiros do Banco do Brasil que o Iichi Watanabe conseguiu suas terras para cultivar pimenta, e, mais tarde, dendê. Seus primeiros plantios foram no interior de Igarapé-Açu, São Luís; nessa região além de começar a plantar pimenta, mamão e dendê, ele passou a contratar força de trabalho local: “Eram empregados da cidade de São Luís” (Iichi Watanabe, 76 anos).

Para ele, assim como para os outros japoneses, sua chegada em Igarapé-Açu proporcionou mudanças positivas para a população local, através da geração de emprego, circulação de dinheiro e de mercadorias: “Aqui só tinha dois carros. Aqui o município tava morto. Chegou 42 famílias de japonês, de agricultores, todo mundo plantou, aí todo mundo foi empregado. Desenvolveu até hoje” (Iichi Watanabe, 76 anos).

Com isso, fica evidente que para os japoneses a sua chegada trouxe compras de terras, emprego da força de trabalho local, circulação e expansão da economia. Para eles, antes de sua chegada, Igarapé-Açu não possuía agricultura, uma atividade produtiva sólida; eles enxergavam o município como uma região “subsdesenvolvida”.

O impulso para plantar dendê e fundar a Palmasa, segundo Iichi Watanabe, foi a fusariose que já vinha devastando os plantios da pimenta desde Tomé-Açu: “É que na pimenta entrou a doença chamada fusariose. Mataram todos os pés. Aí quando matou eu aproveitei e plantei mamão. Ai depois nós pesquisamos para plantar dendê. Nosso grupo né [Palmasa]” (Iichi Watanabe, 76 anos).

A Palmasa, segundo Iichi Watanabe, possui entre 5.000 a 6.000 hectares de terras; ela contrata força de trabalho de pessoas residentes em Igarapé-Açu tanto para a sua parte industrial quanto para a sua parte agrícola. Atualmente é administrada por dois acionistas, os filhos do senhor Watanabe. As pesquisas para a sua fundação ocorreram levando em consideração as experiências de plantios de dendê na Bahia: “[...] nós tínhamos muitos amigos, né. Aí eu falei,

vamos plantar dendê. Aí pesquisamos em muitos lugares, na Bahia, onde estava o dendê, né?” (Iichi Watanabe, 76 anos).

No mais, procuramos analisar a chegada do dendê em Igarapé-Açu a partir da memória dos imigrantes japoneses que vieram para o município. Levamos em consideração seus trajetos sociais, suas impressões sobre as mudanças locais, e os fatores terra e trabalho, presentes em suas memórias. Isso nos leva a sintetizar os achados em quatro pontos:

- 1) A maioria dos japoneses que vieram para Igarapé-Açu deslocaram-se de Tomé-Açu para o município; começaram a plantar pimenta, mas, por conta da fusariose, optaram pelo plantio do dendê. Entre as vantagens e desvantagens da pimenta e do dendê estão: 1.1) pimenta, desvantagem: variação dos preços e inconstância do mercado; vantagem: grande quantidade de lucro para pouco kg de pimenta vendido; 1.2) dendê: vantagem: estabilidade de preços e constância de mercado; desvantagem: pouco lucro para muito kg de frutos vendidos;
- 2) Eles consideram que sua chegada, em Igarapé-Açu, trouxe mudanças positivas para a cidade. Antes, consideravam o município subdesenvolvido, depois consideravam desenvolvido porque deram oportunidades de emprego para a força de trabalho e expandiram a economia local com o dendê;
- 3) Sobre a compra de terras, consideravam “baratas” e a fizeram com recursos próprios com a venda de terrenos no Japão, com dinheiro que juntavam no trabalho como assalariado ou como agricultores nos plantios de pimenta, ou com apoio de instituições financeiras que lhes davam créditos;
- 4) A respeito da contratação de força de trabalho, dispensavam o modelo cooperativo e contratavam força de trabalho local para trabalharem como assalariados em seus plantios de pimenta e dendê.

Dessa forma, os imigrantes foram fundamentais no processo de expansão da palma do dendê em Igarapé-Açu – comprando terras, expandindo a circulação do dinheiro, empregando força de trabalho local. Ressaltamos que outros fatores sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos, também podem ter tido peso na expansão da monocultura no município, mas pela escassez de dados escritos, torna-se impossível sua descrição.

## 2 O TRABALHO NA AGRICULTURA POR INTEGRAÇÃO E ASSOCIAÇÃO

### 2.1 Capitalismo e trabalho rural: algumas considerações teóricas

Como vimos, a dendeicultura, no nordeste paraense foi impulsionada pelas ações estatais. Primeiro, em meados do século XX, com a SPVEA e com a SUDAM, para inclusão do agricultor familiar, reflorestamento e obtenção de divisas com a exportação do dendê. E depois, no século XXI, através do PNPB e do PSOP, para servir de matéria vegetal para o biodiesel, o que desembocou em vários projetos de integração de agricultores familiares à cadeia de produção do dendê no nordeste paraense.

Entretanto, Igarapé-Açu não entra na rota das políticas públicas para o biocombustível, impulsionados pelos dois programas PNPB e PSOP. Como dito no capítulo anterior, o plantio do dendê no município surge pela ação social dos imigrantes japoneses por conta da crise na pimenta, das terras baratas e da grande disponibilidade de força de trabalho.

Assim, o nosso entendimento teórico sobre o capitalismo e as relações de trabalho no meio rural sob influência do dendê, nessa pesquisa, seguirá dois eixos: de um lado, perspectivas teóricas que versem sobre o domínio do capitalismo sobre o camponês – produção familiar – para entender a agricultura por integração à dendeicultura, visíveis em municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, e na região do Baixo Tocantins; por outro lado, delineamentos teóricos que nos auxiliem no entendimento do domínio do capitalismo sobre o bóia-fria – presente na agricultura por associação do dendê, em Igarapé-Açu/Pará.

A literatura clássica sobre o tema do capitalismo agrário aponta ora para a desintegração do campesinato e sua transformação em trabalhador assalariado e ora para sua permanência através do “modo de produção camponês”.

Lênin (1982), ao falar da diferenciação campesinato no interior da Rússia a partir de uma economia capitalista mercantil, diz que o campesinato está totalmente subordinado ao mercado e dele depende – para o consumo pessoal ou para os impostos. Diz, ainda, que as relações sociais desses camponeses são, por conta do capitalismo, de concorrência e de lutas entre si. Essas condições levaram, segundo Lênin, à “desintegração” parcial do camponês.

Essa contradição engendrada pelo capitalismo criou três grupos sociais no interior da Rússia: a burguesia rural ou o camponês rico (que praticava a agricultura mercantil); o trabalhador rural, que é o proletariado rural, que não possui nenhuma terra, e vive apenas do salário – assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil, e etc; e, por fim,

o campesinato intermediário, que varia entre o rico e o pobre camponês, á depender da colheita (Lênin, 1982, p. 112-118).

Para Lênin, portanto, a tendência do capitalismo seria eliminar o camponês transformando-o em capitalista ou em trabalhador – um sujeito com condições incertas quanto a sua existência de classe. De forma similar, Kautsky (1986) entendia que o progresso da indústria transformaria o mundo rural – lançando trabalhador na condição de agricultor, que deixaria de produzir para si mesmo, para produzir para um mercado capitalista, ou, por outro lado, em um trabalhador rural que venderia sua força de trabalho. Da mesma forma que Lênin, Kautsky entendia que o progresso do capitalismo levaria à desintegração do campesinato.

De forma diferente, segundo Amin e Vergapoulos (1977), coube a um engenheiro agrônomo, Chayanov, a análise integrada da agricultura familiar e do camponês. Esse autor compreendia o camponês a partir do conceito “modo produção camponês”, junto com o de artesão.

Por isso Chayanov, segundo Pontes (2005), buscava estudar as unidades camponesas como não capitalistas. Segundo a autora, o núcleo da teoria do autor seria a correlação do consumo com a auto exploração da força de trabalho familiar. Nas palavras do próprio Chayanov:

[...] me inclino más a usar [...] una hipótesis basada en el concepto de la **unidad de explotación agrícola como una unidad económica familiar** [grifos nossos] em la cual la familia, como resultado de su trabajo de un año, recibe una simple remuneración de trabajo y mide sus esfuerzos en relación con los resultados materiales obtenidos (Chayanov, 1974, p. 33).

Nesse sentido, Chayanov (1975) nos revela que existe, entre outras coisas, na unidade camponesa, uma correspondência entre a atividade econômica e o consumo; o fato de que a quantidade de trabalho e seu produto determinam o número de integrantes de cada família; e que, por ser não capitalista, a unidade camponesa está baseada no modo exclusivo na economia familiar e que, por conta disso, não possui salário como forma de remuneração da força de trabalho.

Entretanto, Chayanov (2017) argumenta que, no capitalismo, a agricultura capitalista ficou em posse da concentração horizontal de capital, transferindo para a indústria capitalista sua produção na forma de concentração vertical de capital. O capitalismo passa, dessa forma e em alguns casos, a controlar o campesinato a partir da concentração horizontal e vertical de capitais.

Em linhas gerais, Lênin e Kautsky entendiam que o camponês seria liquidado pelo avanço do capitalismo na agricultura. Chayanov, por sua vez, entendia que o campesinato guardava um certo nível de agenciamento frente a concentração vertical e horizontal do capital.

Essa discussão será retomada por Abramovay (1998) que irá, na contramão da tradição de pensamento marxista e no encontro à Chayanov, afirmar a existência no modo de produção camponês de um equilíbrio microeconômico entre produção e consumo, consumo da família e trabalho necessário, que é rompido com o mercado de trabalho. Com esse mercado, criado pelo capitalismo, passa a existir o trabalho penoso no interior do estabelecimento familiar onde o “trabalho” passa a ser realizado para atender as necessidades da família, mas também do mercado.

Por isso, em momentos particulares, existe no interior do estabelecimento familiar, uma aversão à penosidade do trabalho engendrada pelo capital que reafirma a autonomia da produção familiar. Assim, em que busca uma motivação maior para a produção de bens de consumo que valorizem o trabalho familiar; isso ocorre quando existem condições diversificadas com a idade de seus membros, o nível dos preços, a extensão cultivada, a tecnologia disponível e etc (Abramovay, 1998, p. 95).

Percebe-se, pois, um dualismo entre um ponto de vista que afirma a desintegração do campesinato por conta do avanço do modo de produção capitalista e outro que afirma a resistência do modo de produção camponês frente a ele. O dualismo também aparece, de outra forma, na literatura brasileira clássica sobre o trabalho que entende o Brasil, com sua economia mercantil do açúcar e do café, com relações de trabalho que combinam trabalho escravo, e, posteriormente, trabalho livre, por um lado; e a Amazônia, como um mundo à parte, que articula trabalho servil e feudalismo.

Maria Silvy de Carvalho Franco, por exemplo, ao analisar o café no Vale do Paraíba, entende que os fazendeiros subordinaram, através da articulação de interesses e associações morais, o trabalho do caipira. Os prendiam em suas propriedades através de uma dominação pessoal, paternalista, os transformando em agregados (Franco, 1997).

O caipira, segundo ela, poderia ser caracterizado pelo meio social, a mata, de onde tirava seu sustento, o mutirão – forma de trabalho espontânea que não necessitava da disciplina das plantações de café – e a família, seu núcleo social fundamental. Contudo, com a chegada das plantações de café, no século XIX, o fazendeiro passou a rejeitar esse modo de vida caipira e a exigir uma disciplina – disciplina essa garantida pela relação paternalista no interior dos plantios (Franco, 1997).

Portanto, os plantios de café, no Vale do Paraíba, são tratados pela literatura como lugar onde as relações de trabalho “livres” aconteciam, ao passo que, a Amazônia, seria o lugar do feudalismo. Determinado dualismo-estrutural aparece no pensamento de Sodré (1976) sobre o Brasil. Para esse autor a produção do açúcar nos séculos XVI e XVII, baseado no escravismo, precisou da pecuária – ou do pastoeiro – de traços feudais para se sustentar enquanto atividade produtiva voltada para a exportação. Aqui a dualidade entre costa e serra é uma dualidade “transplantada” da Europa para o Brasil. A costa seria o lugar do escravismo, de uma economia colonial ou capitalista, e o sertão o espaço do feudalismo onde predominava a relação do servo e do senhor.

Contudo, esse dualismo estrutural é extremamente problemático porque ao se classificar e separar os espaços dessa forma acaba por se criar mundos supostamente distintos dentro de uma única totalidade social. A Amazônia passa com isso a ser interpretada como o lugar do rural, do arcaico, do feudal, onde o capitalismo não existe, em contrapartida do urbano – como coloca Sodré:

Formas de servidão, ainda, as que utilizam o indígena, e se repetem em áreas dependentes de Portugal, no Brasil: a da economia coletora amazônica, por exemplo, em que as relações feudais apresentam outra de suas faces americanas, quando todo o sistema “produtor” de especiarias assenta na prestação de serviço pelo índio, que conhecia os rios, a floresta, as plantas úteis e que operava livremente a atividade de coleta, em benefício das ordens religiosas instaladas no vale imenso. A vastíssima área amazônica desconhece, desde o seu instante inicial, o escravismo: entra na história pela porta feudal, as relações ali introduzidas e estabelecidas, fundamentais para a produção que oferece, são feudais [...]. Tudo isso acontece no campo, entretanto. E as cidades? Claro que o Brasil não conheceu as atividades urbanas que apareceram nas atividades urbanas que permitiram aos burgos medievais a sua destacada função. Mas parece que a atividade artesanal, e mesmo os ofícios, tem sido pouco estudada, não que não tenha existido (Sodré, 1976, p. 32-34).

Prado Júnior (2006, p. 23), mesmo acertando em sua leitura sobre a “essência história” da formação brasileira ao situá-la como fornecedora de açúcar, de tabaco, de ouro e diamante, de algodão e café, para o comércio exterior – uma economia com objetivo exterior voltada para fora do país – ainda sim reproduz o dualismo estrutural em sua leitura sobre a Amazônia.

Para Caio Prado Júnior a “colonização do vale amazônico” ocorreu inicialmente no litoral através do açúcar, mas sem grandes progressos nessas atividades produtivas por conta das “condições naturais desfavoráveis”. Em sua interpretação a principal atividade econômica na Amazônia foi a “colheita florestal” do cravo, da canela, da castanha, da salsaparrilha e do cacau, além de madeiras e produtos abundantes no universo animal, como: peixes, caça, tartaruga. Para ele, a única mão-de-obra utilizada na Amazônia foi a dos indígenas que eram explorados pelos jesuítas e carmelitas e, mais tarde, pelos colonos que vieram a substituir as

comunidades religiosas sob incentivo de Marquês de Pombal, ministro de D. José, que aboliu as missões religiosas na Amazônia (Prado Júnior, 2006, p. 69-75).

Assim, para Caio Prado as principais atividades econômicas da Amazônia eram os extrativismos das drogas do sertão, com relações de produção rurais e rudimentares, e com uma relação de produção envolvendo apenas portugueses e indígenas – relação de servidão, tipicamente feudal.

Nesse sentido, a interpretação de Sodré (1976) e Prado Júnior (2006), por carregarem consigo o vício não dial tico do dualismo estrutural enxergam a Amazônia como espaço do rural sem o urbano, do extrativismo sem a indústria, dos portugueses e indígenas sem os negros, dos servos e senhores sem capitalistas e proletariados. Trata-se, não obstante, de uma positiva o da dialética que amarra a realidade em camisas de forças de conceitos pré-estabelecidos.

Através do pensamento dual perde-se a dimensão dialética entre a totalidade e as partes. Sobre a Amazônia acaba recaindo o fardo de ser espaço único e exclusivo do rural, do arcaico, do feudal, ao passo que o capitalismo acaba sendo interpretado como um fen meno apenas urbano. Esse pensamento “[...] envolve, em primeiro lugar, o clássico processo de positiva o da dialética [...]. Ela privilegia a causa o funcional e abandona totalmente o princípio da contradi o” (Ianni, 1976, p. 54).

Para Oliveira (2003) o processo de urbaniza o, com seus vários níveis e formas, constitui a base de acumula o global do capitalismo no Brasil no pós-1930. Essa expansão, relativamente pobre, faz surgir em certo sentido, setores "atrasados" e "modernos" da economia que sustentam o processo de industrializa o brasileira. Contudo, o arcaico e o moderno não são excludentes ou partes apenas opostas. Pelo contrário, a originalidade do capitalismo brasileiro ocorre pela rela o dialética em que o arcaico produz o novo e o novo que reproduz o arcaico para compatibilizar a acumula o capitalista:

**[...] a expansão do capitalismo no Brasil se d  introduzindo rela es novas no arcaico e reproduzindo rela es arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumula o global, em que a introdu o das rela es novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumula o industrial-urbana e em que a reprodu o de rela es arcaicas no novo preserva o potencial de acumula o liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo [grifos nossos].** Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema *em sua expressão concreta no Brasil* quando se opera uma transi o tão radical de uma situa o em que a realiza o da acumula o dependia quase integralmente do setor externo, para uma situa o em que será a gravita o do setor interno o ponto crítico da realiza o, da permanência e da expansão dele mesmo. **Nas condi es concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentra o da renda, da**

**propriedade e do poder** [grifos do autor], em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista (Oliveira, 2003, p. 60).

Essa particularidade do capitalismo brasileiro reflete-se na expansão do próprio espaço urbano produzido e sustentado pelo espaço rural. Nesse sentido, rural e urbano completam-se em uma relação dialética. Isso coloca um problema central para o entendimento da urbanização do rural pelo capitalismo: a relação dialética entre ambos.

Por isso em um perspectiva de sociedade global, a distinção campo-cidade, dá-se entre estes dois termos uma relação de dominação-subordinação que os coloca em posições recíprocas, mas diferentes, conforme a produção de riqueza esteja concentrada pelo campo ou pela cidade, como lembra Queiroz (1978).

Contudo, no capitalismo brasileiro o processo de concentração de riquezas encontra-se no urbano mesmo que este tenha sido produzido pelo rural. Isso não significa dizer que no rural existe feudalismo e no urbano capitalismo. Pelo contrário, nos dois espaços o capitalismo é predominante, a diferença é que o rural, através do processo histórico, é dominado e subordinado ao urbano<sup>7</sup>:

[...] Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas a absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. **O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária** [grifos nossos] (Lefebvre, 1999. p. 17).

Outrossim, as relações de trabalho na Amazônia são atravessadas por aspectos arcaicos e modernos. Dentro de relações de trabalho assalariadas ainda podem ser encontradas o paternalismo, o aviamento (ainda que sob outras formas e não necessariamente repetindo as características da economia da borracha), a dominação pessoal. Por outro lado, os trabalhadores chamados de rurais também podem consumir os bens e serviços urbanos ou morarem na cidade.

Na Amazônia, por exemplo, podem ser encontradas distintas formas de relações de trabalho. Entre o fazendeiro – uma pessoa, ou um grupo de empresa, que exerce sua atuação

---

<sup>7</sup> Sobre o processo dialético de passagem do rural ao urbano, podemos destacar uma série de questões que o viabilizaram no Brasil: aberturas de estradas, incentivos fiscais, industrialização financiada pelo capital nacional e estrangeiro, e etc. Para se ter uma ideia desse processo dialético que desafia a sociologia rural, Garcia (2003), nos proporciona dados quantitativos interessantes para pensarmos a urbanização do campo: em 1950, 64% da população brasileira vivia no meio rural, enquanto que, em 1980, só 32% permaneceram residindo no campo; além disso, estatisticamente em 1940, 70% da população brasileira residia no campo, ao passo que, em 1980, 70% dos contingentes situavam-se no pólo urbano (em 2000, apenas 22% residiam no espaço rural).

por meio do gerente, do administrador ou do supervisor – e o peão – trabalhador braçal, que trabalha nas fainas da derrubada das matas e queima das árvores. E, entre fazendeiro e peão, o “gato”, ou empreiteiro de mão-de-obra que contrata força de trabalho para a fazenda. São duas formas de contrato do peão: uma em que o “peão livre” é pago, a partir do acordo verbal, com instrumentos de trabalho e alimentação, acrescida de uma quantia em dinheiro; outra em que o “peão cativo” é pago totalmente em dinheiro (Ianni, 1979, p. 114-115).

Essas relações de trabalho ocorrem sobretudo a partir de meados do século XX, com a vinda de grandes empreendimentos para a Amazônia, sobretudo a pecuária. A imigração da Amazônia combinada com a expansão do capitalismo iniciou a partir de 1950. Os imigrantes eram sazonais e retirantes do nordeste (em nosso caso também incluiremos os japoneses), onde na Amazônia passaram a trabalhar no meio da mata, extraíndo seringueira, tocando boiadas, na mineração do garimpo, apanhando castanha, desmatando áreas para o pasto, abrindo estradas, etc (Loureiro, 2019, p. 23).

Antes dos imigrantes, residiam na Amazônia os habitantes naturais que viviam do “complexo rio-mata-roça-quintal”. Dos rios extraíram os peixes para a subsistência ou mesmo para produzir algum excedente no mercado<sup>8</sup>. Nos quintais plantavam as plantas medicinais mais utilizadas em chás, as frutas de quintais, além de abrigar galinhas, patos e porcos para o consumo familiar<sup>9</sup>. Nas roças plantavam culturas alimentares. Na mata fazia-se o extrativismo e a coleta vegetal<sup>10</sup> (Loureiro, 2019, p. 22-23).

Diferentemente do habitante natural, o imigrante nordestino possuía na roça sua atividade principal; geralmente encontrava dificuldade de se estabelecer, pela dificuldade de assimilação dos padrões culturais diferentes de sua região de origem, à beira do rio. Por isso experimentava o que existia de mais cruel da região: “a superexploração da força do trabalho humano nas diversas atividades do extrativismo voltado especificamente para o mercado, isto é, a exploração da borracha, da castanha, da caça de animais silvestres para a extração de peles” (Loureiro, 2019, p. 28).

Outro estudo que busca analisar as relações de trabalho meados do século XX, é de Martins (2009) que ressalta o trabalho escravo, a peonagem, a escravidão por dívida, como base

---

<sup>8</sup> As principais espécies vendidas ao mercado eram: o pirarucu salgado, a gurijuba (salgada), a tainha, o caranguejo, o camarão, o mexilhão, a tartaruga, as conchas de lagos entre outras (Loureiro, 2019, p. 23).

<sup>9</sup> As espécies medicinais mais utilizadas em chás e temperos eram: urucum, jambu, pimenta, limão, etc; as frutas de quintal mais cultivadas: a laranja, a manga, a banana, a melancia, etc; (Loureiro, 2019, p. 23)

<sup>10</sup> Além da seringa e da castanha, extraía-se copaíba, cumaru, andiroba, pau-rosa, a resina da jutaicica, etc – óleos, leites e essências vegetais (Loureiro, 2019, p. 23)

de tipos de trabalho presentes em projetos agropecuários com incentivos fiscais dados pelo Estado:

Alguns desses projetos são de grande sofisticação tecnológica, como o da Fazenda Vale do Rio Cristalino, que foi implantado pela empresa alemã Volkswagen. O plano previa criação e abate de gado, que seria refrigerado no voo entre a fazenda e a Alemanha, dispensando a instalação de frigoríficos. Minúsculos artefatos eletrônicos eram implantados no gado para permitir seu controle à distância, por satélite, e determinar providências sanitárias e o momento próprio do abate. Mas, **na fazenda havia 500 trabalhadores escravizados** [grifos meus]. **Pesquisadores estimam que na década de 70 mais de meio milhão de trabalhadores foram submetidos à escravidão na região amazônica** [grifos meus] para permitir a abertura das novas e modernas empresas agropecuárias. Foi esse um retrocesso histórico espantoso em nome da modernização econômica e tecnológica (Martins, 2001, p. 33).

Para Martins (2009, p. 88), na Amazônia encontram-se relações de trabalho escravas, na base da agropecuária, distintas do período colonial. Para ele a escravidão negra extinta em 1888, era definida pelo costume e pela lei que transformava o cativo em mercadoria; já a escravidão na Amazônia poderia ou não transformar o peão em mercadoria, isso dependeria das circunstâncias locais e setoriais. Em outros termos, no período colonial e imperial, a escravidão era uma instituição social, mas no caso da Amazônia: ‘a peonagem não é uma instituição’.

Clássico estudo sobre as relações de trabalho na Amazônia é de Castro (1999), que analisa os aspectos do trabalho desenvolvido por populações tradicionais ou organizadas em unidades de pequena produção familiar, mas também o trabalho assalariado em médias e grandes empresas na Amazônia.

Segundo a autora, o trabalho não pode se encaixar em uma categoria estritamente econômica. Nas sociedades tradicionais, como as que existem na Amazônia, o trabalho é representado por um caráter único – que reúne nos elementos técnicos e de gestão o “mágico”, o “ritual”, um conjunto de manifestações, materiais e simbólicas dos humanos face à natureza (Castro, 1999, p. 35).

No entanto, esse trabalho tradicional é dominado pelas dimensões modernas de atividades produtivas como a mineração. Nas relações de trabalho dessas médias e grandes empresas sobrevém a afirmação de formas arcaicas de dominação social: “[...] cujo universo simbólico encontra-se marcado por noções de paternalismo” (Castro, 1999, p. 43).

Aliado a isso, a partir do final de 1980, os grandes empreendimentos localizados na Amazônia começaram um processo de modernização com mudanças significativas nas relações de trabalho. Essa modernização refletiu-se no interior das empresas através de uma hierarquização ocupacional autoritária que reatualiza as modalidades de paternalismo combinada com a ampliação de um mercado terceirizado (Castro, 1999, p. 44).

Além do mais, a modernização, por meio da pressão dos mercados globalizados, combina-se em nível local, com padrões de gestão da vida doméstica, na conjunção do trabalho em residência. Os impactos dessa modernização refletiram-se também sobre a força de trabalho em novas formas de segmentação do mercado, colocando em questão a relação salarial, o emprego e a própria noção de trabalho (Castro, 1999, p. 45).

Outro efeito da modernização foi a burocratização do cotidiano do trabalhador. A ideologia da qualidade passa a transitar da usina à gestão do cotidiano das pessoas, incorporadas ao ensino, nos serviços prestados aos trabalhadores como escolas primárias e secundárias, o hospital, o clube etc, amarrando-as à noções de vigilância da segurança e do controle de qualidade de vida (Castro, 1999, p. 45).

De modo similar, Costa (1995) argumenta que as relações de trabalho na Amazônia estão sempre sob influência de uma ideologia homogeneizante que transforma seu espaço em espaço agrário para a produção de commodities para o mercado mundial. Segundo o autor, a integração da Amazônia ao capitalismo, ao lado da integração geográfica, é uma estratégia de homogeneização da agricultura contra os modelos de extrativismo de indígenas, seringueiros, derivadas da especificidade de seu ecossistema.

Essa ideologia da homogeneização agrária da Amazônia segue de perto o processo de formação social, econômica e política da Amazônia, desde as drogas do sertão, passando pelos seringais, até os grandes empreendimentos agropecuários, utilizando a força de trabalho indígena, do negro, do peão, do boia fria:

“[...] a Amazônia tem vivido diferentes momentos onde fundada na diversidade, produção extrativa, especificidade do seu ecossistema e se reproduzindo com ela, tem sido sistematicamente negada por uma **ideologia agrária, homogeneizante (associada a um sistema econômico mundial que tem dificuldade de valorizar no sentido literal diverso)** [grifos nossos] que invariavelmente se materializa numa prática política com efeitos estruturais sempre significativos (Costa, 1995, p. 12).

Essa “homogeneização”, contudo, não é absoluta e divide espaço com outros atores sociais no meio rural amazônico, tais como os camponeses. Para Velho (2019, p. 184), a constituição do camponês na Amazônia ocorreu como continuação de camponeses nordestinos no Maranhão que fugiam da seca em busca de novas terras. No Maranhão plantavam arroz, milho, mandioca, feijão para o seu próprio consumo.

Os imigrantes nordestinos foram, a partir de 1950, a vanguarda de expansão camponesa na região da floresta amazônica, muito antes da Rodovia Transamazônica atravessar a área. Alternavam sazonalmente as suas atividades agrícolas entre a coleta da castanha ou a busca de diamantes. Essa vanguarda penetrou a Amazônia em busca de terras longe dos rios principais onde se encontravam as principais atividades tradicionais. Seu padrão de ocupação consistia

em indivíduos ou pequenos grupos de homens que adentravam à floresta; em geral estabeleciam-se em lugares próximos aos rios ou lagoas (Velho, 2019, p. 189-190).

Os camponeses acreditavam que os melhores solos se encontravam longe dos rios. Por isso, buscaram se estabelecer no "centro", em oposição à "beira" onde se situavam os povoados maiores e mais antigos, onde estavam localizados os campos dos camponeses. O estabelecimento médio desses camponeses era de 100 hectares, semelhante ao "minifúndio" do nordeste, onde cultivavam arroz, milho, feijão e mandioca. Em linhas gerais, a oposição centro-beira sintetiza uma série de outras posições presentes na fronteira camponesa. No centro, existia os campos, a roça, a predominância da agricultura, do trabalho pesado, eram próximo à natureza incontrolada, e isolado. Na beira, por sua vez, existia a cidade, a vila, a predominância da pesca, do trabalho leve, do lazer, eram próximo à natureza mais controlada e conhecida, e não era um lugar isolado (Velho, p. 193-194).

Na fronteira do campesinato, descrito por Velho (2019, p. 197-198) existem três camadas de camponeses. A primeira, a dos "culaques", uma "burguesia-camponesa" que utiliza mão-de-obra contratada permanentemente; parecem ser capitalistas, mas não conseguem estender ou acumular atividades para além da criação de gados. A segunda, é a do "campesinato médio" que são capazes de evitar sua agricultura para a subsistência, compram algumas cabeças de gado, mas não ao ponto, como no caso dos "culaques", de substituí-las pela agricultura; além disso, contratam força de trabalho temporário e geralmente usam a mão-de-obra familiar. A terceira camada é a dos pequenos camponeses recém-vindos para a fronteira que ainda não começaram a cultivar em seu lote e trocam sua mão-de-obra por colheitas com outros camponeses.

Com efeito, embora a modernização da Amazônia siga de perto uma ideologia agrária homogeneizante de seu espaço ecossistêmico, como lembra Costa (1995), ainda sim existem distintas formas de ruralidades na região que podem ser visualizadas nas distintas formas de trabalho rural. Outra forma de trabalho rural é a do agricultor familiar. O campesinato pode ser compreendido de duas maneiras distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de um modo restrito, como uma forma particular de organizar sua produção (agricultura camponesa) (Wanderley, 2003, p. 44-45).

O agricultor familiar é um ator social no mundo moderno. Por isso, deve-se considerar a sua capacidade de resistência e de adaptação aos novos contextos econômicos e sociais. Os agricultores familiares podem tanto realizar suas tarefas produtivas (trabalho) e terem seu resultado obtido com a produção (consumo), como também terem importantes capacidades de

investimentos integrados aos mercados modernos. Isso não impede, contudo, a subsistência familiar sob a forma de autoconsumo (Wanderley, 2003, p. 50).

Com isso, a pluriatividade, dos agricultores familiares, seria uma estratégia da família com a finalidade de assegurar a reprodução deste e de sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (Wanderley, 2003, p. 52). Aliado a isso, o rural possui atualmente o que alguns autores chamam de “novas ruralidades” que dá a ele um caráter cada vez mais heterogêneo.

Wanderley (2000) enfatiza que o recorte rural-urbano não aponta para o fim do rural, mas sim para a emergência de uma nova ruralidade. Para a autora, o rural atualmente é um espaço diversificado cuja paisagem convive indústrias, serviços, vias de comunicação, e formas de existência de distintos grupos sociais que podem ser fatores de dinamismos ou conflitos (Wanderley, 2000, p. 89-98).

Assim, esses distintos grupos sociais levam para o novo rural algumas questões centrais, a saber: a agricultura *versus* outras atividades não agrícolas; a eficiência econômica *versus* preservação ambiental; espaço produtivo *versus* espaço de lazer; produção *versus* consumo, dentre outras dualidades. Desse confronto de discursos dos atores sociais três posições sociais se enfrentam: 1) a que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural para a agricultura, como homogeneizadora, ou do urbano; 2) os espaços rurais destinados ao consumo, a residência e ao lazer; 3) os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental, a ser preservado contra todos os usos do produtivismo (Wanderley, 2000, p. 100).

Para Carneiro (1998, p. 53-56) a ruralidade expressa-se de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos distintos. Dois são os fenômenos que ajudam a entender a nova ruralidade no Brasil. O primeiro, refere-se a redução das pessoas ocupadas na agricultura, e o aumento de atividades não-agrícolas bem como o aparecimento de uma camada de pequenos agricultores que articula agricultura com outras fontes de rendimento – trata-se da pluriatividade. O segundo fenômeno refere-se à procura de formas de lazer e até mesmo meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas do meio urbano.

Carneiro (1998, p. 59-60), assim como grande parte dos autores das novas ruralidades, recusa-se a pensar a partir do dualismo entre o rural e o urbano. Ela propõe pensar os espaços rurais socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e com os "outros". Ou seja, propõe uma análise dos agentes sociais deste processo e não mais para o espaço geográfico da "cidade", da "aldeia", do "urbano", do "rural",

haja vista que cada espaço contém entre si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos.

Com efeito, Carneiro (1998, p. 60-61) considera que o rural e o urbano, assim como a "ruralidade", e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico dos agentes sociais diversos ao qual estão referidas. A ruralidade, nesse sentido, seria um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Esse processo implica em um duplo movimento: a reapropriação de elementos da cultura local a partir releitura possibilitada pela emergência de novos códigos, e, de modo inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural.

Para Carneiro (1998, p. 62), a expansão dos meios de transporte e de comunicação, com a mídia que divulga e legitima os valores, torna cada vez mais difícil pensar o agricultor e o trabalhador rural, no contexto da inserção plural, através da noção de ruralidade. Assim, frente a essa dificuldade é a localidade que denota a referência espacial qualificadora de um universo de relações sociais específicas. Além disso, cabe sublinhar o reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo informado pela memória coletiva do grupo social.

Para Silva e Del Grossi (2005) a partir de meados da década de 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais-não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, há exemplo do que ocorre com os países "desenvolvidos". Esse "novo rural" possui três grades atividades, a saber: "1) uma agropecuária moderna, baseada no commodities e intimamente ligada às agroindústrias; 2) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; 3) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado" (Silva e Del Grossi, 2005, p. 170).

Por outro lado, no "novo rural", passa a existir a penetração do mundo urbano com velhos e novos personagens os "neururais", como profissionais liberais e outros ex-habitantes que passam a residir no campo, ao lado dos assentados (ex-sem-terra) e dos denominados "sem-sem" (sem terra, sem emprego, sem casa, sem saúde, sem educação) (Silva e Del Grossi, 2005, p. 171).

Laubstein (2011, p. 94) entende que o "novo rural" caracteriza-se por um conjunto de diferentes atividades tradicionais que passaram a ser desenvolvidas no campo. Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento. Segundo a autora, os estudos das novas ruralidades

passam a defender a ideia de que as atividades no meio rural hoje passam a ser articuladas a diversos temas como a segurança alimentar, a qualidade de alimentos, a proteção do meio ambiente, a valorização dos diferentes tipos de territórios e a geração de oportunidades de emprego, de renda e de lazer.

Para Laubstein (2011, p. 94) as atuais contradições econômicas, sociais e ambientais ligadas ao modo de produção econômico do país, têm suscitado uma nova forma de se pensar as funções do espaço rural para além da produção de alimentos e de matérias-primas, o que tem desrespeitado novas práticas econômicas e sociais no campo e também nas novas ruralidades.

Como consequência, o novo rural, articulado com o urbano, renasce não apenas como "modernização rural" nos padrões da cidade, mas sob a constituição de novas formas de sociabilidades e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida nos termos da urbanização ou da homogeneização espacial e social entre o campo e cidade. Com efeito, mais importante que tentar definir ou redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano é a tarefa de buscar novos significados das práticas sociais que tornam operacional esses tipos de interações (distinção) a partir do olhar dos próprios atores sociais (Laubstein, 2011, p. 98-100).

Desse modo, os estudos das novas ruralidades elucidam novas formas de sociabilidades no rural que não estejam vinculadas apenas ao modelo da agricultura, ainda que também à ela. Entretanto, também acreditamos ser pertinente ressaltar que apesar das mudanças, e do surgimento desse "novo rural", ainda sim o capitalismo possui uma centralidade nele, e, por isso, ainda existem distintas formas de trabalho sob seu domínio.

Para Quijano (2010, p. 90), os componentes do poder colonial sempre estiveram, ao longo da história, articulados com elementos historicamente heterogêneos. Dessa forma, no capitalismo mundial o trabalho existe, como há 500 anos existiu, de formas diversificadas – salário, servidão, escravidão, pequena produção mercantil, reciprocidade –, “[...] mas todas elas estão ao serviço do capital, articulando-se em torno de sua forma salarial” (Quijano, 2010, p. 91).

Assim, o capitalismo não se baseia somente no trabalho assalariado do chão da fábrica. Sob seu domínio coexistem, lado a lado, distintas formas de trabalho. Para Quijano (2010, p. 93), Marx não percebeu esse caráter do capitalismo – para Marx, segundo a interpretação de Quijano, existe uma homogeneidade histórica do trabalho e das estruturas de poder.

Entretanto, discordamos da interpretação de Quijano. Em Marx, quando analisamos seus escritos fica evidente uma rica variedade de formas de trabalho que o capitalismo domina ao longo do processo de acumulação capitalista. Essa discussão, no pensamento marxiano é clara

quando trabalhamos com os conceitos de “processo de trabalho”, “subsunção formal” e “subsunção real”, presentes em textos como “Manuscritos econômicos-filosóficos”, “Capítulo VI”, e “O capital”.

Quijano fala da heterogeneidade do trabalho sob o capital mas não explica como o capital domina o trabalho; não o explica o que é processo de trabalho antes e depois desse domínio; e, por fim, não utiliza textos mais recentes (os manuscritos recentemente publicados) de Marx em que ele chama a atenção para as várias formas de trabalho pelas quais o capital se valoriza.

Para Marx, a singularidade do trabalho humano é o processo entre homem e natureza na qual, usando sua força de trabalho, ele modifica a natureza ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza. Os aspectos fundamentais desse processo de trabalho são: 1) a atividade orientada a um fim, o trabalho em si mesmo; 2) o objeto de trabalho, a natureza que se trabalha; 3) os meios ou instrumentos de trabalho, ou a natureza já modificada (Marx, 2017, p. 255).

Todavia, no capitalismo o processo de trabalho aparece como “estranho” aos próprios trabalhadores. Assim, o estranhamento do trabalhador face o seu processo de trabalho ocorre em quatro momentos: 1) quando o produto e o objeto de seu trabalho deixa de lhe pertencer; 2) no momento em que a relação do seu trabalho com seu processo de trabalho passa a ser mediada por algo estranho ao próprio trabalho; 3) quando o homem, em seu sentido genérico, não compreende mais a sua atividade intelectual como sua; 4) na medida em que o homem é alienado aos seus semelhantes, passa ver os outros homens em sociedade como algo estranho à ele (Marx, 2010, p. 82-85).

Contudo, embora o processo de trabalho deixe de pertencer ao trabalhador, existem formas diferentes de apropriação, por parte do capital, do trabalho excedente. A subsunção formal em Marx é a condição suficiente para a produção do mais-valor absoluto e surge no momento que os trabalhadores são impelidos a vender sua força de trabalho. Aqui o capitalista apenas supervisiona o processo de trabalho sem alterá-lo em suas bases materiais (Harvey, 2013, p. 182).

A subsunção formal é uma regra geral de todo processo capitalista de produção, mas ao mesmo tempo consiste em uma forma particular, a par do modo produção capitalista. A subsunção formal do trabalho ao capital é fundamentada na produção do mais-valor absoluto, posto que se diferencia formalmente de outros modos de produção, seja porque o produtor é empregado de si mesmo, seja porque o produtor direto deve proporcionar trabalho excedente. Seu essencial consiste na relação puramente monetária entre quem oferece e se apropria do trabalho, por um lado; e que as condições objetivas e subjetivas do trabalho quanto mais se

defrontam com o trabalhador na forma de capital, mais se estabelece uma relação formal entre capital e trabalho (Marx, 1978).

Sob o ponto de vista histórico a subsunção formal possui algumas particularidades. Aqui o processo de produção se fundamenta em um processo de trabalho já existente. O capital não cria novos processos de trabalho, mas sim apropria-se formalmente do trabalho artesanal, da agricultura, da pequena economia camponesa, para sua valorização – produção do mais-valor absoluto (Marx, 1978, p. 52).

Entretanto, o que distingue o processo de trabalho tradicional do processo de trabalho formalmente subsumido ao capital é a escala de produção. Ou seja, por um lado distingue-se pela quantidade de meios de produção adiantados e, por outro, pela quantidade de operários empregados por um mesmo patrão (Marx, 1978, p. 53).

Do ângulo da técnica, o processo de trabalho se faz com as mesmas tecnologias dos trabalhos existentes, mas, dessa vez, subsumidos formalmente ao capital. Nesse processo desenvolve-se uma relação econômica de superioridade e subordinação posto que é o capitalista quem consome, vigia e controla a capacidade de trabalho. Do outro lado, ocorre uma continuidade e intensidade e uma economia maior do uso da força de trabalho – o trabalho agora é medido pelo tempo socialmente necessário (Marx, 1978, p. 57).

A subsunção real, por sua vez, surge das reestruturações produtivas do capital e aumenta o grau de domínio da técnica sobre o processo de trabalho a cada salto tecnológico. Essa forma de dominação do capital ganha força do sistema fabril, do século XIX, onde a produção volta-se para um mercado cada vez mais oscilante, realizada fora das oficinas dos artesãos, nos edifícios do capitalista e sob sua supervisão. Aqui os trabalhadores perdem totalmente sua autonomia. A habilidade deixa de ser importante devido ao uso de máquinas (Huberman, 1979, p. 125).

A subsunção real do trabalho, com efeito, surge com a reorganização do processo de trabalho para obter mais-valor relativo. Ou seja, as relações de classe que prevalecem dentro do sistema capitalista agora penetram no processo de trabalho por meio da reorganização das forças produtivas (Harvey, 2013, p. 190).

Da passagem da subsunção formal cria-se um modo de produção capitalista tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho. Quando esse modo de produção se estabelece, se dá a subsunção real do trabalho ao capital para a produção do mais-valor relativo. Aqui altera-se, por meio da revolução total no modo de produção capitalista, uma nova relação entre capitalista e operário. Nesse momento desenvolve-

se as forças sociais produtivas do trabalho e, por conseguinte, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria no processo de trabalho (Marx, 1978, p. 66).

Em suma, Marx defende que o capitalismo pode apropriar distintas formas de trabalho, preservando suas características – como a servidão, a escravidão, o trabalho familiar – através da subsunção formal, como também criar novas relações de trabalho, entre capitalistas e trabalhadores, através da reorganização da produção capitalista, com a subsunção real.

Assim, Marx nos proporciona elementos teóricos sofisticados para analisar o domínio do capital sobre as várias formas de trabalho que Quijano faz menção, mas também as distintas relações de trabalho nas novas ruralidades. Em linhas gerais, podemos dizer que o rural sob o capitalismo possui novos elementos, mas também conserva outros mais antigos.

De um lado, no meio rural pode acontecer a transformação do campesinato em capitalistas ou em trabalhadores, e com isso, passa a existir uma relação de classes entre eles, como lembra Lênin (1982) e Kautsky (1986), no caso da Rússia; Franco (1997), no caso do café em São Paulo; Loureiro (2019), Martins (2008), Castro (1999) e Velho (2019), no caso da Amazônia.

Por outro lado, o rural pode ser visualizado como espaço de reprodução de um modo de produção camponês, como lembra Chayanov (1974, 1975, 2017), no caso da Rússia; e Abromovay (1998) juntamente com Wanderley (2003), ao ressaltarem o papel não só econômico, mas também político da agricultura familiar no rural brasileiro.

Com isso, acreditamos que o rural pode ser visualizado com distintos atores e diversas ruralidades que só podem ser identificadas no momento da pesquisa local, como os estudiosos das novas ruralidades ressaltam (Wanderley, 2000; Carneiro, 1998; Silva e Del Grossi, 2005; Laubstein, 2011), e não como um mero dualismo entre rural e urbano defendido por alguns autores em meados do século XX (Prado Júnior, 2006; Sodré, 1976).

Essas distintas formas de ruralidades podem expressar-se, também, em heterogêneas formas de trabalho – trabalho familiar, trabalho assalariado, trabalho escravo, servidão – sob o controle do capital – como lembra Quijano (2007), complementado e criticado por nós, com Marx (1978, 2004, 2017) – que também, ao nosso juízo, só podem ser identificadas em lócus de pesquisas.

## **2. 2 A dendeicultura e a agricultura por integração**

Os estudos brasileiros sobre as relações de trabalho, na dendeicultura, nos últimos anos, basearam-se sobretudo na análise da integração da agricultura familiar à cadeia de produção do dendê. Tratam-se de pesquisas que apontam para os problemas da agricultura por integração à

monocultura. Esse arranjos produtivos foram impulsionados pelo PNPB e pelo PSOP e encontram-se em municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju (Mota *et al*, 2022).

Do ponto de vista sociológico, essa integração pode ser lida também a partir das considerações de Chayanov (1975, 2017) sobre a concentração horizontal de capital da agricultura capitalista que transfere, na forma de concentração vertical do capital, os produtos do modo de produção camponês para a indústria. Isso fica evidente no uso que as empresas dendeícolas fazem da terra e da força de trabalho dos agricultores familiares em municípios que existem projetos de integração.

Com efeito, foi através do PNPB, em 2004, e do PSOP, em 2010, que o dendê se consolidou como cultivo de integração. A partir da primeira política pública, criou-se o Selo Combustível Social (SCS), uma certificação de incentivos às agroindústrias que integram agricultores familiares à cadeia de produção do biodiesel. Através da segunda política, ocorre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Eco Dendê, linha de crédito específica aos agricultores familiares que cultivam o dendê (Gomes; Mota; Schmitz, 2021, p. 302).

Ainda em relação a agricultura por integração, coube ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a concessão e gerenciamento do Selo Combustível Social (SCS), ao produtor do biodiesel que cumprisse os critérios estabelecidos pelo Programa e o que confere ao produtor de dendê o status de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Brasil, 2010).

O selo do biocombustível, no caso da agricultura por integração, com efeito, só pode ser obtido pelo produtor rural de dendê que esteja totalmente comprometido com a inclusão social e com o desenvolvimento regional. Para tanto os produtores de biodiesel devem obedecer as seguintes regras: 1) firmar contratos com os agricultores familiares com a participação de uma representativa (sindicatos, federações); 2) repassar para os agricultores cópias dos contratos devidamente assinados pelas partes para o agricultor familiar e para a entidade representativa (sindicato, federação, outros); 3) assegurar assistência técnica e gratuita aos agricultores familiares contratados; 4) capacitar os agricultores e agricultoras familiares para a produção de oleaginosas, de modo compatível com a segurança alimentar da família e com os processos de geração de renda em curso; 5) repassar aos agricultores assistidos pelos técnicos, cópia do laudo de visita devidamente assinado; 6) adquirir um percentual mínimo da agricultura familiar (Brasil, 2010).

A integração dos pequenos agricultores familiares na produção de óleo de palma no Brasil começou no início dos anos 2000, no município de Moju. A primeira tentativa foi estimulada pelo Projeto Novo Pará, financiado pelo governo do estado. Já a segunda deu-se através do PNPB, para estimular o biodiesel, e do PSOP, para fornecer apoio estrutural à produção de dendê, através da criação do Zoneamento Agroecológico (Mota *et al*, 2019, p. 3).

Os motivos que levaram os agricultores à assinatura dos contratos foram, sobretudo, econômicos: esperança de rendimento, acesso ao crédito rural, melhores tratos culturais, oportunidades de trabalho para as famílias dos agricultores permitindo-lhes que continuem agricultores. Por exemplo, segundo o estudo de Mota *et al* (2019) em Irituia, Moju e Garrafão do Norte, a maioria dos agricultores sentiram que as suas vidas melhoraram, com base em maiores rendimentos e na forma como se sentem por serem produtores de óleo de palma. Todavia, alguns permanecem insatisfeitos com as cláusulas contratuais, com os baixos rendimentos relativos ao trabalho e o medo de não conseguirem pagar suas dívidas com o crédito rural (Mota *et al*, 2019, p. 4-6).

Portanto, pode-se dizer que a agricultura por integração está relacionada sobretudo ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB): “a integração é uma relação na qual os agricultores familiares têm contrato com uma agroindústria para fornecer os cachos de dendê. As empresas compram o produto dos agricultores familiares e fornecem a estes assistências e capacitação técnicas” (Mota *et al*, 2022, p. 2).

Atualmente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares de São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, estão envolvidas nessa agricultura por integração. Antes da integração, 90% dessas famílias cultivavam mandioca e 10% não a cultivavam. Depois da integração, 39% das famílias pararam de cultivar mandioca e 61% das famílias mantiveram o cultivo da mandioca. O que mostra um impacto relativamente grande na produção da mandioca por parte dos agricultores familiares com a chegada do dendê (Mota *et al*, 2022).

Com a chegada do dendê, às áreas das parcelas de 6 a 10 hectares, dos agricultores familiares destinados ao dendê passou a ser de 72%; entre a 11 a 20 hectares passou a ser de 17%; e entre 3 a 5 hectares de 11%. O que mostra um grande avanço do dendê sobre as terras dos agricultores familiares integradas às empresas de dendê sobretudo em parcelas de 6 a 10 hectares (Mota *et al*, 2022).

Com isso, evidencia-se que a agricultura por integração foi, na verdade, uma forma de subordinar terra e trabalho ao agronegócio do dendê como vários estudos demonstram. Por exemplo, o município de Irituia, onde Tavares e Mota (2020) realizaram pesquisas com

agricultores familiares que possuem contrato de integração (36% dos agricultores integrados à agroindústria do dendê), além de outros funcionários públicos e líderes sindicais, constatou-se uma série de questões. Na agricultura por integração ao dendê, no município, as empresas possuem algumas obrigações com os agricultores familiares: assinaturas de contratos, capacitação, assistência técnica e compra da matéria prima produzida. Além disso, em Irituia, o processo de integração dos agricultores familiares ocorreu sob a "cooptação", isto é, no mapeamento dos agricultores hábeis à integração, realizada por uma intermediária, a Eco Dendê, e a Emater, ambas contratadas pela empresa ADM (Tavares; Mota, 2020).

No município de Irituia, 91 agricultores assinaram contrato em 2013. Sendo que 85 estão integrados. A diminuição ocorre porque algumas famílias não conseguem manter as exigências do cultivo e da relação contratual. As percepções dos agricultores sobre os contratos dividem-se em dois grupos. De um lado, os satisfeitos e esperançosos (34%), utilizados pela empresa no momento da assinatura do contrato. E, por outro lado, os preocupados e não esperançosos (66%), que se dizem insatisfeitos em trabalhar com o dendê por não conseguirem manter o ritmo de trabalho, sobretudo os que dispõem apenas da sua própria mão de obra e da esposa (Tavares; Mota, 2020).

Em Garrafão do Norte, conforme as pesquisas de Gomes, Mota e Schmitz (2021), com a chegada do dendê, o trabalho penoso entre se dividir para trabalhar na roça e para trabalhar no dendê, passou a ser parte da realidade dos agricultores familiares. Além disso, antes da chegada do dendê, 715 dos entrevistados pagavam diaristas e, depois da chegada, o número subiu para 91%. Em linhas gerais, a percepção sobre o dendê dos agricultores familiares de Garrafão do Norte, oscila entre a satisfação pela cultura proporcionar trabalho temporário para parentes, vizinhos e conhecidos, e a insatisfação em despendar gastos que depois precisam quitar sua dívida com as formas de financiamento. Por fim, a pesquisa aponta para os seguintes atrativos do dendê para os integrados: "Segundo os entrevistados, as principais justificativas que os levaram a produzir dendê foram a garantia da comercialização da produção à empresa (89%), a esperança de bons rendimentos (71%) e o acesso ao financiamento bancário (60%)" (Gomes; Mota; Schmitz, 2021, p. 13).

Em outra pesquisa, desta vez sobre a situação das mulheres agricultoras integradas ao dendê São Domingos do Capim, Mota, Nascimento e Schmitz (2020), fazem considerações importantes sobre o seu papel na agricultura por integração, sendo elas titulares de 20% dos contratos para a produção de dendê no Pará. Nesse sentido, os autores levam em consideração a assimetria entre trabalho de homens e de mulheres para analisar o contrato em nome das

mulheres para a produção de dendê em estabelecimentos familiares e como isso influenciou em seu reposicionamento nas esferas públicas.

Assim, na agricultura familiar, considera-se que os trabalhos produtivos, como o roçado, são de domínio do homem, ao passo que a casa seria o domínio da mulher. O homem, nessa diferenciação, ficaria situado na esfera produtiva e a mulher na esfera reprodutiva. Contudo, o estudo constatou que as mulheres (77%) trabalham na roça ajudando o marido no cultivo do feijão, do milho, da pimenta-do-reino e do açaí. Aliado a isso, também revelou que das 30 mulheres que assinaram o contrato com o dendê, em São Domingos, 14 (59%) executam simultaneamente as atividades domésticas, trabalham na roça e desenvolvem alguma atividade no dendê (Mota, Nascimento; Schmitz, 2020, p. 12).

Além desse reposicionamento na esfera produtiva, a agricultura por integração, em São Domingos, gerou uma recolocação das mulheres na esfera pública. Elas passam a ficar à frente das assinaturas dos contratos, possuem relações com o banco que concede financiamentos e participam dos eventos promovidos pelas empresas (Mota, Nascimento; Schmitz, 2020, p. 15).

Contudo, além do reposicionamento na esfera pública, a dendeicultura também traz gravíssimos problemas para as mulheres que fazem parte da composição familiar camponesa. Nascimento (2017), Nascimento e Mota (2021), ao analisarem a relação entre trabalho e autonomia das mulheres cujos contratos de produção com agroindústrias de dendê estão em seus nomes, em São Domingos do Capim, destacam que o dendê ao mesmo que trouxe uma perspectiva de “autonomia” às mulheres ainda sim recriou antigas formas de dominação paternalistas.

As pesquisas constataram que as mulheres possuem maior autonomia na decisão própria em ter o contrato com a dendeicultura e o envolvimento nas atividades relacionadas a este agronegócio. Contudo, em relação às atividades domésticas, as mulheres continuam cuidando dos filhos, da casa, e do preparo dos alimentos, ao mesmo tempo que é delas a responsabilidade pelas tarefas no roçado, como o plantio da mandioca, do milho, do feijão e do arroz além do próprio dendê. Nesse sentido, houve um aumento do trabalho para as mulheres com a chegada do dendê (Nascimento, 2017; Nascimento; Mota, 2021).

Além disso, as mulheres são as responsáveis pelas reuniões com os técnicos, com o manuseio dos documentos para a solicitação de empréstimos aos bancos, além de serem elas as que mais participam nas audiências públicas com órgãos públicos, sindicatos, e em palestras que a própria empresa promove. Contudo, ainda sim o responsável pela administração da renda das famílias continua sendo o homem da família, o que reforça a ideia de que existe um certo

limite na autonomia das mulheres diante da dendeicultura (Nascimento, 2017; Nascimento; Mota, 2021).

Esses pontos críticos da agricultura familiar sob influência da integração de dendeicultura encontram-se também no baixo Tocantins. Ferreira (2016), investigou os efeitos negativos do agronegócio do dendê para os agricultores familiares dessa região. Para ele, embora o contrato dos agricultores familiares com as empresas de dendê tenham sido firmados como política de inclusão através do biodiesel, garantido pelo Selo de Combustível Social, o que se verifica é que todo o óleo produzido destina-se como matéria prima para os ramos alimentícios e cosméticos, e não para o refino e fabricação de biodiesel.

Além disso, outros impactos foram percebidos na mudança da própria paisagem. No Baixo Tocantins os subsídios técnicos e financeiros à agricultura familiar foram suspensos. O agricultor só passa a ter ajuda do Estado caso este tenha começado os plantios de dendê, ou seja, caso tenha assinado um contrato de agricultura por integração com a Agropalma para a produção do biodiesel. Um outro aspecto relevante, sob o ponto de vista ambiental, é que a Agropalma nessa região vem destruindo os rios, as matas ciliares, a flora e a fauna (Ferreira, 2016, p. 57-97).

Aliado a isso, as comunidades de agricultores familiares da região sob as dependências da agroindustrial sofrem os efeitos do aviamento que ocorre nas seguintes condições: a Agropalma passa a ser a responsável pelo transporte dos cachos do campo até a indústria, colocando os preços pelos cachos sem a consulta do agricultor familiar. Nesse sentido, o agricultor familiar fica refém não só da assistência técnica, mas também do auxílio financeiro e tecnológico da empresa (Ferreira, 2016, p. 68).

Ainda no Baixo Tocantins passam a existir outros problemas territoriais oriundos da integração das terras dos agricultores familiares ao agronegócio de dendê. Barros (2016) analisa o uso agrícola do território com ênfase na integração da agricultura familiar no agronegócio de dendê no Baixo Tocantins no contexto de políticas públicas que visam à expansão da produção de dendê no Brasil.

No Baixo Tocantins existe uma racionalidade empresarial hegemônica que assume uma posição de comando presente nos territórios da agricultura familiar de dendê regulado pela empresa Belém Bioenergia Brasil, nos municípios de Baião, de Cametá, de Mocajuba e Tailândia, e a empresa Biopalma nos municípios de Acará e Moju. Essas empresas monopolizam a elaboração das normas e diretrizes dos contratos sem deixar margem para a participação dos agricultores familiares (Barros, 2016, p. 218).

Nas comunidades estudadas, os agricultores familiares queixam-se do valor da cotação do dendê. Eles não sabem como é feito o cálculo da cotação do preço pela bolsa de valores de Rotterdam, na Holanda. A empresa usa a bolsa de valores como referência de pagamentos em dólar, e como medida de referência a tonelada de dendê (Barros, 2016, p. 236).

Sobre a assistência técnica, os agricultores queixam-se porque ela é feita por um técnico da empresa, Belém Bioenergia, que impõe aos agricultores as normas das empresas sem escutá-los, e de que essas normas são insuficientes para atender as demandas do dendezal. Além disso, por insuficiência de renda, muitos agricultores fazem atividades secundárias complementares ao dendezal, como é o caso da roça da pimenta-do-reino e da mandioca (Barros, 2016, p. 237). Por outro lado, os agricultores também ressaltaram que suas condições econômicas não melhoraram. Na verdade, existem muitos problemas de tratos culturais e de limpeza das áreas, bem como a adubação (Barros, 2016, p. 240). Aliado a esses problemas, nas localidades estudadas tanto antes quanto depois da chegada do dendê a organização político-social não passa de diálogos que os agricultores mantêm entre si (Barros, 2016, p. 244).

Corroborando com essas impressões sobre uma deidecultura nociva para os camponeses o estudo de Carvalho (2016) sobre as metamorfoses no espaço de Tomé-Açu, utilizando a vila Forquilha como estudo de caso. Os plantios de dendê da região encontram-se sob as dependências das agroindustriais Biopalma e da Petrobras Galp.

Da perspectiva econômica, a chegada das empresas na região ofereceu a oportunidade de emprego, de uma renda fixa com carteira de trabalho assinada. Esse fator foi atrativo e fomentou imigração de agricultores que venderam suas terras para trabalhar na fábrica, bem como de outros fluxos migratórios do nordeste, sul e sudoeste do Brasil (Carvalho, 2016, p. 78-85).

A instalação da dendeicultura da Vila Forquilha alterou a relação dos moradores com o seu lugar, isto é, do agricultor com a terra – ocorreu uma metamorfose do espaço. Antes do dendê, os agricultores viviam para sua própria reprodução social através da agricultura de subsistência e da criação de animais. Entretanto, após o agronegócio passaram a viver da agricultura por contrato e do próprio salário que a empresa paga para eles (Carvalho, 2016, p. 94-97).

Ainda sobre a dendeicultura em Tomé-Açu, Albuquerque (2018) analisou os efeitos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria de dendê no município, entre o período de 2005 a 2017. Suas conclusões também chamam atenção para os problemas que a palma do dendê trouxe para os camponeses na região.

Antes da chegada do dendê em Tomé-Açu as principais culturas dos agricultores familiares eram a mandioca e a pimenta-do-reino. Mesmo com a chegada da dendeicultura os agricultores continuaram com os plantios de mandioca e da pimenta apesar da redução das áreas plantadas o que leva alguns agricultores a desmatarem para sua roça (Albuquerque, 2018, p. 115).

Outro ponto crítico encontrado na pesquisa, referente a agricultura por contrato, é a de que os técnicos fazem um papel de fiscalização da produção, buscando desvios referentes às recomendações de contrato da empresa para com a plantação, ao invés de darem os ensinamentos relacionados ao cultivo do dendê. Alguns camponeses afirmam que não recebem assistências da Biopalma há mais de dois anos (Albuquerque, 2018, p. 121). Outro fator que causa reclamação dos camponeses é o peso da adubação. A Biopalma é a responsável pela adubação e, por isso, desconta seu preço no momento de os camponeses por sua produção de dendê (Albuquerque, 2018, p. 127).

Nesse sentido, com a dendeicultura em Tomé-Açu ocorre a sujeição do camponês, de sua renda da terra e trabalho, ao capital através da dendeicultura. Mesmo que alguns dos entrevistados pela autor considerem que houve melhora na renda, ainda sim existem reclamações sobre a política de preços impostas aos camponeses, que estão em conexão com os imperativos do mercado global de commodities, bem como a falta de assistência técnica, o atrasado no frete do transporte dos cachos de frutos frescos, falta de recusos de capacitação, atraso na entrega de insumos, dentre outros fatores que deveriam fazer parte do pacote previsto pelo contrato de integração (Albuquerque, 2018, p. 137).

Esses impactos negativos sobre a vida dos camponeses têm como pano de fundo uma silenciosa transferência de terras públicas para a iniciativa privada que ocorrem em municípios – como é o Tomé-Açu – onde as empresas de refino do óleo da Palma arrendam as terras dos pequenos produtores rurais. É o que mostra Silva (2015) ao analisar a transferência das terras da reforma agrária para o agronegócio transnacional e a composição do grande território do dendê na Amazônia paraense, por meio da “integração” das famílias assentadas. Nesse processo, o Estado passou a subsidiar com créditos, assistências técnicas, etc, os agricultores familiares que alugarem suas terras – arrendamentos – para as agroindústrias de dendê.

Entretanto, foram as mais variadas desvantagens e “vantagens” sob o ponto de vista social e ambiental que a dendeicultura, com a Agropalma e Biopalma, trouxeram para os agricultores que tiveram suas terras arrendadas. Em Concórdia do Pará, ocorreu o enfraquecimento da agricultura, desmatamento das nascentes dos igarapés e poluição, êxodo rural, insegurança, crescimento desordenado da população, falta de terras nos assentamentos e

escassez. Por outro lado, as “vantagens” referem-se a questões como oportunidade de renda, acesso ao mercado, geração de empregos, crédito do PRONAF Eco que impulsiona o setor do serviço e comércio, melhoria de infraestrutura, assistência social e qualificação profissional (Silva, 2015, p. 178).

Em Mãe do Rio, as vantagens e desvantagens também ocorrem de forma similar. Os problemas que o dendê trouxe foram a presença de atravessadores que ganham dinheiro levando os cachos de dendê até a indústria de beneficiamento, as quebras de acordo e endividamento com os bancos, o trabalho pesado, a monocultura, o agrotóxico, e o assalariamento rural, etc. Por outro lado, as vantagens são concernentes sobretudo à colheita, ao adubo e ao crédito (Silva, 2015, p. 180).

Em Moju, também foram constatadas dualidades entre pontos críticos e vantagens. Em relação às desvantagens assemelha-se a de outras regiões vítimas do dendê, com forte agressão a saúde, a falta de organização e representação política, o endividamento com o banco, o trabalho pesado, a péssima renda a longo prazo, o agrotóxico, a falta com confiança com as linhas de créditos, a não participação dos agricultores na elaboração dos contratos, além da incerteza quanto ao ganho obtido na venda dos cachos de dendê. Sobre as vantagens os agricultores ressaltam sobretudo a geração de renda e emprego, a melhoria do comércio e dos serviços, o giro de capital na economia local, etc (Silva, 2015, p. 183-184).

Com efeito, percebe-se que transferência de terras proporciona, apesar de algumas melhorias, gravíssimos problemas sociais e ambientais para os agricultores na Amazônia. Outra localidade que absorve os efeitos negativos da agricultura por contrato do dendê é São Vicente no Pará. Chaves (2016) resalta quais os construtos sociais a sociedade camponesa dessa região – integrada a uma agroindústria do dendê – leem os agrotóxicos utilizados no dendezeiro.

Os moradores de São Vicente interpretam o agrotóxico como “veneno” a partir de três construtos sociais. O relacionam com a “catinga”, relacionado ao odor forte que sai dos agrotóxicos soltos ao ar. A “fortidão” é uma outra forma de caracterizar o cheiro forte dos produtos químicos. E o “sereno”, que são gotículas que ficam no ar quando ocorre a aplicação do veneno. Todos esses três aspectos são responsáveis, segundo os camponeses, pela contaminação das pessoas em São Vicente pela dendeicultura (Chaves, 2016, p. 87-88).

Nesse sentido, além da expropriação de terras e contaminação por agrotóxicos, assinala também a forte presença de conflitos socioambientais no universo da dendeicultura. Silva Santos, De Farias e Do Canto Lopes (2020), em suas análises dos conflitos socioambientais envolvendo três empresas dendeícolas, bancos financiadores e agricultores familiares, no nordeste paraense, constataram que os principais motivos para a tensão entre esses agentes

ocorrem: 1) porque as empresas defendem o processo de formalização de mão de obra ao contrário dos agricultores familiares; 2) porque os agricultores familiares rejeitam a fiscalização das empresas sobre trabalho infantil argumentando que esse trabalho faz parte de seu universo social; 3) por conta dos problemas na entrega de insumos e assistência técnica financiados pelos bancos e empresas de dendê aos agricultores familiares; 4) por causa da falta de informações sobre o projeto de integração da agricultura familiar à monocultura do dendê os agricultores rejeitam a possibilidade de trabalharem e cederem terras para as empresas.

Nesse sentido a dendeicultura além da apropriação econômica da terra e da força de trabalho, também possui uma dimensão simbólica da apropriação do território das comunidades tradicionais na Amazônia. Monteiro (2017) busca compreender o fenômeno do avanço do dendê na Amazônia pelas alterações decorrentes do fato social, através da objetivação espacial, tendo como estudo de caso o Vale do Acará, no Pará, como espaço-lugar, a luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. O seu estudo levou em consideração 372 assalariados de três empresas que atuam no Vale do Acará: Biopalma, Brasil Bioenergia, Dentuá. Os municípios abrangidos foram: Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

O que dentre outras coisas a pesquisa demonstra é que, apesar da transformação dos agricultores familiares em trabalhadores rurais assalariados, a maioria desses agentes carrega consigo um “habitus” – no sentido de Bourdieu, uma estrutura incorporada – que não se anula com o tempo, a saber: o desejo subjetivo de retornar a roça, de ser um agricultor autônomo. Para o autor, a estrutura estruturada que o agronegócio traz para o nordeste paraense não é suficiente para anular as estruturas estruturantes já existentes a partir da agricultura familiar (Monteiro, 2017, p. 268-269).

Não obstante, mesmo que o agronegócio do dendê se imponha, ele não consegue anular todas as formas sociais já existentes em determinadas localidades. Nos territórios passa a existir uma espécie de r-existências das comunidades tradicionais. Sobre esse aspecto, o estudo de Sousa (2018), sobre análise da recriação camponesa (campenização), contraditoriamente, à expansão do dendê, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, traz elementos pertinentes. No nordeste paraense, frente a expansão do dendê, essas comunidades e suas relações de vizinhança, que agregam unidades domésticas juntamente com relações de sociabilidade e reciprocidade, dão possibilidade à família com dificuldade financeira de se firmarem e resistirem.

Os exemplos dessa r-existência camponesa são das associações políticas dos agricultores no nordeste paraense. Em Tomé-Açu onde existe resistência política dos camponeses ao dendê através da Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras

(ABAA). Aqui a valorização dos camponeses pela associação ocorreu na possibilidade de produzir e comercializar grande parte de seus componentes agrícolas da mandioca e da pimenta-do-reino e, em segundo lugar, na possibilidade de comercialização mais justa, alcançando melhores preços, fugindo de marreteiros e atravessadores, garantindo dessa forma a autonomia dos camponeses. E em Boa Esperança, através da Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança (ASPRUNE), onde os camponeses têm se mobilizado para a garantia de mercado para suas produções, que na fruticultura a sua base produtiva (Sousa, 2018, p. 310).

O estudo de Saveedra (2017), sobre o assalariamento dos quilombolas e o retorno deles às atividades agrícolas familiares na comunidade Santo Antônio (Concórdia do Pará; Brasil), nas adjacências dos espaços de cultivo de dendê, que fornecem mão-de-obra assalariada para a empresa Biopalma, é pertinente porque também ressalta a r-existência do camponês na Amazônia paraense.

Em Santo Antônio, na relação entre produção familiar e trabalho assalariado, divide-se a história entre antes do dendê, onde os agricultores mantinham sua relação com a terra, e depois com a chegada, na qual a empresa trouxe uma relação de salário, mudando a própria forma de organização do trabalho: o ir e retornar ao trabalho, na roça, controlado pelo próprio agricultor familiar, passou a ser o ir e retornar ao trabalho na indústria controlado pela própria empresa (Saveedra, 2017, p. 111).

Nesse cenário, a Biopalma absorve sobretudo a força de trabalho quilombola dos mais jovens por dois motivos alegados pelos pais: de que por receberem o bolsa família não vêm a necessidade dos filhos trabalharem na roça muito cedo, e que os jovens sonham com um emprego, com estudos (Saveedra, 2017, p. 112-114).

Dos trabalhadores rurais todos foram diretamente contratados pela Biopalma. Aliado a isso, nenhum deles possui vinculação com Sindicato Rural, ainda que exista uma cláusula no contrato de integração, Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que prevê acesso do sindicato no local de trabalho (Saveedra, 2017, p. 117).

Existe uma dualidade na chegada do dendê através da Biopalma. De um lado, pela existência de carteira assinada, pela possibilidade de renda adicional que poderia ser obtida no trabalho da roça, criando empregos. E, por outro lado, existem problemas porque os trabalhadores são submetidos à lógica da própria empresa, bem como à ausência de uma política do Estado direcionada para os pequenos produtores (Saveedra, 2017, p. 120).

Outros estudos de casos também nos permitem elucidar a insustentabilidade do dendê através do processo de descampeneização e expropriação de terras. Nahun e Santos (2013), fazem o apontamento da queda da produção da tradicional atividade – a produção de farinha –

em detrimento do agronegócio do dendê, na comunidade do Araguaí, em Moju, através da influência da agroindustrial Biopalma.

Outro estudo exemplar, é o de Gemaque, Filho e Beltrão (2015), realizado na comunidade rural “Calmaria II”, situada na microrregião de Tomé-Açu, entre os municípios de Moju, Acará e Tailândia. Na comunidade estudada, sua origem deu-se por meio do projeto de assentamento oficialmente estabelecido pelo INCRA.

Os membros da mencionada comunidade, que participam diretamente do projeto contam com uma associação legalmente constituída, a Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II – Comunidade Água Preta, Moju, PA (AMOPARACAP) fundada em 07 de julho de 2003, contando com 35 associados. O projeto dendê familiar foi iniciado em 2006, nessa comunidade em parceria com uma empresa, contando com a participação de 35 famílias. Aqui, temos 35 famílias, sendo que cada unidade produtiva dessa contém mais de 3 pessoas como força de trabalho que, com a integração à agroindustrial, passaram a trabalhar para ela (Gemaque, Filho e Beltrão, 2015).

Portanto, nesse universo social, descampeniza-se os camponeses através da agricultura por contrato, onde os agricultores familiares plantam palmas de dendê e fornecem matéria-prima para agroindústria processá-la tal como é o caso das mulheres agricultoras em São Domingos do Capim (Nascimento; Mota, 2021), e dos demais casos supracitados. Aliado a isso, determinado processo de descampeneização e expropriação de terras gera um novo arranjo de trabalho, uma nova relação de produção: a substituição do modo de produção camponês pelo modo de produção capitalista.

Em um estudo de caso empreendido pela ONG Repórter Brasil (2013), o agricultor familiar, de Concórdia do Pará Raimundo Lopes dos Reis, iniciou uma parceria com a Biopalma Vale, em 2010. Com a parceria, o agricultor plantou 10 hectares e tomou de empréstimo do banco R\$ 57, 5 mil reais. Em janeiro de 2013, começou a colher, e lucrou R\$ 1, 8 mil reais com a produção de dendê. Embora satisfeito, o negócio não foi para ele rentável, haja vista que contratou por cinco dias a R\$ 30, 00 a diária: um gasto de R\$ 600, 00. Depois disso, foram contratadas mais três pessoas por seis dias para ajudar no trato e na colheita da lavoura, a R\$ 300, 00 a diária, com um valor mensal de R\$ 600, 00. Somado a isso, ele teve um gasto com R\$ 666, 00 de adubo e R\$ 105, 00 de veneno. O gasto global foi de R\$ 2.511, 00 contra R\$ 1.800, 00 de renda. Temos aqui uma clara perda do camponês para o grande agronegócio.

A expansão da dendeicultura, além de um reordenamento territorial/espacial por meio do mercado de terras, proporcionou nas macrorregiões do nordeste paraense novos arranjos de trabalho. Corrêa (2016), constatou que as relações de trabalho no cultivo de dendê na empresa

Agropalma são “degradantes”, com restrições do direito de ir e vir e relações de subordinação sob a ameaça de violência física e psicológica. Além disso, sobre o salário, verificou-se que é pago por produção, ou seja, sem salário fixo que, sem direito a folga, pode somar até R\$ 150,00 semanalmente, dependendo da produção e dos gastos dos trabalhadores (a empresa desconta dos salários dos trabalhadores as despesas destes).

Ainda em um dos estudos de caso, empreendido pela ONG Repórter Brasil (2013), temos um exemplo do trabalho e seu caráter “penoso”, bem como, sua vinculação ao mundo das drogas. O caso do ex-agricultor com o pseudônimo de B.R, é um protagonista emblemático do episódio. Em 2009, a Biopalma Vale comprou a área de 400 hectares da família e ajudou B.R a montar o negócio que, em março de 2013, agenciava 30 homens para trabalhar no plantio e manejo de dendê para a empresa. E B.R passou a ser um dos “gatos” da empresa. Tal posto serve à empresa para terceirizar a força de trabalho, haja vista que os gastos com equipamentos de proteção individuais (EPIs), alimentação, e afins, ficam a encargo do agenciador. A consequência, como aponta B.R, é uma nova realidade, que já era presente em alguns canaviais paulistas, como o consumo e o vício em drogas pesadas, cocaína e crack, o que segundo o ex-agricultor levou “[...] pelo menos quatro dos meus 30 trabalhadores se viciaram em cocaína nas frentes de dendê” (B.R *apud* Repórter Brasil, 2013, p. 7).

Em outro estudo, realizado pela ONG Repórter Brasil (2008) revela que os agricultores, sob influência da Agropalma, não conseguem conciliar a atividade tradicional, familiar com a destinada ao agronegócio. Isto é prejudicial para o campesinato, como demonstra João Assunção, de 66 anos, que aderiu a um projeto de parceria com o agronegócio: “[...] Não dou conta do dendezal e da roça; tive que largar a roça” (B.R *apud* Repórter Brasil, 2013, p. 15).

Outros estudos também vêm apontando que a dendeicultura é insustentável sob o ponto de vista ambiental. Ela torna-se insustentável pelos riscos que cria ao meio ambiente, sobretudo por conta dos agrotóxicos (Cardoso; Pereira, 2021; Nahun; Dos Santos, 2014).

No mais, são vários os estudos sobre os efeitos da agricultura por integração ao dendê sobre os agricultores familiares. Dentre os vários apontados e estudados pelas pesquisas citadas acima podemos destacar: 1) aumento do trabalho penoso para os agricultores familiares; 2) expansão do dendê sobre as terras dos agricultores familiares; 3) uso de agrotóxicos; 4) redução de culturas tradicionais voltados para a subsistência da família; 5) aumento de ações coletivas, organizações sociais e políticas como forma de enfrentamento e contestação das empresas; 6) falta de apoio técnico das empresas aos agricultores familiares; 7) falta de informações sobre os contratos de integração entre empresas e pequenos produtores.

Com isso, as principais problemáticas de pesquisas sobre a agroindústria do dendê coloram-se sobre essa integração desigual entre agricultores familiares presentes em Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, Baixo Tocantins, e as empresas de dendê dessas regiões.

Assim, as relações de trabalho – relações sociais – ocorrem, a partir desses estudos, entre agricultores familiares e capitalistas do dendê. Um de seus principais problemas, do ângulo do trabalho, é que, por conta da expansão do dendê, passa a ocorrer o desequilíbrio microeconômico entre produção e consumo, introduzindo o “trabalho penoso” nesses estabelecimentos destinados não mais a subsistência dos agricultores familiares, mas sim a produção do dendê para o mercado, como lembra Abromovay (1998).

### **2. 3 Agricultura por associação do dendê em Igarapé-Açu**

A dendeicultura em Igarapé-Açu, territorializada pelos imigrantes japoneses, desconhece o processo de integração de agricultores familiares – que ocorrem em municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia, Moju, Baixo Tocantins – à sua cadeia de produção. Diferentemente dessas outras localidades do nordeste paraense, em Igarapé-Açu não existe agricultura por integração, isto é, a agroindustrial Palmasa, que iniciou suas atividades a partir da década de 1980, recebe os cachos dos próprios japoneses filiados a agroindustrial e, por isso, dispensa o fornecimento de cachos dos campeonatos:

Sobre a integração de agricultores familiares a empresas de dendê, a EMATER local elaborou projetos para 22 famílias, mas não conseguiram financiamento junto aos bancos (Banco do Brasil e BASA). Para os técnicos da EMATER, isso aconteceu porque a PALMASA não apoiou os projetos de financiamento, por não ter interesse na integração com agricultores familiares e, portanto, não assumiu o compromisso de garantia de compra da produção, inviabilizando os projetos (SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017, p. 17).

Assim, como observa Silva e Navegantes-Alves (2017), apesar do esforço da Emater para organizar um projeto de integração para 22 famílias não houve financiamento juntos aos Bancos do Brasil e BASA, nem mesmo apoio da agroindustrial Palmasa que não assumiu o compromisso de garantia de compra da produção familiar.

Dessa forma, levando em consideração as dimensões ambientais (a integração através do PNPB e do PSOP, para a obtenção do Selo do Combustível Social por parte das empresas de dendê, que garantiria apoio aos agricultores familiares através do contrato) e das relações sociais (integração com agricultores familiares ou associação com médios e grandes produtores de dendê) – tentaremos entender o arranjo produtivo – denominado por nós, em base nos

pressupostos weberianos, como “agricultura por associação” – da Palmasa, em Igarapé-Açu, para que, paralelamente a isso, possamos tipificar o trabalho que o sustenta.

O senhor Watanabe, já citado anteriormente, fundador da Palmasa, em entrevista concedida à nós para o entendimento do processo histórico de expansão do dendê em Igarapé-Açu já nos dava algumas pistas sobre a relação associativa da agroindustrial com demais produtores rurais. Nos respondendo sobre os motivos pelos quais a empresa prefere adotar o sistema de “confiança” ao invés da integração com agricultores familiares, ele diz: “[...] A Palmasa tem os próprios plantios, mas também compramos de terceiro [grandes e médios produtores rurais de dendê] [...]”, e complementa enfatizando sobre a não necessidade do contrato: “[...] Não, não tem contrato, aqui é confiança. Eles [japoneses] não enganam, os brasileiros enganam. Confiança, todo mundo gostou [...]. Não, não fazemos. Porque não é fácil, é difícil. Porque nós somos um grupo de agricultores que montou. Depois ensinava o produtor que ensinava os outros. Hoje tem agrônomo orientando agricultor de casa em casa. Então apoio para agricultor familiar nós passa, apoio a gente passa” (Iichi Watanabe, 76 anos).

Portanto, para o Senhor Watanabe, a “confiança” nos japoneses e a suspeita sobre os brasileiros, além da dificuldade para fazer contrato com agricultores familiares, são os motivos que levam a agroindustrial Palmasa a não fazer ou apoiar os projetos de integração para a agricultura familiar. Vale ressaltar que quando ele diz que a empresa dá apoio técnico aos “agricultores familiares” ele está se referindo aos grandes produtores rurais de dendê, sobretudo os japoneses que fornecem cachos para a agroindustrial à anos e não aos pequenos produtores rurais – agricultura familiar propriamente dita que produz para a subsistência e para o mercado.

De forma similar, mas moderada, a defesa pela “associação” produtiva com “parceiros” da Palmasa, que fornecem a elas cachos de dendê, também encontra-se presente no discurso do filho do Sr Watanabe, Nilson Kiyoshi Watanabe. Quando perguntamos a ele se a agroindustrial Palmasa fazia contrato com agricultores familiares, ele nos disse que ele não faz mas a Palmasa sim: “[...] Eu não faço. A Palmasa Faz. Não bem agricultura familiar. Porque a agricultura familiar é benefício do governo, e a gente não tem como fornecer esse benefício. Aí nós fazemos um contrato” (Nilson Kiyoshi Watanabe, idade acima de 50 anos).

Sobre a fala de Nilson Kiyoshi Watanabe, duas observações merecem ser feitas. Para ele “agricultura familiar” é o negócio tocado pela família, pela tradição, e os projetos de integração seriam de competência apenas do governo e não da empresa propriamente dita.

Para ele, quem deveria recorrer aos recursos, disponíveis pelo governo, deveriam ser os próprios agricultores familiares e não a empresa: “Então, a agricultura familiar é muito variável, né? No caso do recurso, então os recursos, como eu falei, a empresa não tem todo esse recurso.

Então não tem o pequeno agricultor familiar na empresa”, e ainda complementa dizendo que os agricultores familiares já recorreram ao recurso mas foram impedidos pelo governo: “Eles já recorreram mas sempre o governo bloqueia. Dá a impressão de que o governo não quer que a empresa entre no meio. Isso ocorre através do Cadastro do Produtor, aí é liberado o recurso e a gente pode fazer o recebimento do dendê, no caso, e fazer as orientações, somente” (Nilson Kiyoshi Watanabe, idade acima de 50 anos).

Assim, a outra dificuldade para que a Palmasa não apoie os projetos de integração de agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê, segundo Nilson Kiyoshi Watanabe, seria a falta de recursos governamentais destinados ao pequeno produtor que deseja plantar dendê e fornecer cachos para a Palmasa.

Outro relato importante foi o de Osvaldo Mitio Miyagawa, produtor rural, empresário acionista da Palmasa e administrador do agronegócio. Perguntamos a ele sobre a existência da agricultura por integração da agricultura familiar com a Palmasa. Ele nos respondeu, ao contrário dos demais entrevistados, que a agroindústria antigamente, por volta de 2013, chegou a fazer um projeto de integração:

Os agricultores que são considerados familiares, que estão aqui há muito tempo com a gente né, cerca de 10 a 20 hectares, e tem outros na modalidade que foram financiados pelo BASA (FNO), na época era exclusivamente para a agricultura familiar e para o dendê, que hoje eu acho que já não existe mais essa modalidade. Mas com a gente aqui na Palmasa, tem vários agricultores considerados familiares (Osvaldo Mitio Miyagawa, 49 anos).

Com efeito, percebe-se que houve a tentativa da Palmasa, durante um breve período, de apoiar projetos de integração de agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê. Entretanto, restam dúvidas quanto a natureza desse projeto, isto é, se ele foi na época estimulado pelos programas governamentais PNPB e PSOP, que buscavam inserir o dendê como matéria vegetal para o biocombustível. As dúvidas permanecem quando dos 8 produtores rurais entrevistados (tanto os mais antigos quanto os mais novos), incluindo aqueles que também são acionistas da Palmasa, 100% afirmaram não conhecer o Selo do Combustível Social, certificação obtida pelas empresas dendeícolas que promovem a integração de agricultores familiares às suas cadeias produtivas.

Por outro lado, com base em nossas entrevistas, percebemos que 100% dos contratos com os 8 produtores rurais entrevistados servem apenas para a formalização do fornecimento de cachos de dendê para a Palmasa sem compromisso com a agricultura familiar. Senhor Satoshi, produtor rural de dendê e funcionário da empresa Agrocomercial Marajoará LTDA, responsável pela parte agrícola da cadeia produtiva da Palmasa é objetivo nesse sentido quando

perguntamos à ele sobre a existência de contratos com pequenos produtores rurais: “Não, a gente não tem isso aqui. Tem contrato, né? Contrato com o produtor [...]. É contrato de fornecimento. Contrato de compra e venda” (Carlos Satoshi Nawata, 45 anos).

Outro produtor rural, Nelson Noriaki Uesugui, diz que os únicos contratos que conhece é o da força de trabalho contratada por ele para trabalhar nos plantios de dendê e o contrato para o fornecimento de frutos para a Palmasa. Sobre o contrato com os trabalhadores rurais, ele diz que nunca pensou em contratar ou arrendar terras de agricultores familiares: “Não, é contrato direto. A gente não teve essa ideia ainda [de arrendar terras dos agricultores familiares]. A gente vem fazendo como sempre vem sendo feito. Contrata direto com carteira assinada, efetivando”, por outro, sobre os contratos de fornecimento ele confirma sua existência: “Vendo direto pra Palmasa. Mas gente tem um tipo de contrato. Não me lembro mais, mas a gente assina esse contrato aí [de fornecimento]” (Nelson Noriaki Uesugui, 56 anos).

Assim, com base nas entrevistas acreditamos que os contratos existentes são para o fornecimento de cachos dos produtores rurais para a agroindustrial Palmasa. Segundo Nilson Kiyoshi Watanabe, atualmente o número de produtores rurais parceiros da Palmasa “Seriam de 44 ou 45” (Nilson Kiyoshi Watanabe, idade acima de 50 anos). Esses produtores rurais segundo o histórico da Palmasa:

Todos têm áreas de plantio, compreendidos entre 5 hectares e 600 hectares individualmente distantes num raio de 25 km da usina local. Os plantios têm estradas secundárias de terra e vicinais normais para escoar a produção até a usina e o produto (óleo de palma, óleo de palmiste, estearina ácida de palma e torta de palmiste) também conta com rodovias normais asfaltadas para escoamento a outros estados do país. A logística modal permite também até realizar exportações pelo porto da Agropalma, no bairro Tapanã, em Belém (Palmasa, 2019).

A maioria desses produtores, além disso, são “antigos” e fornecem cachos para a Palmasa há muitos anos, desde sua fundação. Sobre isso, ao ser questionado sobre o Selo do Combustível Social (SCS), obtido no processo de inclusão do agricultor familiar à economia do dendê, o senhor Miyagawa responde: “Os contratos que a gente tem são com parceiros mais velhos, de 20 a 30 anos [de parceria com a empresa]. Não temos isso aí [SCS]” (Olsvaldo Mítio Miyagawa, 49 anos).

Portanto, do ponto de vista sociológico entendemos, com base nas entrevistas, que existe uma relação “associativa”, que encontramos em Weber uma definição que iremos empregar aqui, caracterizando a dinâmica socioeconômica que se estabelece entre agroindustrial Palmasa e os produtores rurais de dendê. O que contraria a existência de uma agricultura por integração com agricultores familiares, como ocorre em outros municípios do nordeste paraense, nos quais os projetos de integração constituem uma realidade. Na verdade, o que se sobressai nesse

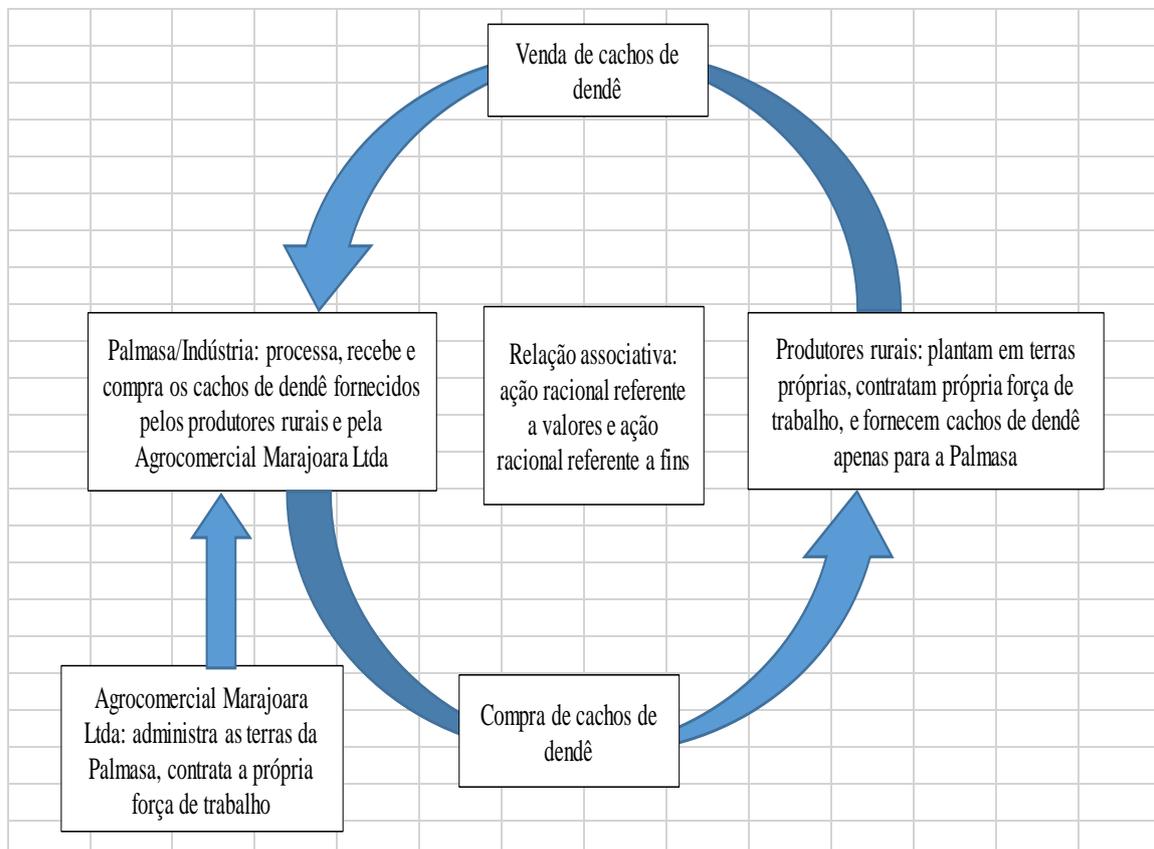
arranjo produtivo da agricultura por associação em Igarapé-Açu é a busca pelo lucro a partir da comercialização dos cachos para a Agroindústria e também contratos pactuados ou apalavrados entre a Agroindustrial e os produtores rurais.

Sobre a relação social “associativa” Weber assim à define:

Uma relação social denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte (Weber, 2015, p. 25).

Assim, entre os produtores rurais existe uma “relação associativa”, no sentido weberiano, onde predomina a união de interesses, pactuados ou verbalizados, racionalmente motivados com referência a valores, a confiança nos “parceiros” que fornecem os cachos somente para a agroindústria Palmasa desde sua fundação, e racionalmente motivados com referência a fins, que corresponde a busca pelo lucro através da comercialização dos cachos para serem processados na parte industrial da agroindústria. Na imagem 1 buscamos sistematizar em fluxograma esta relação associativa.

**Imagem 1** - Fluxograma da relação associativa entre produtores rurais e Palmasa (2024)



**Fonte:** elaborado pelo autor. 2024.

Essa relação social associativa, da agricultura do dendê, é emblemática na fala de Nelson Noriaki Uesugi ao ressaltar sua relação com a Palmasa: “Sempre foi só para a Palmasa [...]. A gente gosta de fidelizar. Com a gente começou junto, tempo bom, a gente fica junto, tempo ruim, ficamos juntos. Essa é a nossa ideia, né? [...]. Uma parceria boa é quando tem uma mão que vai, outra que volta. Se a parceria começa a ver só o lado de si própria, aí a parceria não funciona (Nelson Noriaki Uesugui, 56 anos).

Essa relação associativa, além disso, sustenta-se sob bases capitalistas. Os produtores rurais, longe de serem agricultores familiares, pequenos produtores com poucas terras que utilizam a força de trabalho familiar, que produzem para o seu próprio sustento, como lembram Chayanov (1975, 2017), Abromovay (1998) e Wanderley (2000, 2003). Pelo contrário, os produtores rurais associados à Palmasa possuem grandes hectares de terras, contratam enorme contingente de força de trabalho rural e temporária, como demonstra o quadro 4, a Tabela da Verdade 1, os gráficos 1 e 2, e as demais entrevistas.

**Quadro 4** - Perfil socioeconômico dos produtores rurais de Igarapé-açu (2023)

Nome: Nilson Kiyoshi Watanabe:	1) gênero: masculino; 2) idade: acima de 50 anos; 3) estado civil: divorciado; 4) cor/raça: parda; 5) local de nascimento: Belém; 6) local de moradia atual: Igarapé-Açu; 7) ocupação: agricultor e empresário; 8) escolaridade: Ensino médio completo; 9) Salário: acima de dois salários mínimos; 10) número de filhos: dois; 11) fonte de renda: dendeicultura; 12) hectares de terra: 100 ha; 13) tipo de força de trabalho contratada: os permanentes e os safristas; 14) filiação ao sindicato dos produtores rurais: não possui.
Nome: Osvaldo Mitio Miyagawa:	1) gênero: masculino; 2) idade: 49 anos; 3) estado civil: casado; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Castanhal; 6) local de moradia atual: Igarapé-Açu; 7) ocupação: agricultor, empresário e gestor da Palmasa; 8) escolaridade: nível superior; 9) Salário: acima de dois salários mínimos; 10) número

	de filhos: duas filhas; 11) fonte de renda: dendeicultura; 12) hectares de terra: 500 ha; 13) tipo de força de trabalho contratada: os permanentes e os safristas; 14) filiação ao sindicato dos produtores rurais: não possui.
Nome: Nelson Noriaki Uesugui:	1) gênero: masculino; 2) idade: 56 anos; 3) estado civil: casado; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Tomé-Açu; 6) local de moradia atual: Igarapé-Açu; 7) ocupação: agricultor, empresário e gestor da Palma; 8) escolaridade: nível superior; 9) Salário: acima de dois salários mínimos; 10) número de filhos: três; 11) fonte de renda: dendeicultura/pimenta (agricultura); 12) hectares de terra: 500 ha; 13) tipo de força de trabalho contratada: os permanentes e os safristas; 13) filiação ao sindicato dos produtores rurais: possui.
Nome: Carlos Satoshi Nawata	1) gênero: masculino; 2) idade: 45 anos; 3) estado civil: casado; 4) cor/raça: amarela; 5) local de nascimento: Igarapé-Açu; 6) local de moradia atual: Igarapé-Açu; 7) ocupação: agricultor; 8) escolaridade: nível superior; 9) Salário: acima de dois salários mínimos; 10) número de filhos: não declarou; 11) fonte de renda: dendeicultura/pimenta (agricultura); 12) hectares de terra: 120 ha; 13) tipo de força de trabalho contratada: os permanentes e os safristas; 14) filiação ao sindicato dos produtores rurais: possui.

**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas informações obtidas em pesquisa de campo. 2023.

O que o quadro 4 demonstra, dentre outras coisas, é que os produtores rurais entrevistados possuem de 100 ha a 500 ha de terras. Um número significativo para plantios de dendê que exige grande quantidade de terras. Por outro lado, todos os produtores rurais não utilizam força de trabalho familiar, não produzem para a subsistência, apenas plantam dendê para a comercialização com a Palmasa e contratam força de trabalho permanente e não permanente, os safristas.

Esse processo de contratação da força de trabalho nas plantações de dendê de Carlos Satoshi Nawata ocorre de forma similar à de outros produtores rurais de dendê. A forma de pagamento é mensal, com gratificações semanais. O valor do salário é de um salário mínimo. Todos os trabalhadores possuem carteira assinada como trabalhadores rurais. Os trabalhadores não são sindicalizados.

Segundo seu relato, não existe preferência por força de trabalho jovem ou veterana em seus plantios. Assim como os demais produtores rurais, ele contrata tanto força de trabalho permanente como a de safristas. Além disso, da mesma forma, ele usa essa força de trabalho para realizar diversas atividades rurais e não só o trabalho no dendê: “[...] hoje eles estão apenas no dendê, mas antes tinha outras atividades. Não é exclusivo, trabalhador rural é trabalhador rural, o que tiver pra fazê-los vão fazer” (Carlos Satoshi, 45 anos).

As relações de trabalho nos plantios do Nilson Kiyoshi Watanabe seguem o mesmo padrão que os demais produtores rurais. O contrato da força de trabalho é permanente ou temporário, de trabalhadores não safristas e safristas. O pagamento dos salários é feito de forma quinzenal. O salário é pago por tempo de trabalho e por produção, tanto para os safristas quanto para os não safristas. Os trabalhadores trabalham 44 dias semanais, de segunda a sexta. Todos eles possuem carteira assinada.

A preferência do produtor rural, revelada em entrevista, é por trabalhadores rurais com saúde e com experiência nos plantios: “A preferência é por pessoas mais experientes na colheita e no trato cultural. E tem a questão da saúde, tem que tá saudável” (Nilson Kiyoshi Watanabe, acima de 50 anos).

Por outro lado, todos os trabalhadores são remunerados para o dendê, mas executam outras atividades produtivas rurais como, por exemplo, cuidar de outros plantios: “Não, misto. Pimenta, açaí, o que tiver” (Nilson Kiyoshi Watanabe, acima de 50 anos).

Nos plantios de Nelson Noriaki Uesugui, segundo ele o pagamento dos salários é feito de forma quinzenal. Os trabalhadores cumprem jornada de segunda a sexta. Eles possuem carteira assinada como trabalhadores rurais. Sua preferência por força de trabalho é de pessoas mais novas e de meia idade. Nos plantios existe a modalidade dos safristas, trabalhadores

temporários, e dos trabalhadores não safristas, que permanecem durante o ano: São os safristas. “Tem os funcionários efetivos. Aí quando chega na Safra a gente contrata. Faz um contrato de safrista” (Nelson Noriaki Uesugui, 56 anos).

Sobre a forma de pagamento dos salários tanto dos safristas quanto dos trabalhadores permanentes, ele nos disse que faz por meio do salário fixo e também com a gratificação por produção: “Tem um salário fixo, mais a gratificação e a premiação, conforme a produção [...]. Eles ganham por dendê” (Nelson Noriaki Uesugui, 56 anos).

Contudo, os trabalhadores também têm suas forças de trabalho utilizadas em outras atividades rurais, não só a do dendê. Segundo o entrevistado eles trabalham em outra cultura, mas apenas com o salário do dendê: “No dendê, na pimenta do reino quando é preciso. Mas geralmente só no dendê mesmo” (Nelson Noriaki Uesugui, 56 anos).

Nos plantios de dendê de Osvaldo Mitio Miyagawa, os trabalhadores recebem o pagamento dos salários de forma mensal. Cumprem uma jornada de trabalho semanal de segunda a sexta. Os seus trabalhadores não são sindicalizados. Ele possui preferência pela contratação de força de trabalho de pessoas mais jovens.

Além disso, todos possuem carteira assinada e seus salários variam conforme a função no plantio “Falando por mim, sim. Agora por cada produtor isso é uma questão particular dele próprio [...]. Trabalhador rural, aí tem os operadores de máquinas, de caminhões, etc. De acordo com a função é especificado. E também o salário varia conforme o grau técnico de especialização” (Osvaldo Mitio Miyagawa, 49 anos).

Os trabalhadores do produtor rural Osvaldo Mitio Miyagawa, ao contrário de outros casos, são usados apenas para aquilo que foram contratados, a saber: cortar e colher dendê. O número de força de trabalho varia “entre 30 a 50, dependendo do período de safra. Mas todos são de carteiras assinada” (Osvaldo Mitio Miyagawa, 49 anos).

Em suma, fazendo um balanço dos aspectos qualitativos das entrevistas com os produtores rurais de dendê e os combinando entre si, podemos destacar os seguintes aspectos referentes ao trabalho, de seus contratados, em seus plantios: 1) forma de pagamento dos salários: tempo de trabalho e por produtividade, semanal, quinzenal e mensal; 2) não são trabalhadores sindicalizados; 3) possuem carteira assinada; 4) múltiplos usos da força de trabalho: fazem várias atividades rurais mas recebem apenas pelo dendê; 5) emprego de força de trabalho permanente e não permanente; 6) trabalham de segunda a sexta.

Esses aspectos qualitativos do trabalho que sustentam agricultura por associação da Palmasa com produtores rurais, também ocorre em uma das empresas que administra as terras próprias da agroindustrial: a Agrocomercial Marajoára LTDA.

Seu proprietário Nilson Kiyoshi Watanabe, filho do fundador da Palmasa, Lichi Watanabe, também produtor rural de dendê, nos deu entrevista sobre as dimensões administrativas e trabalhistas da empresa. Segundo o histórico da Palmasa: “Atualmente a área de plantios de dendê ao redor da Palmasa possui 7.000 hectares, sendo que 3.500 hectares (plantios adultos) e 3.500 hectares (plantios jovens)” (Palmasa, 2021). Desses 7.000 hectares de terras, 3.200 hectares são administrados pela empresa Agrocomercial Marajoára Ltda, conforme informações obtidas com Nilson Kiyoshi Watanabe.

A Agrocomercial Marajoara Ltda foi criada em 2009, para cuidar dos plantios de dendê que fornecem frutos para a indústria. Assim como os produtores rurais e também como a própria Palmasa, ela também não faz contrato com agricultores familiares, prefere ter terras próprias e dispensa os processos de arrendamento. Sobre a sua organização, o seguinte relato é pontual:

Por que a Marajoara é um grupo, né? A Palmasa é beneficiada, porque faz o beneficiamento desse fruto. Então pra ter fruto, a gente montou essa empresa, Marajoara, que é somente agrícola. Dessa empresa a gente é formado por quatro pessoas. Duas famílias. Aí divide-se em dois proprietários da Palmasa e dois proprietários da Marajoara, sendo que 4 são diretores da Palmasa (Nilson Kiyoshi Watanabe, Dono da Agrocomercial Marajoara Ltda).

A empresa possui, nesse sentido, seus próprios plantios e contrata a própria força de trabalho. Sobre os aspectos qualitativos da organização do trabalho, na Agrocomercial Marajoara, Nilson Kiyoshi Watanabe concedeu informações importantes: “tem essa particularidade do trabalho rural [...], tem a parte da irrigação, tem a parte de limpeza. Então são dentro das atividades rurais, não somente a colheita [...], como eu falei, tem a parte da logística, a parte do maquinário, da adubação, da fitossanidade, então envolve muita coisa” (Nilson Kiyoshi Watanabe, Dono da Agrocomercial Marajoara Ltda).

O entrevistado nos disse ainda que: a empresa contrata força de trabalho local, permanente, mas a depender da demanda traz de outros municípios. Em média são 150 trabalhadores rurais empregados pela empresa. Todos os trabalhadores possuem carteira assinada. A média da idade das pessoas contratadas varia entre mais de 20 anos e mais de 50 anos. A jornada de trabalho é semanal, de segunda à sexta, 44 horas de trabalho. Os trabalhadores entram às 6:30 e saem às 14:30. Os trabalhadores não são sindicalizados.

Sobre a utilidade da força de trabalho, ela é destinada apenas para o ramo que foi contratada: “Então é diversificado também. O caseiro tem um salário. O tratorista tem outro, o motorista tem outro, então são bem divididos. Então cada atividade tem a sua classificação de salários” (Nilson Kiyoshi Watanabe, Dono da Agrocomercial Marajoara Ltda). Nesse sentido, por conta da diversificação das funções nas atividades rurais o salário também é variável: “O mínimo é o caseiro. Um salário mínimo, um salário básico. E o mais alto é a da colheita que

pode chegar em torno de R\$ 3.500 mais ou menos” (Nilson Kiyoshi Watanabe, Dono da Agrocomercial Marajoara Ltda).

Sobre o contrato de força de trabalho dos safristas, não permanentes, Nilso Kiyoshi Watanabe diz que não faz. A contratação por força de trabalho é permanente, segue o ritmo da expansão dos plantios e da própria safra: “A gente não faz contrato de safristas. Vai depender da demanda, porque assim, durante um ano, muitos pedem para ser dispensados. Então durante a safra, e como a gente tem plantios novos, a gente sempre vai ter esse aumento de contratação” (Nilson Kiyoshi Watanabe, Dono da Agrocomercial Marajoara Ltda).

Por fim fazendo um balanço qualitativo da fala do proprietário da Agrocomercial Marajoara Ltda, podemos resumir os seguintes aspectos qualitativos do processo de trabalho na empresa: 1) vários ramos de trabalho: irrigação, limpeza, colheita, maquinário, fitossanidade, adubação; 2) trabalho local e permanente e não contratação de safristas; 4) possuem carteira assinada; 5) jornada semanal de trabalho: das segundas às sextas, das 6:30 da manhã às 14:30 da tarde; 6) variação de salários por ramo de atividade rural, 1.320 à 3.500; 9) salário pago por tempo e por produtividade.

Com efeito, percebemos características similares, mas também divergências quanto ao aspecto qualitativo do trabalho nos plantios de produtores rurais e nos plantios da própria agroindustrial Palmasa. Por isso, buscamos comparar em uma tabela da verdade, como sugere Becker (2008) os aspectos “figurativos” do trabalho nos plantios dos Produtores Rurais (PR) e nos plantios da Agrocomercial Marajoara Ltda (AML) marcando com “+” os aspectos existentes e com “-” os aspectos não existentes.

**Tabela da verdade 1** - Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê dos Produtores Rurais (pr) e da Agrocomercial Marajoara Ltda (Aml) em Igarapé-açu/PA (2023).

	<b>Figurativo (PR)</b>	<b>Figurativo (AML)</b>
<b>Pagamento de salário mensal, quinzenal, semanal:</b>	+	-
<b>Sindicalizados:</b>	-	-
<b>Carteira Assinada:</b>	+	+
<b>Múltiplo uso da força de trabalho:</b>	+	-
<b>Contratação de safristas</b>	+	-
<b>Contratação de força de trabalho permanente:</b>	+	+
<b>Jornada de trabalho segundo a sexta:</b>	+	+
<b>Pagamento de horas extras por horas e atividades extras:</b>	-	+
<b>Contratação da força de trabalho local:</b>	+	+
<b>Salário calculado por tempo de trabalho e por produtividade:</b>	+	+

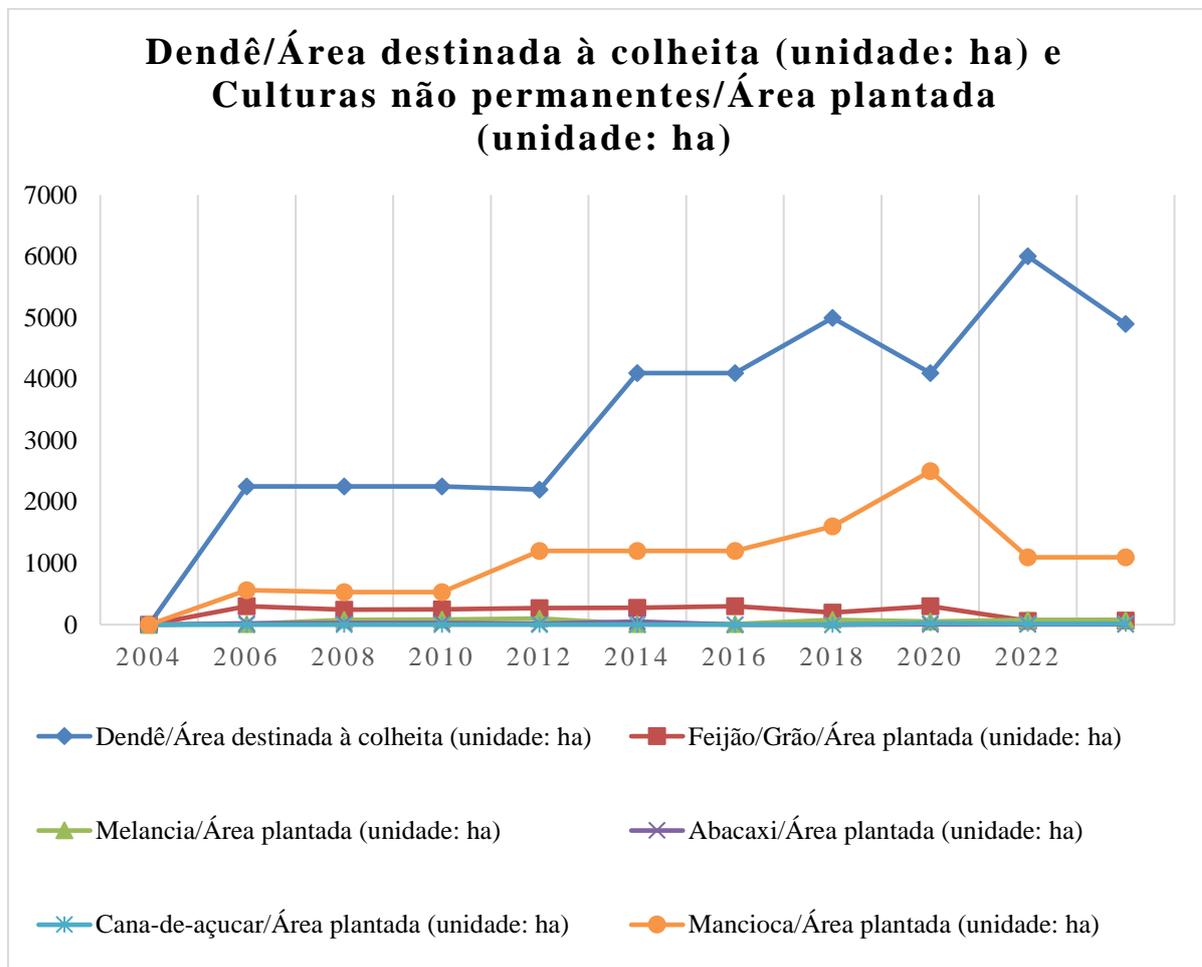
**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das entrevistas obtidas em pesquisa de campo. 2023.

No mais, como demonstra a tabela da verdade 1, o pagamento de salários em PR é semanal, quinzenal e mensal, e em AML é apenas mensal. Em PR e em AML os trabalhadores não são sindicalizados. Tanto em PR quanto em AML os trabalhadores possuem carteiras assinadas. Além disso, apenas PR faz o múltiplo uso da força de trabalho e AML não. Sobre a contratação de força de trabalho não permanente, os safristas, PR faz de forma regular e AML não prioriza esse tipo de emprego, não faz. Sobre a contratação de força de trabalho permanente, PR e AML a fazem. Em relação às jornadas de trabalho semanais, de segunda à sexta, tanto PR quanto AML dizem respeitar esse limite de diárias.

Por outro lado, sobre a diversificação do valor dos salários conforme a diversificação das funções nos plantios, PR paga apenas o mesmo valor ao passo que AML varia no pagamento dos salários aos trabalhadores conforme varia suas funções dentro dos plantios. Sobre a contratação da força de trabalho local, tanto PR quanto AML a fazem. Por fim, sobre o salário calculado por tempo de trabalho e produtividade, PR e AML fazem.

Por fim, constatamos que a dendeicultura no nordeste paraense, sobretudo em municípios como Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, na região do Baixo Tocantins, existem projetos de integração que afetam os agricultores familiares de forma negativa. Acreditamos que em Igarapé-Açu também existam efeitos negativos para os agricultores familiares, mas de forma indireta, a partir da centralização e concentração de terras, como demonstram os gráficos 1 e 2.

**Gráfico 1** - Dendê/área destinada à colheita (unidade: ha) e culturas não permanentes/área plantada (unidade: ha) em Igarapé-Açu/Pa (2023).

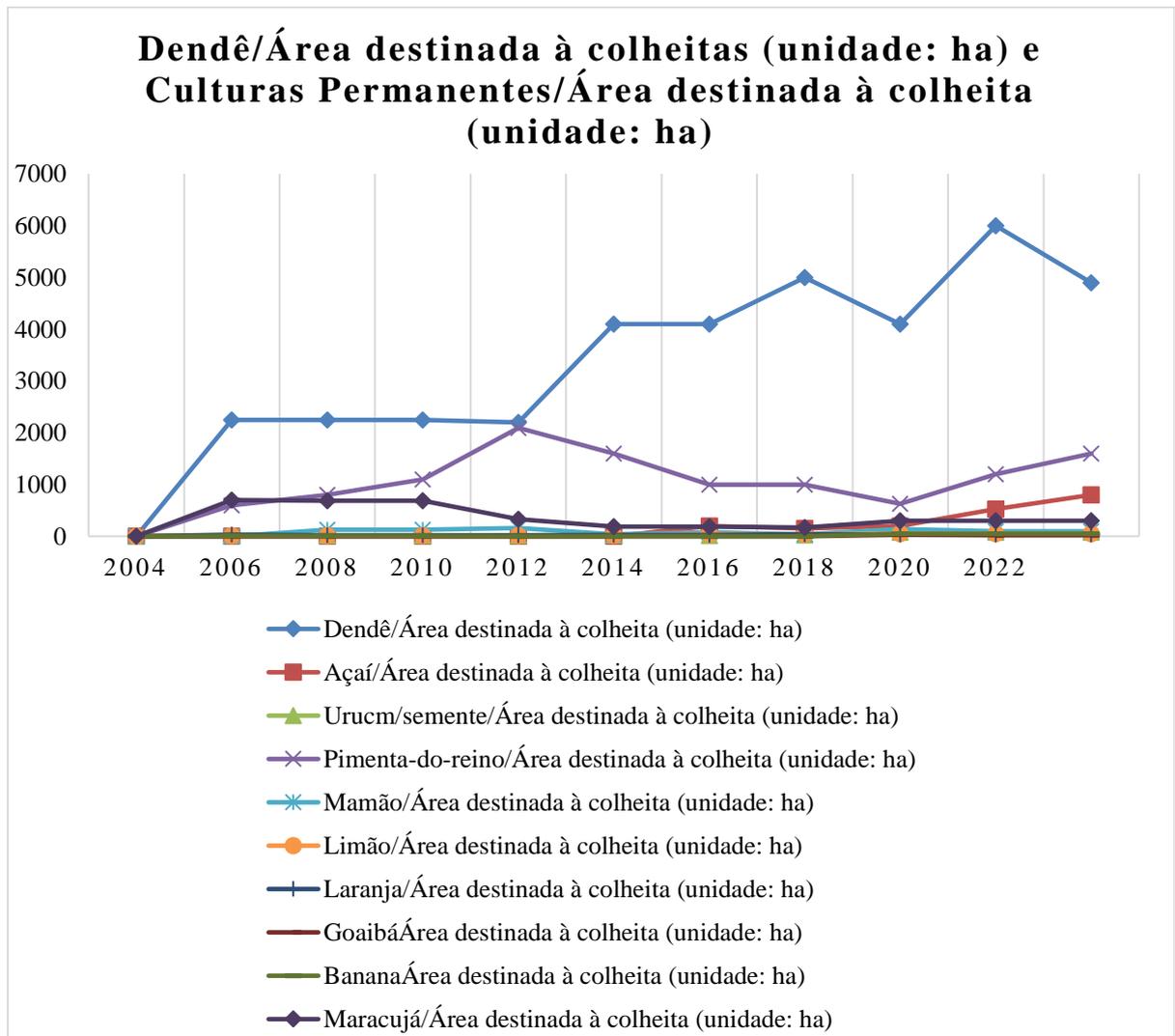


**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas informações do (IBGE) Censo (2022). 2023.

No Gráfico 1, percebemos a quantidade de terras destinadas à colheita do dendê crescendo, entre 2004 à 2022, variando de 2.000 ha para 7.000 ha, e tendo uma queda para 5.000 ha. Por outro lado, as áreas destinadas às plantações de culturas não permanentes, para a mandioca, por exemplo, entre 2004 e 2022, cresceram de 500 ha para 2.000 ha, tendo uma queda para 1.000 ha. Em linhas gerais, a dendeicultura cresce por meio da concentração

fundiária de terras e afeta, indiretamente, as culturas não permanentes cultivadas, sobretudo, pelos agricultores familiares.

**Gráfico 2** - Dendê/área destinada à colheitas (unidade: ha) e culturas permanentes/área destinada à colheita (unidade: ha) em Igarapé-Açu/Pa (2023).



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas informações do (IBGE) Censo (2022). 2023.

O gráfico 2, por sua vez, demonstra a preponderância do dendê, em áreas destinadas à colheitas, sobre outras culturas permanentes. A dendeicultura, com 7.000 ha de áreas destinadas à colheita, em 2022, ultrapassou os 1.000 ha de áreas destinadas à colheita do açaí, e os 2.000 ha de áreas destinadas à colheita da pimenta-do-reino.

Em suma, podemos dizer que o dendê, em Igarapé-Açu, com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2022), concentra terras em grande quantidade necessárias aos plantios da Agroindustrial Palmasa. Portanto, pela grande quantidade de hectares de terras, e pela

contratação de força de trabalho, entendemos que além de ser uma agricultura por associação, a dendeicultura é sustentada por uma classe de capitalistas, uma burguesia rural, como define Lênin (1982), ou uma “burguesia-camponesa” como descrito por Velho (2019), que contratam força de trabalho de proletários rurais de forma permanente ou temporária dispensando o trabalho familiar, produzindo para o mercado e não para a subsistência.

Os produtores rurais, que fornecem cachos para a Palmasa, juntamente com os proprietários da agroindústria, estão longe de serem “agricultores familiares” como eles mesmo se intitulam. Pelas suas características sociológicas, são “grandes fazendeiros”, categoria usada por Silva (1982, p. 145), que organizam sua produção baseado exclusivamente na contratação da força de trabalho (permanente ou temporário).

Sob o ponto de vista das relações de trabalho na Amazônia, a dendeicultura em Igarapé-Açu segue de perto as experiências dos projetos agropecuários e minerais, a partir de 1950, que contratavam força de trabalho sazonais e braçais – o peão ou boia-fria – para trabalhar nas fainas, na derrubada das matas, no meio da mata extraindo seringueira, tocando boiadas, na mineração do garimpo ou na grande mineração, apanhando castanha, abrindo estradas, e etc (Ianni, 1979, p. 114-115; Costa, 1995, p. 12; Castro, 1999, p. 44-45; Martins, 2001, p. 33; Loureiro, 2019, p. 23).

No entanto, é necessário tipificar sociologicamente o trabalho nos próprios plantios. Entender suas dimensões qualitativas, seus pontos críticos. Para isso, no próximo capítulo buscaremos analisar o trabalho nos plantios de produtores rurais e nos plantios da empresa Agroindustrial Palmasa, administrado pela empresa Agrocomercial Marajoára Ltda. Por ora, podemos sintetizar os seguintes aspectos da agricultura por associação em Igarapé-Açu:

- 1) A agroindustrial Palmasa, em Igarapé-Açu/PA, não realiza contrato com agricultores familiares, como ocorre em outros municípios, nos quais também predominam o cultivo do dendê;
- 2) Os únicos contratos existentes são os pactuados e verbalizados, por meio de uma relação associativa, para fornecimento de cachos, dos produtores rurais, à agroindustrial Palmasa;
- 3) Os produtores rurais, por nós entrevistados, possuem grandes hectares de terras, indo de 100 ha a 500 ha, e todos contratam força de trabalho permanente e temporária;
- 4) A empresa, Agrocomercial Marajoara Ltda, que administra os plantios de dendê da Agroindustrial Palmasa, também possui grandes quantidade de hectares de terras, 3.500 ha, e emprega força de trabalho permanente, 150 trabalhadores rurais;

- 5) Com base na tabela da verdade, entrevistas e dados levantados podemos assinalar os seguintes aspectos figurativos referentes a relação estabelecida com mão de obra contratada pelos grandes fazendeiros associados a Palmasa, caracterizando a dinâmica da agricultura por associação. Assim, nos plantios: a) existe uma relação entre associativa entre produtores rurais, Agrocomercial Marajoara Ltda, e Palmasa, de compra e venda de cachos a partir de acordos pactuados e verbalizados na qual a tradição e a busca pelo lucro pautam a ação dos atores sociais envolvidos; b) em PR e em AML os trabalhadores não são sindicalizados; c) tanto em PR quanto em AML os trabalhadores possuem carteiras assinadas; d) sobre a contratação de força de trabalho permanente, PR e AML a fazem; e) em relação as jornadas de trabalho semanais, de segunda à sexta, tanto PR quanto AML dizem respeitar esse limite de diárias; f) Sobre a contratação da força de trabalho local, tanto PR quanto AML a fazem; g) sobre o salário calculado por tempo de trabalho e produtividade, PR e AML o fazem.

Portanto, em Igarapé-Açu, existe uma relação associativa entre os médios/grandes produtores rurais de dendê e a agroindustrial Palmasa onde pactua-se, de forma escrita ou verbalizada, contratados de compra e venda de cachos. Não existem, contudo, projetos de integração entre agricultores familiares (pequenos produtores rurais com economia voltada para a subsistência) e a Palmasa. Pelo contrário, as únicas relações de classes, que gravitam ao redor do agronegócio do dendê no município, são entre pequenos/grandes fazendeiros e boias-frias. Dessa forma, buscaremos mais adiante analisar os aspectos sociais que tipificam estes trabalhadores rurais que sustentam o agronegócio na região.

### **3 UM OLHAR SOBRE O TRABALHO RURAL SOB A DENDEICULTURA EM IGARAPÉ-AÇU. O CASO DOS BOIAS-FRIAS**

#### **3.1 O porquê do conceito “boia-fria”. O perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais da agroindústria do dendê em Igarapé-Açu**

Em Igarapé-Açu/PA, onde a agroindustrial Palmasa está territorializada como “agricultura por associação” existe a contratação de trabalhadores rurais com características similares à dos “boias-frias” que trabalhavam nos canaviais de açúcar, e nas plantações de algodão, amendoim e milho em São Paulo. Como dito por Francisco de Assis Costa na Amazônia existe uma homogeneização agrária do espaço que utiliza a força de trabalho indígena, do negro, do peão, do boia-fria (Costa, 1995), e também, como lembra Edna Castro, uma modernidade que, com suas estruturas de dominação, impõe-se sobre outras formas de trabalho tradicionais (Castro, 1999).

Assim, na Amazônia o capitalismo, o poder colonial, articula heterogêneas formas de trabalho: salário, servidão, escravidão, que garantem sua acumulação (Quijano, 2010), subsumindo formalmente o processo de trabalho, mantendo o saber-fazer do trabalhador e extraindo mais-valor absoluto ou relativo, ou promovendo a subsunção real do processo de trabalho, expropriando o trabalhador dos meios de trabalho, do saber-fazer, os colocando sob o domínio absoluto do capital (Marx, 2017).

Essas distintas formas de trabalho também são expressões das distintas formas de ruralidades. O rural, é tanto espaço de atividades agrícolas como não agrícolas, com visões e culturas diferentes, com modos de vidas diversificados – um rural, portanto, que se expressa em várias ruralidades (Carneiro, 1998; Wanderley, 200; Silva e Del Grossi, 2005; Laubstein, 2011).

Na dendecultura, no nordeste paraense, os estudos têm apontado sobretudo para os problemas relacionados ao trabalho rural na agricultura familiar como consequência dos projetos de integração para a produção do biodiesel, impulsionados, como vimos no capítulo anterior, pelo PNPB e pelo PSOB. Em Igarapé-Açu, contudo, não existem problemas relacionados a esse processo de trabalho integrado ao dendê, mas sim uma agricultura por associação baseada em aspectos capitalistas: concentração de terra, propriedade privada e contratação de força de trabalho de boias-frias.

Nesse sentido, buscaremos analisar as relações de trabalho que tipificam o trabalho na agroindustrial Palmasa. Os trabalhadores da agroindustrial Palmasa, em certa medida, possuem características similares aos “boias-frias” estudados pelas ciências sociais durante a década de 70/80. Com isso, percebe-se que o moderno produz e reproduz o arcaico, como lembra Oliveira

(2003), e o urbano que produz e reproduz o rural, através da persistência dessa modalidade de trabalho “boia-fria”, discutida em meados do século XX, e presente em pleno século XXI nos plantios de dendê no município de Igarapé-Açu/PA.

Em relação a discussão sobre os boias-frias nos canaviais de açúcar, em meados do século XX, feita pelas ciências sociais, Marcos Henrique Broietti (1999), à resume nos seguintes termos:

Ainda sim, encontramos alguns trabalhos relacionados aos boias-frias e, dentre eles: D'INCAO (1979) estuda o trabalho do boia-fria na Alta Sorocabana/SP; GRAZIANO DA SILVA (1981) aborda a questão do progresso técnico e as relações de trabalho na agricultura; SILVEIRA (1982) discute a situação do trabalhador rural residente urbano de Bebedouro-SP; BRITO et al. (1984) utilizam mapas, tabelas e gráficos para ilustrar o trabalho volante na agricultura brasileira; OLIVEIRA (1984) faz um estudo documental sobre os levantes dos trabalhadores da cana e da laranja; IANNI (1984) num estudo sobre “As origens agrárias do Estado brasileiro”, dedica alguns capítulos desta obra para discutir os boias-frias no corte de cana; OLIVEIRA (1989) estuda o cortador de cana em Porecatú-PR e COLOSSO (1990) investiga os boias-frias da agroindústria canavieira de Assis-SP. Dentre os mais recentes, merecem ênfase o trabalho de livre docência ShLVA (1996) e GRAZIANO DA SILVA (1997) na obra intitulada “De boias-frias a empregados rurais” (Broketti, 1999, p. 20).

Assim, várias foram as pesquisas empreendidas sobre os trabalhadores rurais chamados de “boias-frias”. O boia-fria, sob sua designação popular, é um trabalhador rural autônomo e temporário. É assim caracterizado porque é uma categoria de trabalhador que leva sua comida para o trabalho (boia/comida – em marmitas a serem consumidas ao longo da jornada de trabalho, quase sempre já frias) (Melo Risk; Tereso; Abrahão, 2010).

O boia-fria é contratado pelos proprietários de grandes lavouras, como a cana-de-açúcar, sobretudo nos períodos de safra. Geralmente, do ponto de vista legal, os boias-frias não possuem cobertura da lei para tipificar seu vínculo empregatício: “[...] uma vez o proprietário rural teria que registrar eventualmente um número muito grande de trabalhadores no plantio ou no período de corte, para trabalhar às vezes apenas um dia, uma manhã, uma semana ou pouco mais do que isto” (Melo Risk; Tereso; Abrahão, 2010, p. 117).

O boia-fria, para Ianni (2004), está relacionado as “condições elásticas” das relações de trabalho na indústria canavieira que utiliza tanto força de trabalho permanente quanto temporária. Nas usinas de açúcar, entressafra, as máquinas são desmontadas, consertadas e preparadas para entrar no período da safra; durante esse período, também, reduz-se bastante o emprego de força de trabalho, desde a descarga cana vinda dos canaviais até seu ensacamento e transporte, isto é, desde o foguista até o químico (Ianni, 2004, p. 71).

Na entressafra as atividades são muitas, mas a demanda por força de trabalho é pouca: nesse período existe o preparo da terra para plantio, plantio, carpa, conservação dos caminhos, abertura ou limpeza das valas, dos córregos, dos riachos, dos rios, limpeza e conservação de

pátios e quintais. Na safra, por outro lado, a demanda por força de trabalho aumenta; ela é requisitada para trabalhar nas fainas da queima das folhagens dos canaviais, no corte, no carregamento da cana cortada e para o seu transporte para as esteiras da usina (Ianni, 2004, p. 72).

Assim, o boia-fria é trabalhador por excelência dos canaviais de açúcar e das grandes lavouras. Ele é produzido e reproduzido pelas grandes lavouras agroindustriais na medida em que elas se desenvolvem. Esses trabalhadores são contratados em épocas, ocasiões, meses, semanas ou dias em que faz-se necessário dar continuidade à reprodução da agroindústria. Sua remuneração é feita por dinheiro, calculado por dia ou por tarefa executadas; são diaristas contratados em grupos (Ianni, 2004, p. 73).

D’Incao e Mello (1976, p. 109), estudando a situação dos boias-frias na região Alta de Sorocaba, no Estado de São Paulo, na colheita do amendoim e do algodão, fala que a designação “boia-fria”, dada ao volante decorre de duas frentes interligadas relacionadas as suas condições de trabalho: por um lado, são boias-frias aqueles contratados por pequenos intervalos de tempo, não fixado em seu local de trabalho, e, por isso, também é boia-fria aquele que viaja diariamente do local de sua casa para o local de trabalho levando uma marmita ou caldeirão que lhe servirá de almoço e será ingerido ainda de forma “fria”.

Para D’Incao e Mello (1976, p. 110) a principal característica do boia-fria é a forma pela qual é feita a realização de seu contrato para uma determinada tarefa, num curto período de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com seu empregador. Dos 50 casos, estudados pela autora, a contratação não era sequer registrada na carteira de trabalho.

O pagamento dos salários dos boias-frias, estudados pela socióloga, é feito por produção; o produto de seu trabalho é pesado pelo fiscal e realizado mensalmente, aos sábados. Por outro lado, a jornada de trabalho é extremamente extensa de 10 a 12 horas, por dia, mas totalizando 18 horas quando contabilizado o deslocamento do boia-fria de sua casa até o local de trabalho (D’Incao e Mello, 1976, p. 112-113)

Entretanto, embora de concordância com vários aspectos que tipificam o boia-fria no estudo de D’Incao e Mello (1976), acreditamos que não exista apenas uma forma de contrato – o temporário – que o caracterize. Na verdade, o boia-fria, o volante, o diarista, pode permanecer ou não como força de trabalho contratada, isto é, pode ou não ter relações trabalhistas com seu patrão a depender da atividade produtiva que esteja empregado. O contexto social, econômico

e histórico em que estão imersos faz que com sua condição de contrato varie e, justamente por isso, torne difícil de tipificá-lo tão-somente pelo contrato temporário.

Para Silva (1980), por exemplo, existem três tipos de boias-frias nos canaviais paulistas. O primeiro é o "boia-fria permanente". Ele trabalha o ano inteiro e depende do trabalho assalariado na agricultura. Ele é um trabalhador efetivo da propriedade agrícola onde presta serviços, dentro dos direitos e encargos trabalhistas.

Outro tipo são os boias-frias "eventuais" ou "esporádicos". Eles prestam serviços a diversos proprietários agrícolas, em períodos descontínuos, mas que, por isso, não possuem vínculo empregatício. Em geral, trabalham apenas dois meses nessa condição, muito por conta dos "picos" de salários. A maioria não faz parte regular da força de trabalho agrícola, e uma parte significativa é constituída de menores de idade escolar, "velhos" e de "donas de casa" (Silva, 1980, p. 179).

O terceiro tipo é o dos "boias-frias temporários", empregados principalmente em períodos de safra. Esse grupo é empregado sazonalmente e são oriundos ora do meio rural ora do meio urbano, personificando uma mão-de-obra não qualificada. Esse grupo não ganha apenas por tempo de trabalho, haja vista que ele se mistura com o vai-e-vem dos caminhões, isto é, com a incerteza se serão ou não empregados; são assalariados temporários (Silva, 1980, p. 180).

Assim, em Igarapé-Açu encontramos os três tipos de boias-frias, de forma similar aos estudados por Silva (1980), nos canaviais paulistas. O permanente, contratado para trabalhar anualmente, na safra e entre a safra, na colheita do dendê. Os boias-frias eventuais ou esporádicos, contratados como força de trabalho terceirizada. E, por fim, os temporários contratados para trabalhar apenas no período da safra. No entanto, trabalharemos apenas com o grupos de trabalhadores "permanentes", contratos para trabalharem nos plantios de produtores rurais – seu perfil socioeconômico está organizado no quadro 5 – e os contratados para trabalharem nos plantios da própria Palmasa – seu perfil socioeconômico encontra-se organizado no quadro 6.

Além disso, algumas das características sociais dos boias-frias estudados por D’Incao e Mello (1976), na colheita do amendoim e do algodão, na região de Alto Sorocaba, em São Paulo, também aparecem no grupo social por nós estudados. O nosso grupo social, apesar de terem relações trabalhistas permanentes com os patrões, não possuem organização sindical,

cumprem uma extensa jornada de trabalho, e recebem seu salário não só por tempo de trabalho, mas também por produção, conforme veremos no decorrer do texto.

**Quadro 5-** Perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais contratados pelos produtores rurais (2023).

Nº DE TRABALHADORES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO - BRUTO:	18
Nº DE PESSOAS QUE AUTODECLARARAM GÊNERO - %:	MASCULINO: 100%
	FEMININO: 0%
Nº DA MÉDIA DE IDADE - BRUTO:	29 ANOS À 67ANOS
Nº DE FILHOS – BRUTO	1 À 6
Nº DE PESSOAS QUE AUTODECLARARAM COR/RAÇA - %	Preto: 5%
	Branco: 0%
	Pardo: 95%
Nº DA ESCOLARIDADE - %	ENSINO FUNDAMENTAL: 95%
	ENSINO MÉDIO: 5%
	ENSINO SUPERIOR: 0%
	NÃO DECLARARAM: 0%
Nº DO LOCAL DE MORADIA - %:	ZONA RURAL: 0%
	ZONA URBANA: 100%
Nº DA MÉDIA SALARIAL - BRUTO:	R\$1.212 À R\$2.414
Nº DA JORNADA DE TRABALHO - BRUTO	8 HORAS DIÁRIAS E 45 HORAS SEMANAIS
Nº DAS PESSOAS QUE POSSUEM POSSE/PROPRIEDADE DE TERRAS - %:	POSSUEM: 0%
	NÃO POSSUEM: 100%
Nº DE PESSOAS QUE RETIRAM SUA RENDA TOTAL DO DENDÊ - %	RETIRAM: 100%
	NÃO RETIRAM: 0%
Nº DE PESSOAS QUE POSSUEM OU NÃO FILIAÇÃO COM SINDICATOS, PARTIDOS OU MOVIMENTOS SOCIAIS - %:	POSSUI: 10%
	NÃO POSSUI: 90%

**Fonte:** elaborado pelo autor. 2023.

O quadro 5 demonstra o perfil socioeconômico de alguns trabalhadores rurais, boias-frias, contratados como força de trabalho pelos produtores rurais que fornecem cachos de dendê para a agroindustrial Palmasa: 1) sobre o gênero, 100% declaram-se homens; 2) suas idades variam de 29 anos à 67 anos; 3) o número de filhos varia de 1 à 6; 4) em relação a escolaridade, 95% possuem ensino fundamental, e 5% ensino médio; 5) sobre o local de moradia, 100% dos entrevistados afirmam morar na zona urbana; 6) em relação a cor/raça, 5% declaram-se pretos, e 95% declaram-se pardos; 7) a média salarial varia de R\$1.212 à R\$2.414; 8) a jornada de trabalho é de 8:00 horas diária e 45:00 horas semanais; 9) em relação a posse/propriedade da terra 100% não possuem; 10) sobre a renda do dendê, 100% dos entrevistados afirmaram que o trabalho nas lavouras é a principal fonte de renda; 11) em relação à filiação ou organização em sindicatos, partidos, movimentos sociais, 10% dos entrevistados afirmaram fazer parte, e 90% disseram não fazer parte da organização sindical.

**Quadro 6** - Perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais contratados pela Agrocomercial Marajoára Ltda (Palmasa) (2023).

Nº DE TRABALHADORES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO - BRUTO:	11
Nº DE PESSOAS QUE AUTODECLARARAM GÊNERO - %:	MASCULINO: 100%
	FEMININO: 0%
Nº DA MÉDIA DE IDADE - BRUTO:	23 anos à 46 anos
Nº DA MÉDIA DE FILHOS - BRUTO:	1 À 6
Nº DE PESSOAS QUE AUTODECLARARAM COR/RAÇA - %	PRETOS: 27%
	BRANCOS: 9%
	PARDOS: 63%
Nº DA ESCOLARIDADE - %	ENSINO FUNDAMENTAL: 9%
	ENSINO MÉDIO: 80%
	ENSINO SUPERIOR: 0%
	NÃO DECLARARAM: 9%
Nº DO LOCAL DE MORADIA - %:	ZONA RURAL: 81%
	ZONA URBANA: 9%
Nº DA MÉDIA SALARIAL - BRUTO:	R\$1.212 À R\$2.414
Nº DA JORNADA DE TRABALHO – BRUTO	8 HORAS DIÁRIAS E 45 HORAS SEMANAIS
Nº DAS PESSOAS QUE POSSUEM POSSE/PROPRIEDADE DE TERRAS - %:	POSSUEM: 0%
	NÃO POSSUEM: 100%
Nº DE PESSOAS QUE RETIRAM SUA RENDA TOTAL DO DENDÊ - %	RETIRAM: 100%
	NÃO RETIRAM: 0%
Nº DE PESSOAS QUE POSSUEM OU NÃO FILIAÇÃO COM SINDICATOS, PARTIDOS OU MOVIMENTOS SOCIAIS - %:	POSSUI: 0%
	NÃO POSSUI: 100%

**Fonte:** elaborado pelo autor. 2023.

O quadro 6, por outro lado, demonstra o perfil socioeconômico de alguns trabalhadores rurais, boias-frias, contratados como força de trabalho pela Agrocomercial Marajoára Ltda da própria agroindustrial Palmasa: 1) sobre o gênero, 100% declararam-se do aspecto social masculino; 2) suas idades variam de 23 anos à 46 anos; 3) o número de filhos varia de 1 à 6; 4) em relação a escolaridade, 9% possuem ensino fundamental, 80% ensino médio, 9% não declararam; 5) sobre o local de moradia, 81% fazem parte da zona rural, 9% moram na zona urbana, e 9% não declararam; 6) em relação a cor/raça, 27% declararam-se pretos, 63% declaram-se pardos, e 9% brancos; 7) a média salarial varia de R\$ 1.212 à R\$ 2.414; 8) a jornada de trabalho é de 8:00 horas diárias e 45:00 horas semanais; 9) em relação a posse/proriedade da terra 100% não possuem; 11) sobre a renda do dendê, 100% dos entrevistados afirmaram que o trabalho nas lavouras é a principal fonte de renda; 12) em relação à filiação ou organização

em sindicatos, partidos ou movimentos sociais, 100% disseram não fazer parte da organização sindical.

Em linhas gerais, ambos os grupos sociais possuem as seguintes características em comum: 1) são do gênero masculino; 2) possuem uma idade que varia de 23 à 67 anos; 3) número de filhos que varia de 1 à 6; 4) em relação a escolaridade, nos plantios dos produtores rurais, a maioria, 95% possuem ensino fundamental, e nos plantios da Palmas, a maioria, 80% possuem ensino médio, existe um contraste quanto ao nível de escolaridade; 5) em relação a cor/raça, os trabalhadores dos produtores rurais, 95% declaram-se pardos, e 5% pretos, e entre os bóias-frias que laboram para a Palmas, já existe uma maior distribuição, 27% declaram-se pretos, 63% declaram-se pardos, e 9% brancos; 6) a média salarial varia de 1.212R\$ à 2.414 R\$, em ambos os plantios; 7) a jornada de trabalho é de 8:00 horas diária e 45:00 horas semanais, para ambos os grupos sociais; 8) em relação a posse/propriedade da terra 100% dos trabalhadores, empregados pelos produtores e pela Palmas, não possuem; 9) sobre a renda do dândê, 100% dos entrevistados afirmaram que o trabalho nas lavouras é a principal fonte de renda.; 10) em relação à filiação ou organização em sindicatos, entre os trabalhadores rurais contratados pelos produtores rurais, 90% afirmaram não fazer parte, e entre os trabalhadores rurais contratados pela Palmas, 100% disseram não fazer parte da organização sindical – o que mostra um baixo nível de organização sindical por parte desses grupos sociais.

Além desses aspectos gerais dos boias-frias faz-se necessário relembrar, seguindo as considerações de Silva (1980), que eles possuem uma particularidade de serem trabalhadores permanentes, ou seja, são trabalhadores anuais que dependem do salário, dos serviços e dos direitos provenientes da agricultura. Assim, são trabalhadores com relação contractual permanente que sustentam a relação associativa entre Produtores rurais e Palmas, em Igarapé-Açu.

Dessa forma, os boias-frias de Igarapé-Açu, cujos perfis socioeconômicos estão presentes nos quadros 5 e 6, aproximam-se dos boias-frias estudados pelas ciências sociais na década de 70/80, por conta de sua não organização política em sindicatos, movimentos sociais e partidos, além dos aspectos lesivos ao seu próprio trabalho (como veremos mais adiante), mas distinguem-se por serem trabalhos realizados à máquina e manuais, por terem o salário fixado em carteira de trabalho e por produtividade, pelo seu local de trabalho fixo, e por serem trabalhos não só temporários, como defendido por D'Incao e Mello (1976) e Ianni (2004), mas também permanentes de forma similar a tipificação de Silva (1980).

No mais, buscaremos analisar as relações de trabalho, envolvendo os boias-frias contratados tanto por produtores rurais quanto pela própria Palmas. Como vimos, existem

similitudes quanto aos perfis socioeconômicos entre ambos os grupos sociais. Resta, por outro lado, uma análise das relações de trabalho que leve em consideração a sua dimensão qualitativa para que, a partir disso, possamos tipificar sociologicamente esses trabalhadores.

### **3.2 Os boias-frias contratados pelos produtores rurais de dendê**

Os boias-frias, ilustrados na imagem 2, contratados pelos produtores rurais, por nós entrevistados, trabalham na colheita do dendê cortando e coletando seus cachos – sobre a colheita a imagem 3, ilustra os cachos retirados – os transportando até a fábrica, fazendo o preparo da terra para o seu cultivo. Vale ressaltar que, com os bóias-frias permanentes contratados pelos Produtores rurais não conseguimos analisar suas várias funções nos plantios, mas apenas o do corte e da coleta do dendê.

Os instrumentos de trabalho, como mostra a imagem 4, utilizados por esse grupo social são: um sacho (usado para cortar os cachos de dendê no pé da palmeira); uma foice (usada para cortar os cachos no alto da palmeira); um espeto (utilizado para colocar os cachos no meio de transporte); tratores (utilizados para transportar os cachos até a fábrica ou para fazer o preparo da terra).

O trabalhador (PR) 16, que trabalha no dendê há mais de 18 anos, entende que seu trabalho no corte e coleta do dendê é “um meio de sobrevivência. Sobre seu processo de trabalho, ele assim o descreve: “Primeiramente vem o corte de sacho, aí o dendê pega uma altura que não dá pra cortar mais de sacho, aí já é a foice, né? A foice é quatro por quatro, digamos assim; aí quando ele já tá mais alto, aí já usa foice seis por seis. Esses são os três tipos de corte” (Trabalhador (PR) 16).

Por outro lado, o Trabalhador (PR) 16, diz que com ele trabalham apenas duas pessoas. Aliado a isso, acrescenta que, por dia, trabalha 8:00 horas, das 6:00 horas da manhã até as 17:00 horas da tarde, de segunda-feira até a sexta-feira: “Eu trabalho das sete horas. Aí tenho uma hora pro almoço. Daí eu pego de doze e meia até cinco horas. Quando dá sexta-feira eu trabalho das sete horas às dez e meia até às quatro horas. Aí finda meu horário de trabalho semanal. Aí só segunda-feira de novo” (Trabalhador (PR) 16).

**Imagem 2** - Boia-fria cortando cachos de dendê utilizando sacho (2023).



**Fonte:** autor por meio da pesquisa de campo. 2023.

Em relação a forma como o salário é calculado, o Trabalhador (PR) 16, diz que é remunerado tanto por tempo de trabalho, fixado em sua carteira de trabalho como trabalhador rural, quanto por produtividade – em relação a repartição entre o lucro e o salário, ele nos diz que a maior parte vai para o seu patrão e uma parte ínfima para ele em forma de comissão: “Se a gente tirar uma faixa de cinco toneladas, dá uma faixa de cinco mil reais pra ele [...]. Pra mim fica duzentos e trinta e seis reais” (Trabalhador (PR) 16).

**Imagem 3** - Cachos de dendê retirados com sacho e com foice.



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

Com efeito, o patrão lucra com 5 toneladas, mais ou menos, segundo o Trabalhador (PR) 16, uns R\$ 5.000, ao passo que o trabalhador recebe apenas R\$ 236, 00 de comissão, fora os R\$ 1.212 de seu salário fixado na carteira de trabalho. Além disso, Trabalhador (PR) 16, diz sentir dores físicas por conta de seu trabalho nos plantios: “Sinto dor no meu braço. Perna já um pouco cansada. Não tem mais o pique de quando é novo, né [...]. Antes eu não sentia dor não, hoje em dia eu me queixo [...]. Porque trabalhar no dendê é um serviço pesado [...] pra levantar uma foice é difícil [...]. Tem cobra, tem escorpião, tudo isso corre o risco” (Trabalhador (PR) 16).

Essas mesmas características apontadas pelo trabalhador (PR) 16, reaparecem no relato do trabalhador (PR) 10, que labora no dendê há mais de 25 anos. Para ele o dendê é um “trabalho difícil [...]. Porque você corta palha. Aí tem que puxar o cacho pra ele folgar um pouco. E tem pé que o talo é pequeno. Aí a gente ganha força muito, puxando ele, pra ver se ele folga, pra poder manter a foice. É um serviço cansativo” (Trabalhador (PR) 10).

Em relação a sua jornada de trabalho, o Trabalhador (PR) 10, diz que cumpre, diariamente, uma jornada de 8:00 horas, entrando as 6:30 horas e saindo as 17:00 horas, e 45

horas semanais de segunda-feira até sexta-feira: “Pega de seis e meia da manhã. Aí para as onze horas. Aí pega doze e meia e para as cinco horas” (Trabalhador (PR) 10).

O trabalhador (PR) 10, também nos concedeu relatos importantes sobre seu cotidiano de trabalho o considerando como cansativo: “A gente já não corta mais de sacho. Corta só de foice agora já. Aí de foice é cansativo, muito cansativo. Ai de sacho já é melhor cortar. Ai de foice não, o cabo que é alto já. Ai, no caso, eu corto e junto, né? Tem canto que só corta, e tem os trabalhadores só de juntar. Eu no meu caso não. É só eu e mais outro, ai a gente corta e o outro dirige. Aí junta de tarde” (Trabalhador (PR) 10).

Por outro lado, sobre o cálculo de seu salário ele ressalta que é feito tanto por produção quanto por tempo de trabalho fixado em carteira de trabalho: “Eu ganho só um salário mínimo mesmo. Ganho, tem um desconto que dá, eu ganho duzentos e trinta e oito por semana” (Trabalhador (PR) 10).

Sobre sua relação com seu patrão ele diz que é boa. Além de “cansativo” o Trabalhador (PR) 10, diz que seu trabalho é “pesado” e “difícil” por conta do peso dos cachos que ele corta e carrega: “É pesado, tem cacho ali que dá de sessenta quilos, a maioria é de 30 quilos a 35 quilos” (Trabalhador (PR) 10).

**Imagem 4** - Foices utilizadas para cortar o dendê na parte de cima da palmeira (2023).



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

Em relação à jornada de trabalho, ao salário, à rotina de trabalho, aos aspectos críticos, o trabalhador (PR) 22, que trabalha há mais de 20 anos na colheita do dendê, também nos proporcionou informações consideráveis. Sobre sua rotina de trabalho, ele a descreve em dois aspectos: no corte na coleta do dendê, e na poda das palmeiras, onde retira as palhas secas e outros excessos que dificultam a coleta: “O meu trabalho é pela área do dendê, né? Na colheita. Eu vou com o pessoal, aí cada qual entra numa rua e faz a colheita. Vai vendo quais são os cachos maduros, aí vai derrubando e colocando nas estradas, onde o trator vai passar pra pegar

[...]. A poda é tirar as palhas velhas. A gente tira as que têm espinho. Aí vai um derrubando, na frente, e o outro vai ajuntando” (Trabalhador (PR) 22).

Em relação a jornada de trabalho, o Trabalhador (PR) 22 diz que além das 8 horas diárias e das 45 horas semanais, ele trabalha aos sábados e domingos, na pimenta, mas ganha apenas para o dendê: “Oito horas, começa seis e meia e larga as onze horas, aí pega doze e meia para largar cinco horas. Tem férias. Aí chega final de ano, paga o décimo [...]. [O salário] é o mesmo do dendê [...]. Ai a gente trabalha todo o Domingo, às vezes sábado sempre de quatro em quatro pessoas” (Trabalhador (PR) 22).

O trabalhador (PR) 22, com isso, revela que os trabalhadores, contratados pelos produtores rurais que fornecem cachos de dendê à Palmasa, fazem horas extras de trabalho em outras atividades rurais, mas que não são remunerados por isso. Ou seja, existe uma extensão da jornada semanal e diária dos boias-frias empregados como força de trabalho pelos produtores rurais.

Nesse sentido, em relação ao salário, o Trabalhador (PR) 22, esclarece que é remunerado por produção, comissão, e por tempo de trabalho, salário pago pela carteira de trabalho, de forma quinzenal: “A gente recebe por quinzena. Em comissão, variava. Era por cacho, treze centavos cada. Uns pagavam seiscentos, outros setecentos, né? O meu é nesse nível aí” (Trabalhador (PR) 22).

A relação com seu patrão, apesar da jornada de trabalho extensa, é considerada por ele como boa. No entanto, queixa-se sobre as suas condições de seu trabalho, chamando sua rotina de trabalho de cansativa: “Cansa, sim! Por que têm umas áreas que a gente ‘maneja’ aí, que é uma vara de seis metros, né? Por dentro da outra. Quando chega naquela planta mais alta, a gente abaixa a vara e espicha a outra. Quer dizer que uma hora dessas que a gente vai, a gente sente um cansaço, né? Cansa o pescoço de tá olhando pra cima; e cansa o braço de tá manejando aquela vara ali [que segura a foice] pra aguentar ela” (Trabalhador (PR) 22).

Esse caráter cansativo do trabalho na colheita do dendê, segundo ele, piora no período da safra onde o trabalho aumenta e, proporcionalmente, o número de boias-frias também: “Na safra que é o pesado, onde a pessoa tira mais, né? Toda a rua tu pegas com uma faixa de cento e dez cachos. Nesse período agora não, pega de cinquenta e sessenta cachos” (Trabalhador (PR) 22).

O Trabalhador (PR) 1, que já trabalha no dendê há 15 anos, diz que labora no dendê mas que, por ser trabalhador rural, “Todo serviço a gente faz”, referindo-se ao trabalho em outras culturas como a pimenta, nos dias de sábado e domingo. Chama a atenção para o fato de que ele, apesar da idade avançada de 67 anos, e já aposentado, continue trabalhando no dendê por

influência do produtor rural que o emprega: “Eu já sou aposentado. Mas ele [seu patrão] não quer que eu saia” (Trabalhador (PR) 1).

Sobre a jornada de trabalho, como grande parte dos outros boias-frias permanentes, cumpre uma jornada de 8 horas diárias e 45 horas semanais: “A gente pega das sete às doze e meia até às seis horas da tarde (Trabalhador (PR) 1). Sobre o salário ele diz que é pago semanalmente, tanto por tempo de trabalho quanto por produção: “É pago por semana, na faixa de duzentos e cinquenta e sete reais” (Trabalhador (PR) 1).

Por conta da idade e também das próprias condições de trabalho, Trabalhador (PR) 1 queixa-se de dores nas pernas e do peso dos cachos: “Rapaz, a gente já tá velho, aí sente muita dor nas pernas principalmente. A gente anda muito. E ele é um serviço muito puxado. Puxado porque tudo é pesado, né? Você vai puxar o cacho, aí é peso. Se você vai embarcar aí é peso também” (Trabalhador (PR) 1).

Trabalhador (PR) 19, que labora como carreador, juntando dendê, diz que trabalhar no dendê “Pra quem é acostumado é um serviço normal mas pra quem não é, a prática se torna difícil” (Trabalhador (PR) 19). Por outro lado, sobre sua jornada, assim como os demais trabalhadores, ele diz que é de 8:00 horas diárias e 45:00 horas semanais: “A gente começa das seis e meia, aí vai das cinco da tarde. Mas tem nosso intervalo a gente para onze da manhã e pega de novo de meio dia em diante” (Trabalhador (PR) 19). Sobre o salário, ele diz que é um salário mínimo, calculado por tempo de trabalho, pago mensalmente: “Salário normal, mil reais” (Trabalhador (PR) 19).

Por outro lado, além de “difícil”, anteriormente o trabalho no dendê, segundo ele, utilizava agrotóxico nos plantios: “Aqui antes usava pra matar mato, fazer coroamento. Mas, depois parou. O uso é que a gente ia com o trator pro meio do mato. Levava o gás tanque aí enchia de água cada um levando as suas bombas, aí fazia coroa. Quando acabava aquela voltava e abastecia colocava, tanto faz no dendê quanto na pimenta aí prejudicava a gente achava que era do veneno. Aí a gente falava pro patrão que tava prejudicando. A gente aplicava setes horas da manhã, na pimenta, aí umas dez horas, quando começava a ventar, o vento buscava tudo para as folhas do dendê. Quando era no outro dia, a gente ia lá prestar atenção, as folhas começaram a murchar e começaram a cair. O capim também ia morrendo, né” (Trabalhador (PR) 19).

Dessa forma, ocorria, segundo o relato, a aplicação de venenos tanto nos plantios da pimenta quanto no próprio dendê. Embora, segundo o trabalhador, a prática tenha cessado, ainda sim os efeitos a longo prazo sobre o corpo dos trabalhadores são possíveis, haja vista que,

como ele mesmo diz: “Qualquer veneno faz mal, né? Pode ser pro dendê, pode ser pra qualquer plantação. Passou a mexer com veneno vai te fazer algum mal” (Trabalhador (PR) 19).

O Trabalhador (PR) 20, possui uma trajetória social emblemática tipicamente de um boia-fria. Antes de trabalhar no dendê ele trabalhava como ajudante de peão em uma fazenda: “Antes do dendê, eu trabalhava como ajudante de vaqueiro na fazenda. Aí depois trabalhei em outra propriedade de dendê até chegar aqui” (Trabalhador (PR) 20). Com isso, no dendê, ele trabalha há 6 anos cortando e coletando cachos.

Sobre a jornada de trabalho, o interlocutor diz que é de segunda-feira à sexta-feira. Ele cumpre uma jornada de trabalho diária de 8:00 horas e 45:00 horas semanais. Contudo, segundo seu relato, também ocorrem trabalhos extras aos sábados, para “zerar o campo”: “De Segunda à Sexta. Aqui a gente só trabalha aos Sábados pra zerar o campo, não pode deixar o dendê na área, se não estraga [...]. A gente entra sete horas e sai onze horas, vai de doze e meia e sai quatro horas. Chega aqui no algodão cinco horas. A gente vai de trator e caminhão” (Trabalhador (PR) 20).

Seu salário também, assim como os demais boias-frias permanentes contratados por produtores rurais, é pago por tempo de trabalho e por produção. Em relação ao cotidiano de seu trabalho, ele diz que é “perigoso”: “É difícil. É perigoso, né? As palhas todas têm espinhos, Aí tem que saber se defender delas” (Trabalhador (PR) 20).

O Trabalhador (PR) 4, que trabalha há 11 anos no dendê, também é um caso de velhice nos plantios de dendê. Com a idade de 66 anos, já aposentado, ele segue trabalhando nos plantios, na parte da roçagem, para completar sua renda: “Não tem problema nenhum, né? Antigamente tinha. Trabalhei muito tempo já. Trabalhei na Palmasa, trabalhei na Raconi<sup>11</sup>. Na Raconi era frango” (Trabalhador (PR) 4).

Sobre o pagamento de seu salário, ele diz que recebe quinzenalmente e por tempo de trabalho. Em relação ao cotidiano de seu trabalho, ele diz que é “enjoativo” e “cansativo”: “Rapaz, o meu trabalho no dendê é só roçar o dendê. Roçando as estradas [...]. Não, é cansa a gente, porque fica só sentado. Todo dia é a mesma coisa. É o mesmo que você casar com a mulher e viver cinquenta anos” (Trabalhador (PR) 4).

Em linhas gerais, podemos sumarizar os seguintes aspectos que tipificam o trabalho do boia-fria do dendê, contratado pelos produtores rurais: 1) trabalho cansativo e pesado onde os trabalhadores sentem dores físicas nas pernas, na coluna, nos braços; 2) um trabalho com extensão da jornada de trabalho aos sábados e domingos; 3) A não remuneração pelas horas

---

<sup>11</sup> Empresa de frango.

extras de trabalho; 4) a presença de trabalhadores já aposentados nos plantios; 5) presença de agrotóxico nos plantios de dendê; 6) jornada de trabalho de 8:00 horas diárias e 45:00 horas semanais; 7) divisão social do trabalho entre trabalho trabalhadores que cortam e juntam dendê, que fazem o carreamento do dendê dos plantios até as fábricas, que fazem a roçagem, e que fazem o preparo da terra com tratores; 8) uma utilização diversificada da força de trabalho, não só para o dendê, mas também para o trabalho em outras culturas como a pimenta; 9) não remuneração do trabalho pelos outros “serviços” prestados no meio rural, como o trabalho na pimenta; 10) pagamento do salário de forma semanal, quinzenal mensal; 11) salário calculado por tempo de trabalho e por produtividade.

### **3.3 Os boias-frias contratados pela própria Palmasa**

Aqui analisaremos os aspectos sociais dos boias-frias permanentes, contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda (AML), em suas funções diversificadas nos plantios de dendê como ilustrado no quadro 7, a fitossanidade, responsável pelo tratamento de doenças nas plantas; o corte e a coleta do dendê, trabalho manual de poda e corte dos cachos do dendê; os tratoristas que laboram na roçagem, que preparam as áreas para a colheita; os tratoristas da adubação que despejam calcário<sup>12</sup>, gesso<sup>13</sup> e adubo químico<sup>14</sup> no solo; e o carreamento que transporta os cachos de dendê dos campos da colheita até o veículo que o transportará até a fábrica.

---

<sup>12</sup> O calcário faz a correção do HP do solo.

<sup>13</sup> O adubo químico é responsável por levar nutrientes que não se fazem presentes naturalmente no solo.

<sup>14</sup> O gesso é um condicionador material que proporciona a melhoria física, química e biológica do solo.

**Quadro 7** - Modalidades de trabalho nos plantios de dendê da Palmasa (2023).

MODALIDADES DE TRABALHO DOS BÓIAS-FRIAS CONTRATADOS PELA PALMASA	
TRABALHO À MÁQUINA (TRATOR):	TRABALHO MANUAL:
Adubação: trabalho realizado a máquina responsável por despejar calcário, gesso e adubo químico no solo;	fitossanidade: trabalho realizado manualmente para o tratamento de doenças em plantas;
Roçagem: trabalho realizado com o auxílio da máquina responsável pelo preparo das áreas da colheita;	corte e coleta do dendê: trabalho manual que retira os cachos de dendê e poda a palmeira;
carreamento: trabalho realizado a máquina responsável pelo transporte dos cachos de dendê dos campos da colheita até os caminhões de transporte;	pela carteira de trabalho recebem um salário-mínimo podendo ultrapassarem esse valor por produtividade: quantidade de cachos retirados, de produtores visitados, etc.
Pela carteira de trabalho recebem dois salários-mínimos podendo ultrapassar pela produtividade: número de áreas limpas, número de áreas preparadas, quantidade de cachos transportados.	

**fonte:** elaborado pelo autor. 2023.

O quadro 7 demonstra que existe uma diversificação das funções no trabalho dos boias-frias nos plantios de dendê da Agrocomercial Marajoara Ltda. Por outro, o quadro também ressalta a assimetria de salários. Embora ambos os trabalhos, à máquina e manual, sejam remunerados por comissão e pelo salário fixado em carteira de trabalho, percebe-se que o primeiro possui um valor de dois salários mínimos e o segundo apenas um salário mínimo.

Assim, os boias-frias que laboram na dendeicultura não realizam trabalhos apenas braçais e temporários, como os estudos por D'Incao e Mello (1976), Ianni (2004), Silva (1980), nas monoculturas do amendoim algodão e do açúcar, em São Paulo, mas também a máquina. Explicita-se, por outro lado, que o trabalho na dendeicultura além de ser mais diversificado quanto suas funções, é também heterogêneo quanto as suas formas técnicas ou mesmo quanto suas formas de remuneração, como o quadro 7 demonstra.

O Trabalhador (AML) 1, boia-fria que trabalha há mais de três anos no dendê, labora no segmento rural da “fitossanidade”<sup>15</sup>. Sobre o cotidiano do seu trabalho, ele assim o descreve: “Olha, na fitossanidade que eu trabalho a gente faz visita nos dendês da Palmasa. E por enquanto agora a gente tá visitando os produtores, entendeu? Fazendo visita, eliminar algumas plantas que estão mortas, que estão morrendo, fazendo tratamento. Aí o horário, a questão de serviço são esses” (Trabalhador (AML) 1).

Em relação a jornada de trabalho, ele diz que a cumprem 8:00 horas diariamente e 45:00 horas semanalmente: “Entra seis e meia larga quatro e meia, é essa rotina de segunda a sexta” (Trabalhador (AML) 1). Todavia, como grande parte dos trabalhadores rurais, ele faz trabalho extras, mas, com a diferença de que ganha “comissão” para isso – ou seja, existe uma extensão da jornada de trabalho também entre os trabalhadores da Agrocomercial Marajoara Ltda: “A gente trabalha no que ele mandar. A gente trabalha fazendo visita, mas o que ele pedir pra fazer a gente faz, né? Limpeza, cortar algumas árvores, fazer algum serviço” (Trabalhador (AML) 1).

Segundo ele, o trabalho na fitossanidade, se comparado com o corte com a coleta do dendê, não é um serviço tão puxado: “A melhor parte é que a gente tem as horas extras que a gente ganha, passa do horário, a gente ganha as horas extras. Não é um serviço puxado. Em outras áreas são mais puxados. Mas mexe bastante com a nossa cabeça, assim, plantar tudo certinho, mexer com notas, né? A nota do escritório. É isso o nosso trabalho” (Trabalhador (AML) 1).

Conforme o Trabalhador (AML) 1, o número de pessoas que fazem parte de sua equipe na fitossanidade, é de 10 pessoas. Perguntamos à ele se esse número aumenta no período da safra; todavia, ele disse que a fitossanidade não exige grande quantidade de pessoas, haja vista que não trabalha diretamente com a colheita: “São os mesmos, entressafra e safra não muda nada. São os mesmos” (Trabalhador (MRL) 1). O trabalho, na fitossanidade, foi classificado por ele como “rural” e “realizado a mão”: “Olha, a gente realiza ele, como a gente trabalha com a planta, com a questão de fazer cirurgia em planta, a gente trabalha mais com o sacho e a foice, mas nessa área aí, entendeu?” (Trabalhador (MRL) 1).

---

<sup>15</sup> A fitossanidade é um trabalho realizado nas plantas para protegê-las de pragas e doenças que acometem a Palmeira do dendê.

Assim, o trabalho na fitossanidade consiste, basicamente, na visita aos plantios de dendê para a vistoria das plantas, verificação sobre a existência ou não de pragas ou doenças. Trata-se de um trabalho relativamente “leve”, se comparado a outros como da colheita do dendê, mas com condições sanitárias questionáveis, como pontuado pelo entrevistado: “É mais ventilado, é aberto, é uma hora que é quente, o dendê esquenta muito, mas fora isso é bom [...]. Algumas horas é fatigante [...]. Tem poeira, lama, a gente anda muito, nosso deslocamento é muito grande. Questão de quilômetro a gente anda em um dia” (Trabalhador (MRL) 1).

Portanto, existem condições sanitárias questionáveis como a presença de poeira, lama, quentura, etc. Por outro lado, quando perguntamos se já sofreu acidente de trabalho nessa modalidade, o entrevistado respondeu que não.

Sobre a forma como o seu salário é calculado, ele nos disse que é tanto por produtividade, comissão, como por tempo de trabalho, fixado na carteira como trabalhador rural, e pago mensalmente: “A gente ganha pela carteira e pela produção que a gente faz no campo. Alguma cirurgia que a gente faz” (Trabalhador (MRL) 1).

Sobre o tempo de trabalho livre, perguntamos se ele se desocupa com outras atividades como lazer, esportes, que não seja o trabalho propriamente dito. Ele respondeu que sim, mas que às vezes faz “bicos” para complemento da renda: “Olha, eu passeio com a minha esposa, a gente passeia bastante. Às vezes eu trabalho em algum bico, pra fazer eu faço” (Trabalhador (MRL) 1).

Além disso notamos, como em grande parte dos trabalhadores entrevistados, uma contradição entre o rural e o urbano. Embora seu trabalho seja rural e ele mora na zona rural de Abaetezinho, seus bens de consumos duráveis e não duráveis são todos provenientes da cidade, da zona urbana: “Não, moro em abaetezinho. Zona rural. [E as coisas que consome são] Da cidade” (Trabalhador (AML) 1)

O Trabalhador (AML) 2, que também trabalha na fitossanidade há mais de um ano, reforça esses aspectos lembrados pelo seu colega de trabalho: “Rapaz, eu trabalho na área da fitossanidade, né? Fazendo tratamento de planta, essas coisas, planta com doença, né. Agora apareceu o AF<sup>16</sup> no plantio, aí a gente que tá tratando delas. É que ainda não apareceu um remédio específico, aí vamos tratando” (trabalhador (AML) 2). Sobre a vantagem que é a visita

---

<sup>16</sup> AF é a abreviação de Amarelamento Fatal, uma doença relacionada a falta de nutrientes no solo, sobretudo calcário, que amarela as folhas e mata a palmeira do dendê.

aos produtores rurais, e a desvantagem aponta que é a chuva e o inverno: “Melhor parte é a visita. Desvantagem é o inverno, as pessoas pegam chuva, né?” (Trabalhador (AML) 2).

Por outro lado, em relação a jornada de trabalho, o Trabalhador (AML) 2, diz que cumpre diariamente 8:00 horas e semanalmente 45:00 horas, mas também trabalhando aos finais de semana quando necessário e sendo remunerado por isso: “Acho que oito horas, entre seis e meia e largo quatro e meia [...]. [Sobre fazer outras atividades ele diz que] a gente faz outras atividades vez em quando, né?” (Trabalhador (AML) 2).

O Trabalhador (AML) 2, ainda, diz que se sente satisfeito com seu trabalho e que, por conta da pouca relação com a colheita, não se contrata trabalhadores para a fitossanidade no período da safra. Sobre o número de trabalhadores, nos disse que, atualmente, 10 pessoas fazem parte de sua equipe de trabalho. Seu trabalho, além disso, é classificado por ele como rural. Em relação ao seu pagamento, ele é feito de forma mensal, e o salário é calculado tanto por produtividade quanto por tempo de trabalho: “Mensal [...]. Tempo e produtividade” (Trabalhador (AML) 2).

Perguntamos também o que ele costuma fazer no tempo de trabalho livre, se faz trabalho em horas extras, outras atividades, para complementar renda. Ele nos disse que, em momento de folga ou férias: “Jogo bola, as vezes vou pro interior descansar” (Trabalhador (AML) 2). A contradição entre ser trabalhador rural, e morar na zona urbana consumindo seus bens de consumos duráveis e não duráveis também é presente na vida do Trabalhador (AML) 2.

O Trabalhador (AML) 3, que trabalha há 7 anos no dendê, também nos concedeu informações interessantes sobre seu cotidiano de trabalho na fitossanidade: “Negócio de anomalias. A gente procura onde tem planta doente. Por exemplo, um produtor tá com dificuldade em achar uma planta doente, a gente vai lá e mostra pra ele onde é. É uma área espetacular” (Trabalhador (AML) 3).

Da mesma forma que seus colegas de trabalho, ele trabalha na prevenção e cuidado de doenças das plantas de dendê. Sua jornada de trabalho é 8:00 horas diária e 45:00 horas semanais; no entanto, também como demais boias-frias do dendê contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda (Palmas), ele faz trabalhos extras, mas é remunerado por isso: “Oito horas por dia. Entra seis e meia e larga quatro e meia” (Trabalhador (AML) 3).

Com efeito, sobre a forma como seu salário é calculado ele nos diz que é tanto por produção quanto por tempo de trabalho fixado na carteira de trabalho: “Tempo de trabalho, dia todo” (Trabalhador (AML) 3). Acrescenta, ainda, que seu trabalho é manual, feito a mão.

As vantagens, segundo o entrevistado, de seu trabalho é que lhe proporciona mais conhecimento; por outro lado, a desvantagem é que o deslocamento que fazem, todos os dias,

é bastante extenso o que torna o trabalho cansativo: “A melhor parte é a visita. Surpresa, às vezes a gente acha uma anomalia, nunca vista, aí bate foto, filma. Isso tudo é aprendido. É muito bacana [...]. É, não é difícil, é um pouco complexo, às vezes a gente se desloca para longe, na moto, aí a gente se desloca muito” (Trabalhador (AML) 3).

Sobre as condições de seu trabalho, sobretudo sanitárias, diz que é “tranquila” em relação às atividades do corte e da coleta do dendê classificadas por ele como “pesadas”: “Pesado. Porque não sei se é porque eu não me identifiquei assim a cortar dendê, né? Tem uns que já acham normal, né? Mas eu não fiquei nessa área” (trabalhador (AML) 3).

Também perguntamos a ele se realiza atividades do dendê, ou outro tipo de trabalho, em seu tempo de trabalho livre, para complementar renda. Nos foi dito que, quando não existe serviço nos finais de semana ou outra atividade, “Eu gosto de sair, ir pra praia, visitar os parentes” (Trabalhador (AML) 3).

Por outro lado, a contradição entre ser trabalhador rural e viver na zona urbana, experimentando seu modo de vida, também foi constatada em nossa conversa com o trabalhador (AML) 3. Perguntamos sobre o seu local de moradia e sobre os bens de consumo duráveis e não duráveis que consome, se eram provenientes da agricultura ou do comércio urbano local, e nos foi dito: “Zona urbana mesmo [...]. Da cidade mesmo” (Trabalhador (AML) 3).

No mais, os boias-frias da fitossanidade consideram seu trabalho mais “leve” do que o trabalho do corte e da coleta do dendê. Contudo, assim como os demais, esse trabalho possui uma extensão da jornada de trabalho até os sábados e domingos, aspectos “cansativos” – como eles mesmos ressaltaram sobre os deslocamentos quilométricos que fazem até os plantios dos produtores rurais para fazerem a inspeção das palmeiras do dendê –, um salário calculado por produtividade e por tempo de trabalho, e uma contradição entre trabalhar no meio rural mas ter um modo de vida urbano.

Outro grupo de trabalhadores entrevistados foram os tratoristas da roçagem, sobre a máquina que faz a roçagem a imagem 4 é ilustrativa, responsáveis pelo corte da vegetação que cerca as quadras de dendê. O Trabalhador (AML) 4, que trabalha há mais de 10 anos no dendê, indo de cortador e juntador de dendê à tratorista, descreve seu trabalho como a parte que antecede e prepara a área para a colheita: “A parte da roçagem a gente faz limpeza do campo. Em várias áreas. A nossa atividade é deixar o campo todo tempo limpo porque tem nós e outras atividades, a parte da colheita. Ai por causa de inseto e cobra eles fazem mais essa limpeza por causa disso” (Trabalhador (AML) 4).

O número de tratoristas, que trabalham com o entrevistado, é de 6. Sua jornada de trabalho é de 8:00 horas diária e 45:00 horas semanais: “Nove horas por dia. Entre seis e meia

e larga quatro e meia. Ai na sexta feira, a gente entra seis e meia e larga três e meia” (Trabalhador (AML) 4). Entretanto, os tratoristas também trabalham em dias de sábado e domingo com remuneração pela hora extra cumprida: “Tem hora extra que a gente trabalha no sábado. Tipo assim, a gente trabalha conforme segunda à sexta, ai se for trabalhar sábado é hora extra” (Trabalhador (AML) 4).

De um modo geral, o salário dos boias-frias tratoristas que trabalham na roçagem é calculado por produtividade, que entra na hora extra ou na quantidade de áreas roçadas, mas também por tempo de trabalho, fixado na carteira de trabalho como tratorista agrícola, e pago mensalmente: “Mensal [...]. Tempo de trabalho e produtividade” (Trabalhador (AML) 4).

Também perguntamos aos entrevistados sobre as condições de trabalho. Ele nos disse que no verão as condições sanitárias de trabalho pioram por conta da poeira, mas que no geral é “adequada”: “É bem adequado. Porque esse trator a maioria são melhor adequada do que as outras que a gente trabalha, são mais ventilados [...]. Quando tem mais poeira é no tempo do verão [...]. No inverno melhora, mais umidade” (Trabalhador (AML) 4).

Outra pergunta feita foi sobre a vantagem e desvantagem do trabalho na roçagem. O entrevistado não se sente satisfeito com seu trabalho. Para ele o trabalho na roçagem é perigoso, o coloca em risco: “A gente nunca está satisfeito com o trabalho [...]. A desvantagem é que um trator desse, cada experiência é de risco, o cara trabalha sob o risco. Essa parte de cardam, essa parte de terçado, é perigoso [...]. Porque lá atrás é um cardam acoplado, né? Aí isso se torna um risco, perigo, a pessoa tem que trabalhar com muita atenção” (Trabalhador (AML) 4).

A cardam, é um eixo de ferro que transfere o movimento para a lâmina, acoplada ao trator, como mostra também a imagem 5, para fazer a roçagem dos campos de dendê. O trabalhador 4 acha esse instrumento de trabalho perigoso e por isso redobra sua atenção no trabalho da roçagem. O trabalho na roçagem, contudo, conta com a mão-de-obra, no período da safra, de pessoas contratadas por uma empresa terceirizada – boias frias não permanentes: “Porque no tempo da safra o trator não dá conta [...]. Porque o mato tá muito grande é melhor contratar terceirizados pra fazer a limpeza no campo” (Trabalhador (AML) 4).

Da mesma forma que os demais trabalhadores, o trabalhador (AML) 4 reside na zona urbana, trabalha na zona rural, mas consome os bens de consumo duráveis e não duráveis da zona urbana: “Zona urbana, na principal [...]. Hoje [sobre os bens de consumo], no momento, do comércio” (Trabalhador (AML) 4).

**Imagem 5** - Trator responsável pela roçagem com eixo cardam<sup>17</sup> acoplado (2023).



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

Vale ressaltar que essa contradição entre rural e urbano aprofunda-se quando, nenhum dos entrevistados que laboram na roçagem, afirmou ser agricultor familiar. Todos eles obtêm sua fonte de renda somente do trabalho como boia-fria nos plantios de dendê. Outro trabalhador, que também foi do corte e da coleta do dendê à roçagem, e que trabalha no dendê há mais de 17 anos, o trabalhador (AML) 5, também tece considerações importantes sua rotina de trabalho.

Em relação a rotina de trabalho ele diz que a roçagem é um trabalho, feito a máquina, que prepara a área para a colheita do dendê: “Nós trabalhamos aqui na roçagem, roçando as áreas, aí cada área vai terminando e passando por outra, né? E assim vai, todo tempo é isso. É tipo uma equipe aqui” (Trabalhador (AML) 5).

A sua jornada de trabalho, da mesma forma que a dos outros trabalhadores boias-frias, tanto da roçagem, da fitossanidade, ou da colheita, é de 8:00 horas diariamente e 45:00 horas semanais: “Oito horas por dia, entra seis e meia e larga quatro e meia. Se passar, ganha hora extra” (Trabalhador (AML) 5). No entanto, também existe uma extensão da jornada de trabalho

---

<sup>17</sup> Cardam é um eixo de ferro responsável pela ligação das lâminas de ferro, responsáveis pela roçagem, e o trator.

aos sábados e domingos: “Eu tô acostumado. Porque nós trabalhamos aos sábados, mas se tu não puder vir, tu não vem, né? Porque aos sábado é tipo uma hora pra ti ganhar mais. Tem nada forçado não. É de boa” (Trabalhador (AML) 5).

Sobre a vantagem de seu trabalho, o trabalhador (AML) 5, diz que, em comparação a outras modalidades de trabalho nos plantios, a roçagem não é tão “cansativa” ou “puxada”. É um trabalho a máquina, não manual, melhor que o “braçal”: “Eu gosto de trabalhar aqui nessa área da roçagem. Melhor que braçal. Com o tempo se lesiona. Aí melhorou, né? Essas áreas aqui eu ajudei a plantar. Me sinto satisfeito” (Trabalhador (AML) 5).

Também perguntamos a ele se, em época de safra, a empresa costuma contratar força de trabalho de boias-frias temporários e não permanentes; ele disse que sim, geralmente de empresas terceirizadas: “Mas as vezes, quando tá muito atrasado, eles contratam outra equipe pra avançar em outra área. Pra ajudar porque é muita área. Porque, no inverno, o mato cresce rápido” (Trabalhador (AML) 5).

Em relação às condições sanitárias de trabalho, o trabalhador (AML) 5, diz que é quente, com bastante poeira, e pouco ventilado: “É quente, dizer que é frio tá mentindo, trabalhando em cima de uma máquina” (Trabalhador (AML) 5).

Um ponto crítico, comentado pelo entrevistado, foi o acidente de trabalho que sofreu trabalhando ainda na época como carreador. O trabalho de carreamento é realizado à mão, com um espeto, onde o boia-fria perfura os cachos de dendê e os coloca no trator para serem transportados até à fábrica. Sobre esse episódio, ele diz que o espeto atravessou seu pé: “Mas quando eu carreei atravessei foi meu pé com espeto do dendê [...]. Faz tempo, tinha uma área aí que os cachos tava muito grandão e duro, quando eu dei revelou e foi certinho no meu pé” (Trabalhador (AML) 5).

Falando sobre seu salário, a forma como é calculado, o trabalhador (AML) 5, diz que ele é um pouco superior aos demais salários de outras partes da divisão social do trabalho – como a fitossanidade, a adubação, o trabalho no corte e na coleta –, porque é uma “profissão”: “Ele é calculado tipo uma profissão. Nosso salário varia, mais alto um pouco que os dos outros” (Trabalhador (AML) 5).

Ainda sobre as atividades que cumpre nos plantios, o trabalhador (AML) 5 diz que faz outros tipos de trabalho nos plantios, que não o da roçagem, mas que não recebe para isso: “[...] exemplo assim, quebrou um trator, aí a gente leva. Mas fora a nossa profissão ele não manda não, entendeu? [...]. Não, só pra ajudar, acaso precisar, aí fica por lá. Não tá valendo nada. Mas não ganha não [salário]” (Trabalhador (AML) 5).

Sobre seu cotidiano de trabalho, ele diz que é cansativo, estressante, mas não ao ponto de fazer deixá-lo seu trabalho. O trabalhador (AML) 5 acha a condição de trabalho tolerável no serviço da roçagem: “Porque comigo eu já tô acostumado, aí eu já não estranho. Tá mais leve. Às vezes é cansativo e estressante, mas não é essa coisa toda” (Trabalhador (AML) 5).

Na verdade, tanto os trabalhadores da fitossanidade, quanto os que são tratoristas na roçagem, queixam-se de seu trabalho, mas todos se dizem satisfeitos com ele, sem reclamações maiores, sem atritos com seus patrões. Porém, os trabalhadores, em sua maioria, por serem boias-frias, levam suas comidas, almoço, prontos de casa. O trabalhador (AML) 5, queixa-se disso, acha que um serviço de almoço no campo melhoraria seu cotidiano de trabalho: “O que poderia melhorar era um almoço no campo [...]. Nós traz pronto de casa. Mas não depende da gente, depende deles” (Trabalhador (AML) 5).

Em relação ao local de residência, o Trabalhador (AML) 5, da mesma forma que seus colegas de trabalho, classifica seu trabalho como rural, mas afirma morar e consumir os bens de consumos duráveis e não duráveis da Zona urbana. Ele também diz que, quando não está fazendo roçagem, em sua folga ou férias, procura viajar ou frequentar balneários locais. No geral, a contradição entre o tempo de trabalho no meio rural, e o tempo de trabalho livre experienciando o meio urbano, reapareceu também em nossa conversa com ele: “[Você mora em qual parte de Igarapé-Açu? Zona rural ou zona urbana?] Zona urbana. [O que você consome, as coisas que você compra, são todas da cidade mesmo?] Cidade. [Não é proveniente da agricultura?] Não” (Trabalhador (AML) 5).

O trabalhador (AML) 6, há mais de 7 anos trabalha na dendeicultura. Seu primeiro emprego foi no dendê. Sua função nos plantios é fazer a adubação, com a adubadeira, ilustrada na imagem 6, com trator, da terra. Trata-se de um dos trabalhos, no dendê, que mais traz problemas para a saúde dos boias-frias pelo contato direto com o adubo químico, com o calcário, com o gesso: “Eu trabalho no trator, na área da adubação, do calcário, do químico. Aí quando não tem adubação eles deslocam a gente pra outro serviço, como o carreamento. Minha equipe do adubo [...]. A gente joga o calcário, pra fortalecer a terra, depois vem com o gesso, a gente araje que é pra fortalecer o solo. E o químico que é pro crescimento da Planta” (Trabalhador (AML) 6).

A jornada de trabalho dos boias-frias, segundo o entrevistado, “[É de] Segunda à Sábado” (Trabalhador (AML) 6). Com ele, na adubação, existem mais quatro trabalhadores. O seu trabalho, segundo ele, é realizado de forma totalmente automática, com a máquina. Em relação a forma como seu salário é calculado ele nos disse que é tanto por produção quanto por tempo de trabalho, e que, em relação a jornada de trabalho, entra segunda-feira e sai aos

sábados, fazendo horas extras: “mil seiscentos e sete reais, tratorista, mais a produção em cima, né? Cada hectare é um real. Aí a gente tira uns trezentos e pouco. Aí tem mais a hora extra, trezentos e pouco também. Trabalha no sábado, opcional. [...] Entro seis e meia e saio quatro e meia” (Trabalhador (AML) 6).

Em relação às condições de trabalho dos tratoristas da adubação, dentre várias outras, é a pior. O entrevistado queixa-se de coceiras, por conta da poeira dos adubos químicos, do calcário, do gesso, além de muita dor na coluna por passar o dia inteiro sentado no trator. Sobre a vantagem e desvantagem de seu trabalho, ele assim resume: “Vantagem é tá empregado, trabalhando [...]. O químico dá alergia. Geralmente coça. E o calcário dá alergia no olho, geralmente coça. Químico é mais a longo prazo, né? Agora a coluna já sinto muito, pouco ruim [...]. A desvantagem é que trabalhar em trator mexe muito com a coluna, desgasta a coluna. Muito tempo sentado e pula muito, isso desgasta muito a coluna da pessoa” (Trabalhador (AML) 6).

Além disso, ele diz que um ponto negativo de seu trabalho é que dentro do trator a temperatura é quente, com bastante poeira. Essa poeira, de adubos químicos, calcário, gesso, quando existem fortes ventos, é carregada para os olhos dos trabalhadores causando complicações e desconfortos: “É quente, dentro do trator. Tem limpeza. Bastante poeira. O vento bate joga tudo na pessoa. Um ponto negativo que o vento traz o calcário e o adubo químico” (Trabalhador (AML) 6).

A contradição entre tempo de trabalho no meio rural, e tempo livre de trabalho vivendo na zona urbana também é presente no relato do entrevistado. Tanto os bens de consumo duráveis e não duráveis, quanto a preferência por locais de lazer e divertimento, são oriundos da zona urbana, embora o local de moradia e de trabalho seja classificado por ele como rural: “[O que você costuma fazer fora do seu trabalho?] Sou de ficar mais em casa. Saio muito não [Você mora em qual parte de Igarapé-Açu? Zona rural ou zona urbana?] Zona rural. São Luís [O que você consome, as coisas que você compra, são todas da cidade mesmo?] Cidade, comércio [Não é proveniente da agricultura?] Não. [Tempo livre costuma fazer o que?] Vou pra casa da família. Não faço atividade pra complementar renda” (Trabalhador (AML) 6).

**Imagem 6** - Trator responsável pela adubação com adubadora acoplada (2023).



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

Outro entrevistado, que trabalha há mais de 8 anos no dendê, indo do carregamento à tratorista, na adubação, por sua vez, foi mais objetivo em suas respostas sobre o seu processo de trabalho, seus pontos críticos e condições materiais, pouco ou nada falando sobre as vantagens e desvantagens de seu trabalho. Em relação à sua rotina de trabalho, ele nos disse: “Aqui a gente chega cedo, bate o ponto, abastece o trator, pega os EPIs e vem pro campo. Hoje a gente tá adubando, outros dias a gente carrega. Estamos usando gesso. Mês passado usamos calcário. Usamos adubo químico” (Trabalhador (AML) 7).

Em relação a jornada de trabalho, ele diz que faz diariamente 8:00 horas e semanalmente 45:00 horas:” Entra seis e meia, larga quatro, é essa rotina de segunda a sexta” (Trabalhador (AML) 7). Sobre a forma como seu salário é calculado ele nos disse que é tanto por tempo de trabalho, fixado na carteira de trabalho como tratorista, como por produção, número de áreas que faz a adubação.

O trabalhador (AML) 7, ainda, nos disse que as condições de trabalho na adubação são mais “leves” se comparadas às condições de trabalho de quando era carreador: “Sair do pesado, ir pra tratorista, é melhor [...]. Até hoje, não, achava ruim quando eu carregava, aí passou pro trator e melhorou mais” (Trabalhador (AML) 7).

Perguntamos também como ele classifica seu trabalho, se rural ou urbano, onde mora, na cidade ou no interior para, com isso, entender a contradição entre trabalhar no meio rural e ter um modo de vida urbano: “[O seu local de trabalho você classificaria como rural ou urbano?] Rural. [O seu trabalho é realizado a mão ou a máquina?] A máquina. [Mora na parte rural ou urbana?] Rural. [E as coisas que você consome são provenientes da roça ou do mercado da cidade?] Da cidade, do comércio. [Faz parte da agricultura familiar?] Não” (Trabalhador (AML) 7). Portanto, do mesmo modo que os demais entrevistados, percebemos que o entrevistado trabalha no meio rural, mas não tira dele bens de consumo para o seu sustento, apenas o salário utilizado para comprar mercadorias no comércio urbano local.

Sobre as condições sanitárias de seu trabalho, segundo ele, no verão faz bastante sol o que eleva a temperatura da cabine do trator que faz a adubação das áreas: “Olha o trator é coberto e não faz muito sol. Às vezes é quente, por causa do sol, esquenta mesmo, né? Acho normal a temperatura. [...]. [Tem poeira?] Rapaz, faz um bocado” (Trabalhador (AML) 7).

O Trabalhador (AML) 7, também nos disse que, em período de safra, seu patrão passa a contratar boias-frias temporários e não permanentes para ajudar na adubação no objetivo de acelerar o processo produtivo: “Quando aumenta a safra, eles contratam mais gente. Outubro até janeiro” (Trabalhador (AML) 7).

Assim, entre os boias-frias permanentes da adubação, também ocorre a contratação de mais força de trabalho para ajudar no trabalho rural. Outra modalidade de trabalho dos boias-frias é a do corte e da coleta do dendê, representado na imagem 7. Trata-se de um trabalho manual, feito com sacho, foice e espeto, e é o mais cansativo, pesado e degradante dentre todas as atividades, além de ser a parte que mais emprega força de trabalho nos plantios.

O trabalhador (AML) 8, que trabalha para a Agrocomercial Marajoára Ltda (Palmas) há 4 anos, no corte dos cachos de dendê, ressalta a atividade como cansativa, pesada, dentre outros adjetivos. Seu trabalho resume-se a isso, cortar e conferir os cachos retirados: “No caso a gente sai de manhã, aí chega na empresa, aí quando dá o horário a gente bate o ponto, aí deu a hora de vim, pega o ônibus, e começa a trabalhar. É cortar o dendê, tem que derrubar o cacho, aí em cima, puxar e conferir ele. Ele que vai ser nossa produção” (Trabalhador (AML) 8).

Um outro aspecto, que de fato impressiona e dá a dimensão da intensidade do trabalho no corte do dendê, é a quantidade de cachos retirados pelo entrevistado. Sozinho ele retira de

300 a 400 cachos de dendê, usando apenas foice e sacho: “Por dia a gente tira 300 a 400 cachos, só eu. Mas varia, por exemplo eu tiro esse tanto, e tem colega que tira mais do que eu” (Trabalhador (AML) 8).

Sua jornada de trabalho é, como na maior parte dos casos, de 8 horas diárias e 45 horas semanais. No entanto, também como relatado pela maioria dos entrevistados, sua jornada de trabalho é estendida tanto aos sábados e domingos, quanto para outras atividades que não seja o corte e a coleta do dendê, ganhando apenas uma comissão por isso: “[Sobre as horas trabalhadas] Oito horas por dia, faz tempo que eu não vejo isso. Entra sete e meia e larga quatro e meia. [Acontece de trabalhar em outra atividade que não seja o corte?] Acontece. [Trabalha em que nesses casos?]. Em lavagem de carro, essas coisas. Aí o pessoal que quiser acrescentar um dinheirinho no mês, né? Trabalha nos finais de semana nisso” (Trabalhador (AML) 8).

Sobre a forma como seu salário é calculado, o nosso interlocutor nos disse que ganha tanto por produtividade, quantidade de cachos retiradas, quanto pelo seu salário, tempo de trabalho, fixado em sua carteira de trabalho como trabalhador rural: “[Qual o método de contratação de seu patrão?] Mensalmente. [Seu salário é calculado por produtividade ou por tempo de trabalho?] Tempo e produção. [Se por tempo, o dia ou hora?] O dia todo. [Existe adicional?] Existe sim. [Quanto é o seu salário?] Vai aí pra dois mil e trezentos ou dois mil e quatro e centos. Nem sempre o mês é igual o outro, né? Varia conforme a produção” (Trabalhador (AML) 8).

Em relação às condições de trabalho, perguntamos a ele qual a melhor parte, vantagem de seu trabalho, e nos disse que é o corte com a foice porque exige menos de seu corpo do que com o sacho: “Tenho, no caso da foice, eu já gosto de cortar de foice, e o sacho força muito o corpo. Foice se torna mais fácil [...]. É pesado. É porque o esforço físico é demais, a pessoa soa muito, faz muita força. Pra mim é mais pesado com o sacho” (Trabalhador (AML) 8).

Perguntamos também sobre as condições sanitárias de seu trabalho; segundo ele, o trabalho é realizado em meio a quentura e a poeira: “Conforme o clima, quando tá muito quente a poeira levanta muito mesmo” (Trabalhador (AML) 8). Além disso, ele nos disse que, sob essas condições, trabalham com ele 65 trabalhadores: “[quantas pessoas trabalha com você?] sessenta e cinco. [É por quadra?] É, aí nós tira essa e pula pra outra, e vai pulando de quadra em quadra” (Trabalhador (AML) 8).

Outro questionamento foi sobre os acidentes, se já ocorreu ou não com ele algum do tipo. Segundo o boia-fria entrevistado, com ele não, mas com um colega de trabalho sim, juntamente com a foice, seu instrumento de trabalho preferido: “[Já teve algum acidente de trabalho com você?] Comigo, aqui na empresa não [...]. Mas antes, logo que começa, acontece

da palha descer e furar a gente. Mas coisa pouca. [Com colega de trabalho já aconteceu?] Já, eu já ouvi acontecer já. [Poderia dizer como foi?] Foi na foice, justo no material que eu gosto de trabalhar. Ele foi tirar o cacho, né? Aí cortou assim, a mão, golpe feio mesmo” (Trabalhador (AML) 8).

Portanto, o interlocutor confirma a existência de acidentes envolvendo tanto as palhas do dendê, cheias de espinhos, quanto os instrumentos de trabalho. Por outro lado, sobre a relação entre rural e urbano, também o entrevistado classifica sua atividade no dendê como rural, mas diz que vive o modo de vida urbano, morando na zona urbana e consumindo os bens de consumo duráveis e não duráveis dela provenientes: “[Mora na parte rural ou urbana?] Urbana. [E as coisas que você consome são provenientes da roça ou do mercado da cidade?] Da cidade, do comércio. [Faz parte da agricultura familiar?] Não. [Trabalhava em outras áreas também?] Não, renda toda do dendê. [Você faz alguma atividade em tempo livre para complementar renda?] Não. Só o dendê mesmo” (Trabalhador (AML) 8).

**Imagem 7** - Trabalhador, do corte do dendê, segurando sacho (2023).



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

O Trabalhador (AML) 9, que trabalha há mais de 15 anos no dendê, também nos concedeu elementos interessantes sobre os boias-frias que o cortam. Ele nos disse que atualmente, 63 trabalhadores trabalham com ele (número aproximado dos 65 dito pelo

Trabalhador (AML) 8). Relatou também, que além do corte dos cachos, ele faz a poda das palhas e folhas da palmeira, e que isso também conta como produção na hora do cálculo de seu salário; ele assim descreve o cotidiano de seu trabalho no dendê: “[Trabalho na] Colheita, quando acaba a colheita a gente faz a poda, limpeza das plantas. Poda a gente tira todas as palhas que não servem mais, a gente derruba ela, e faz a limpeza das plantas. Que não serve mais. Pra ajudar a carregar os frutos. As podas entram na produção da gente. É contado por planta. Aí quando acaba a colheita a gente entra com a poda. Eles dividem a turma, uma turma vai pra colheita e outra vai pra poda” (Trabalhador (AML) 9).

Ainda sobre a forma como é realizado seu trabalho, ele nos disse que usa tanto o sacho, como corte de baixo para cima, para retirar os cachos do pé da palmeira, quanto a foice, com corte de cima para baixo, para retirar os cachos da parte de cima da planta: “A função da foice, a gente corta de cima pra baixo, e do sacho já é de baixo pra cima. E o machado já é pra puxar assim o talo que cai no pé. Aí corta o talo. Com o sacho já corta e deixa o talo na palmeira” (Trabalhador (AML) 9).

A poda é, para o interlocutor, a melhor parte de seu trabalho. Segundo ele, ao contrário da retirada dos cachos, é uma atividade que exige menos esforço, e que é feita em um curto período de tempo, além de acrescentar em forma de produção no seu salário. A parte que ele menos gosta é a do rebaixo, feita atividade realizada no pé da palmeira, com sacho, para tirar os cachos: “Eu gosto mais da poda, fazer ela. Porque a gente não se empata. Mas a colheita a gente ganha mais. Todos os dois são bom, né? Se disser que é ruim [...]. [Tem alguma parte que você menos gosta?] Fazer o rebaixo, porque sente muito a coluna da gente. Mas isso é difícil a gente fazer” (Trabalhador (AML) 9).

Um fato curioso é que, ao dizer que não é filiado à sindicatos, o trabalhador o crítica, dizendo que o sindicato foi esvaziado, que “acabou”, e que ele atualmente não defende os interesses dos trabalhadores. Como mostramos no Quadro 5, 100% dos trabalhadores entrevistados contratados por produtores rurais afirmaram não fazer parte de sindicato, e, no Quadro 6, 90% dos entrevistados, contratados como força de trabalho pela Agrocomercial Marajoara Ltda, afirmaram não fazer parte. Isso, de fato, demonstra a não relação do sindicato com os boias-frias em Igarapé-Açu; como entrevistado comenta: “[...] o sindicato acabou, né? Tinha o sindicato, mas acabou o sindicato do trabalhador, né? Sindicato se envolvia pelos trabalhadores, mas nunca ouvi mais falar desse sindicato. A gente contribuía, mas acabaram, não tem mais. Todos nós contribuía” (Trabalhador (AML) 9).

Assim, existe uma falência do sindicato em sua relação com os boias-frias, ele não contempla as demandas dos trabalhadores rurais do dendê no município. Em relação a jornada

de trabalho, o interlocutor diz que cumpre 8:00 horas diárias e 45:00 horas semanais: “[Quantas horas por dia você trabalha?] Oito horas. [Entra?] Entra seis e meia larga quatro e meia” (Trabalhador (AML) 9). Em relação a forma como seu salário é calculado, ele nos disse que é tanto por tempo de trabalho, fixado em sua carteira de trabalho como trabalhador rural, quanto por produtividade, em comissão: “Seu salário é calculado por produtividade ou por tempo de trabalho?] Por tempo. [Se por tempo, o dia ou hora?] O dia todo. Há não ser se a pessoa adoecer, né?” (Trabalhador (AML) 9).

Sobre as condições de trabalho, o nosso entrevistado disse que acha que, antigamente, quando o número de trabalhadores era pouco, o trabalho era mais pesado, ao passo que, atualmente, o trabalho já está mais leve por conta da mão-de-obra contratada tanto no período de safra quanto no entressafra: “[O dendê é um trabalho leve ou pesado?] Até que não tá tão pesado, tem mais gente. Antigamente era pior, porque era pouca gente. Pesada é, porque requer bastante esforço físico. O corpo tem que tá setenta por cento a oitenta por cento, a gente gasta muito suor, derrama muito suor aí. [Sente dor física?] Um tempo atrás estava sentindo a coluna. Na base do comprimido para passar a dor” (Trabalhador (AML) 9).

Entretanto, apesar da “melhora”, o entrevistado nos diz que sente dores na coluna que só passam com comprimidos. Essa condição de trabalho fica mais difícil por conta da poeira e da quentura nos plantios, segundo o interlocutor: “Olha esses tempos tá ventilado. Só que devido a poeirinha de um dendê desses, faz mal pro cara, corta de um lado e gira pro outro pra não afetar o cara. Porque se pegar nos olhos, né? Já aconteceu, as vezes infecciona o olho da gente, e se não for pro médico infecciona e é arriscado de ficar cego” (Trabalhador (AML) 9).

Fato importante no relato que chama a atenção é que a poeira do dendê, quando carregada pelo vento, afeta os olhos dos trabalhadores ao ponto de infeccionar ou mesmo causar cegueiras. Além da poeira, no ambiente de trabalho, o trabalhador (AML) 9, também já sofreu com acidentes, três segundo ele, além de presenciar outros com seus colegas de trabalho: “[Já teve acidente de trabalho?] Eu já tive já. Uns três acidentes. Sacho, eu tava colhendo com sachó, fui ajuntar a palha, aí o cipó trouxe o sachó, despercebido, ele pegou aqui na batata da perna, foi um dos acidentes mais graves que eu tive, né? [...]. [Qual os outros dois?] Os outros eu fui espetar o cacho assim, aí revelou e cortou a bota. O outro pegou parece que pegou foi só três pontos só. Agora quase não teve acidente não. [Já presenciou outros acidentes de trabalhos?] Já teve já, teve que socorrer. Estanca o sangue do camarada, põe no ônibus e leva pro hospital. Na hora perde muito sangue, né?” (Trabalhador (AML) 9).

Assim, segundo o relato, o trabalhador sofreu três acidentes com seus instrumentos de trabalho, além de presenciar vários outros, também envolvendo sachó e foice, com seus colegas

de trabalho. Por fim, um outro fato curioso é o de que, diferentemente de seus colegas de trabalho, o boia-fria entrevistado também possui um “terreno” onde planta culturas não permanentes, como a macaxeira, e permanentes, como o açaí; trabalha não só no dendê, mas também em sua roça, produzindo para a sua subsistência. Apesar de morar na cidade, ele consome bens de consumo de sua plantação, experiência o modo de vida rural, mas também consome os bens de consumo duráveis e não duráveis provenientes da cidade: [Mora na parte rural ou urbana?] Urbana. [E as coisas que você consome são provenientes da roça ou do mercado da cidade?] Não, a gente pega um pouco da colônia e um pouco da cidade. [Faz parte da agricultura familiar?] Ainda não, mas é bom a pessoa se envolver nessa agricultura familiar aí. Uma renda pra investir no terreno. [Nas folgas e férias faz o que?] Vou lá pro meu terreno. [Trabalhava em outras áreas também?] Não, renda toda do dendê” (Trabalhador (AML) 9).

Em linhas gerais, o trabalho no corte e na coleta do dendê possui, assim como os outros, extensão da jornada de trabalho, condições materiais degradantes e pesadas, por ser um trabalho manual e bastante físico, propensão a acidentes de trabalho, condições sanitárias como poeira e queimadura, e também a contradição entre ser um trabalho rural realizado por um boia-fria que vive na cidade.

Outro segmento de trabalho dos boias-frias, por nós pesquisado, foi o dos tratoristas/carreadores que trabalham coletando o dendê utilizando tratores e espetos. O trabalhador (AML) 10, que trabalha há mais de 10 anos na dendeicultura, indo de cortador de dendê à carreador/tratorista, diz que seu trabalho resume-se a ir para o campo, com outro colega que reveza com ele, coletar o dendê, retirado pelos trabalhadores que o cortaram, os colocando nas “caixas”<sup>18</sup>, ilustradas na imagem 13, que serão transportadas até a Palmasa: “Eu trabalho no trator, ai de manhã eu pego o trator, abasteço, olho como tá de gasolina, pego meu parceiro e venho trabalhar. A gente junta os cachos que vai pra caçamba” (Trabalhador (AML) 10).

---

<sup>18</sup> “Caixa” é o nome dado pelos trabalhadores a parte das caçambas que carrega/armazena os cachos dos plantios até a Palmasa.

**Imagem 8** - “Caixa” com dendê e “caixeiro” (trabalhador responsável pela organização dos cachos de dendê).



**Fonte:** o autor a partir da pesquisa de campo. 2023.

No que diz respeito à vantagem, ele nos disse que trabalhar com os colegas, e não isolado, é um aspecto positivo; do ponto de vista da desvantagem, ele não a pontuou em seu trabalho: “[Qual a vantagem do seu trabalho?] A vantagem, daqui pra outro trabalho, porque a gente trabalha com os colegas, aí é melhor do que tá trabalhando sozinho, é mais alegre [Tem desvantagem?] Não” (Trabalhador (AML) 10).

O cálculo do salário segue o mesmo padrão dos outros boias-frias que laboram no dendê; ele é feito tanto por produtividade quanto pelo tempo de trabalho, fixado na carteira de trabalho como tratorista agrícola; seu salário, contudo, supera quantitativamente o dos outros trabalhadores: “[Qual seu salário, de uma forma global?] Arredondar tudo uns dois mil e quinhentos a dois mil e seiscentos” (Trabalhador (AML) 10).

Perguntamos também sobre a existência ou não de trabalhadores, boias-frias permanentes e temporários, contratados no período da safra; o relato foi positivo, haja vista que, no período da safra, o número de cachos de dendê aumenta e, conseqüentemente, o número de

trabalhadores: “[Além dos trabalhadores, habitualmente empregados, eles contratam força de trabalho de fora?] Emprega” (Trabalhador (AML) 10).

Uma outra dimensão presente no relato do entrevistado é sobre as condições sanitárias e materiais do trabalho na dendeicultura. Segundo o Trabalhador (AML) 10, além de poeira, quentura, e ser um trabalho pesado, ele já presenciou acidente de trabalho com um colega que também trabalha no carregamento do dendê: “[Poderia explicar o estado sanitário do seu trabalho?] Poeira tem demais, quentura, bastante. [Já teve algum acidente de trabalho com o senhor?] Comigo não. [Já presenciou algum?] Já [...]. Um foi com um colega nosso que tava carregando aí a carreta quebrou e ele entrou pra dentro dela. [Acha o dendê um trabalho leve ou pesado] Pesado. [Poderia detalhar mais?] Porque pra nós, que trabalha no dendê, tudo é pesado. Tanto faz a colheita quanto ajuntar. Tudo que for fazer é pesado o serviço. [É uma atividade difícil?] É difícil” (Trabalhador (AML) 10).

Em relação a jornada de trabalho, de forma similar a outros casos, ele nos disse que formalmente cumpre 8:00 horas diariamente e 45:00 horas semanalmente, mas que também trabalha tanto aos sábados quanto aos domingos, no combate às queimadas produzidas pelo óleo do dendê (extremamente inflamável), recebendo um adicional em seu salário para isso. Isso demonstra, uma vez mais, que existe a extensão da jornada de trabalho nos plantios de dendê não só entre os trabalhadores braçais, mas também entre os trabalhadores boias-frias que manuseiam máquinas, como o trator: “[Existe algum trabalho extra que vocês fazem aqui?] Às vezes a gente vem sábado e domingo, controle de fogo. [Tem muito foco de queimada aqui?] Bastante. [Quantas por dia?] Final de semana uns dois ou três. [Existe algum adicional?] Tem” (Trabalhador (AML) 10).

O Trabalhador (AML) 10, além disso, ao ser questionado sobre as possíveis melhorias em seu ambiente de trabalho, ele nos disse que a mecanização, com a garra, do processo de trabalho de carregamento ajudaria bastante seu serviço, evitando acidentes, e tornando o trabalho mais leve: “[O que poderia melhorar?] Alguns produtores usam garra, e aqui não, a gente ajunta tudo com espeto mesmo. É manual mesmo. Garra hidráulica no trator. Só que com a garra o serviço é mais lenta” (Trabalhador (AML) 10).

Por fim, vale ressaltar que o Trabalhador (AML) 10, também experiencia a contradição entre ter seu tempo de trabalho subsumidos à dendeicultura, ao meio rural, à roça, de onde também retira parte de seu sustento familiar, mas de ter um modo de vida urbano: “[O que você faz em seu tempo livre?] Só faço sair com a minha família mesmo. [Mora em que parte do

município?] Zona urbana. [Os bens de consumo não duráveis que consome são do comércio ou de sua roça?] Dos dois. [No tempo livre faz o que?] Sai pra balneário, esses cantos aí. [Faz parte da agricultura familiar?] Sim. [Senhor planta dendê em sua terra?] Não” (Trabalhador (AML) 10).

No mais, o trabalhador (AML) 10, possui terras, mas planta apenas para a subsistência. Não possui relação de contrato, para a produção de dendê, com a Palmasa. Sua única relação com a agroindústria é a de ser um boia-fria que trabalha no meio rural, mas, apesar de agricultor familiar, que têm um modo de vida urbano.

Outro entrevistado, que também trabalha no carreamento, coletando dendê, o colocando nas caixas para serem levadas até as fábricas, e no dendê há mais de 5 anos, fala sobre seu cotidiano de trabalho da seguinte forma: “É fazer a vistoria quando a gente chega, na área, quando gente vai trabalhar, vistoria no nosso equipamento, questão de óleo, pneu. Vai pro local, pega nosso parceiro, que geralmente a gente trabalha com dois parceiros. E ai a gente vai atrás do dendê, coloca na caixa” (Trabalhador (AML) 10).

Com ele vai sempre outro trabalhador, também responsável pelo carregamento dos cachos; esse trabalho ocorre de forma revezada usando tanto o trator quanto o espeto para fincar nos cachos e colocá-los no trator, do trator nas caixas, e das caixas para a indústria: “[Esses dois parceiros vão contigo?] Isso, vão os dois. Enquanto um tá indo o outro tá descansando. Vai tipo revezando. [Ai você junta com espeto?] Sim” (Trabalhador (AML) 11).

A jornada de trabalho cumprida pelo trabalhador (AML) 11, também é extensa. Formalmente, ele diz que trabalha diariamente 8:00 horas e semanalmente 45:00 horas. Entretanto, revela que também trabalha, sobretudo no período da safra onde o trabalho e a quantidade de trabalhadores aumentam, horas extras de segunda à sexta: “[Quantas horas por dia vocês trabalham?] Uma rotina normal de trabalho. Mas no período da safra, tipo se tiver um pouco atrasado, a gente faz uma hora extra. Porque no sábado a gente quer dar uma relaxada. Então durante a semana a gente faz hora extra pra que no sábado a gente possa descansar. [Entra que horas e sai que horas?] De segunda à quinta, entro seis e meia até às quatro e meia, na sexta-feira até três e meia” (Trabalhador (AML) 11). Nesse sentido, percebemos que o trabalho dos boias-frias possui uma extensão da jornada de trabalho não só aos sábados e domingos, como vimos em outros casos, mas também de segunda-feira à sexta-feira, para compensar as horas que seriam despendidas aos finais de semana.

Além disso, também perguntamos sobre a forma como o salário do trabalhador (AML) 11, é calculado. Nos foi dito que ele recebe horas extras quando trabalha há mais das 8 horas semanais e 45 horas semanais. Contudo, esse salário é também contado como produtividade, como cachos coletados, e não como horas extras propriamente dita: “[Seu salário é calculado por tempo ou por produtividade?] Sim. [Por dia ou por uma única hora de trabalho?] Por dia. [Essa hora extra existe?] Existe. Ela pode ser feita no final de semana ou no dia mesmo, hora extra” (Trabalhador (AML) 11).

Uma outra dimensão pontuada pelo entrevistado foi sobre suas condições sanitárias e materiais de trabalho. Mesmo avaliando de forma positiva seu trabalho, dizendo que não tem o que melhorar, ele nos disse que é um ambiente com umidade, poeira, e um serviço pesado, que exige bastante esforço físico: “[Você poderia descrever o estado sanitário de seu trabalho?] Umidade, poeira, no caso o rural, por ter contato com a natureza. [Já existiu algum acidente de trabalho contigo?] Não. [Você acha o dendê um trabalho leve ou pesado?] É pesado mas dá pra se acostumar, tem coisas piores. Dá pra se acostumar sim. [O que você acha que pode melhorar?] Não, tá bom. Tipo a garra como o colega sugeriu, mas aí iria faltar emprego, porque seria a máquina no lugar das pessoas” (Trabalhador (AML) 11). Fato interessante a preocupação do entrevistado com o processo de automação no campo; para ele a “garra”, para colocar os cachos no dendê, substituiria a força de trabalho humana pela máquina, causando, dessa forma, desemprego.

Por último, a contradição entre trabalhar em um ambiente rural, na monocultura do dendê, mas consumir os bens de consumo duráveis e não duráveis provenientes do comércio urbano de Igarapé-Açu, também faz-se presente na experiência social do trabalhador (AML) 11, como ele bem descreve: “[O que você faz em seu tempo livre?] Fico com a família, saio com amigos, pratico esporte. [Você mora na zona rural ou urbana?] Urbana. [Os seus bens de consumo não duráveis são provenientes da agricultura familiar ou do comércio local?] Comércio local” (Trabalhador (AML) 11).

Por fim, recapitulando e sumarizando os aspectos pontuais do processo de trabalho, achados pela nossa pesquisa, envolvendo os boias-frias contratados pela Agrocomercial Marajária Ltda, podemos assim resumi-los: 1) extensão diária e semanal da jornada de trabalho; múltiplo uso da força de trabalho; 2) salário calculado por tempo e produtividade; 3) trabalhos realizados a mão e a máquina; 4) poeira, umidade e quentura como condições sanitárias; 5) acidentes de trabalho; 6) dores físicas no corpo por conta do trabalho; 7) utilização de adubos

químicos, calcários e gessos que afetam a saúde do trabalhador; 8) contratação de boias-frias permanentes e não permanentes, e temporários; 9) contradição entre experienciar o tempo de trabalho no meio rural mas viver o tempo de trabalho livre em ambiente, modo de vida urbano.

Esses aspectos pontuais do trabalho demonstram, dentre outras coisas, a diversificação quanto a forma de pagamento dos salários, as condições de trabalho, a contradição dialética entre tempo de trabalho realizado no meio rural e o tempo de trabalho livre, o modo de vida, realizado no meio urbano. Dessa forma, os achados nas entrevistas, no quadro 7, elucidam as heterogêneas formas de trabalho que o capital subsumi à sua dinâmica de acumulação (Marx, 2017; Quijano, 2010) bem como a relação dialética entre partes aparentemente opostas, como arcaico e moderno, rural e urbano, mas que, na essência, servem a totalidade capitalista como componentes de sua dinâmica (De Oliveria, 2003; Queiroz, 1978; Ianni, 1976).

### **3. 4 Os boias-frias sob agricultura por associação: um balanço sociológico**

Fazendo um balanço sociológico do que até aqui foi apresentado, podemos dizer que os boias-frias que sustentam a agricultura por associação do dendê, em Igarapé-Açu, por nós entrevistados, podem ser dividido entre boias-frias temporários e não permanentes, contratados por empresas terceirizadas para trabalharem sobretudo na Safra do dendê, e os permanentes que laboram nas lavouras anualmente.

Por outro lado, estudamos dois grupos sociais de boias-frias permanentes, a saber: o grupo de trabalhadores (PR), contratados pelos produtores rurais que fornecem cachos para a Palmasa, e o grupo de trabalhadores (AML), contratados como força de trabalho pela Agrocomercial Marajoara Ltda (empresa que administra a parte agrícola da Palmasa). Eles se diferenciam quanto a sua ocupação, isto é, eles trabalham e possuem funções diversificadas nos plantios, trabalhando na fitossanidade, no corte do dendê, no carreamento, na roçagem, na adubação. Todavia, as condições desses grupos sociais, de trabalhadores rurais, de boias-frias permanentes, os colocam em similitudes quanto a sua tipificação sociológica.

Além disso, vale a pena ressaltar o caráter organizativo, econômico e político, dos boias-frias nos plantios. Como vimos no quadro 5, sobre os boias-frias permanentes contratados pelos produtores rurais de dendê, 10% afirmam ser organizados em sindicatos, partidos e movimentos sociais, e 90% afirmam não serem organizados. No quadro 6, que expõe a situação socioeconômica dos boias-frias contratados pela Palmasa, temos um quadro parecido, mas desanimador pois 100% dos entrevistados afirmam não serem organizados em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Nesse sentido, de um modo global, entendemos que existe a afirmação do modo de produção capitalista, através da Palmasa, com a existência de uma relação associativa entre produtores rurais e a agroindústria, por um lado; e entre classes, de capitalistas, que possuem os meios de produção e a propriedade privada, e boias-frias que possuem apenas sua força de trabalho, por outro.

A primeira relação social, como descrevemos com base no conceito de relação associativa do Weber (2015), é harmônica, de cooperação, de compra e venda de dendê, visando sua comercialização para o lucro; ao passo que a segunda, entre burguesia e proletariado, é de antagonismos, de compra, venda e exploração do trabalhador que também visa o lucro, como descreve Marx (1998, p. 46): “Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolveu-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital”.

Entretanto, o capitalismo enquanto modo de produção é negado pelos trabalhadores, ainda que não na forma imediata de luta de classes na esfera econômica e política, mas apenas no processo imediato do trabalho. Ou seja, não constatamos em nossa pesquisa nenhuma forma de organização econômica, em sindicatos, ou política, através de partidos políticos e movimentos sociais, por parte dos boias-frias, que sinalizasse para um tensionamento acentuado entre classes.

Seguindo a tradição de pensamento marxista-leninista, podemos dizer que luta sindical é uma dimensão da luta econômica, no lugar em que o trabalhador exerce sua profissão, de caráter fragmentado, individualizado, já a luta política, do trabalhador, ocorre de forma organizada, em várias frentes, com alcance social e global: “A luta econômica [...], é uma luta sindical, exigindo, por isso, a organização dos operários por profissões, e não só pelo lugar de trabalho [...]. Porém, uma organização de revolucionários [partido político] destinada a toda a Rússia, que se mantenha firmemente no ponto de vista marxista, que dirija toda a luta política e disponha de um estado-maior de agitadores profissionais, nunca terá dificuldades para determinar acertadamente essa proporção” (Lênin, 2005, p. 227-230).

Todavia, embora a luta de classes não tenha se acentuado em forma de organização econômica e política, isso não quer dizer que não exista negação do capital por parte dos boias-frias do processo de trabalho nas lavouras. A negação, na verdade, ocorre em seu cotidiano, através de suas condições materiais de existência, concretas, que desconfiam do estranhamento, da alienação, mas também pelas vias de críticas tímidas a forma como o processo de trabalho ocorre nos plantios de dendê.

Do ponto de vista sociológico, o processo de trabalho que segundo Marx (2017, p. 255), desenvolve-se como uma atividade orientada a um fim, com um objeto de trabalho, a natureza, e com os instrumentos de trabalho, na dendeicultura possui os seguintes aspectos: o tipo de trabalho é rural, de boias-frias, realizados para o fornecimento de cachos de dendê para a Palmasa; o objeto de trabalho, a natureza com a qual se trabalha é a manipulação da monocultura do dendê; os instrumentos de trabalhos utilizados são: sachos, foices e espetos – manuais, e tratores com adubadoras, cardam, etc – a máquinas.

O estranhamento, a exteriorização, ocorre no momento em que: o produto do trabalho deixa de pertencer ao trabalhador; no momento em que a relação do trabalhador com seu processo passa a ser mediada por uma força exterior a ele; no momento em que o homem não compreende mais a sua atividade como sua; na medida em que o homem se aliena com seu semelhante como algo estranho à ele (Marx, 2010, p. 83).

Com nossos achados, notamos que a natureza (dendeicultura), os seus instrumentos de trabalho manuais e a máquina, a relação dos boias-frias com os outros trabalhadores e com seus patrões é mediada como algo alheio, estranho aos trabalhadores, que visa apenas o lucro da agroindustrial Palmasa e seus produtores rurais associados à revelia de condições materiais, sanitárias, e a jornada e a intensidade de trabalho, são desfavoráveis aos próprios trabalhadores.

Assim, os aspectos das relações de trabalho, “estranhadas”, que sustentam a agricultura por associação, da Palmasa com os produtores rurais, e que tipificam os trabalhadores da agroindustrial Palmasa, podem ser melhor compreendidas com os nossos achados de pesquisa – entendendo o processo de trabalho, estranhado, a luz da experiência social dos próprios boias-frias entrevistados. Dessa forma, buscamos reunir na tabela da verdade os aspectos qualitativos achados em nossa pesquisa, sobretudo seus aspectos críticos, para entender a dimensão concreta e empírica que dão base a experiência social dos trabalhadores, sociologicamente, tipificados como boias-frias.

Na Tabela da verdade 2, comparamos os aspectos figurativos sobre o processo de trabalho presentes nas falas dos produtores rurais e na entrevista com os trabalhadores por ele contratados. Utilizamos o figurativo (PR) para produtor rural e o aspecto figurativo Trabalhador (PR) para os boias-frias contratados pelos produtores rurais comparar os aspectos qualitativos existentes nas falas de ambos os entrevistados, com “+” sinalizando para os aspectos presentes em suas falas e “-” para os aspectos inexistentes.

**Tabela da verdade 2** - Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê dos produtores rurais (segundo os próprios produtores e trabalhadores rurais) (2023).

	<b>Figurativo (PR)</b>	<b>Trabalhador (PR)</b>
<b>Pagamento de salário mensal, quinzenal, semanal:</b>	+	+
<b>Sindicalizados:</b>	-	-
<b>Carteira Assinada:</b>	+	+
<b>Múltiplo uso da força de trabalho:</b>	+	+
<b>Contratação de safristas</b>	+	+
<b>Contratação de força de trabalho permanente:</b>	+	+
<b>Jornada de trabalho segundo a sexta:</b>	+	+
<b>Pagamento de horas extras por horas e atividades extras:</b>	-	-
<b>Contratação da força de trabalho local:</b>	+	+
<b>Salário calculado por tempo de trabalho e por produtividade:</b>	+	+
<b>Extensão da jornada de trabalho:</b>	+	+
<b>Presença de agrotóxicos nos plantios:</b>	-	+
<b>Divisão do trabalho entre: carreamento; adubação; corte; roçagem; fitossanidade:</b>	+	+
<b>Não remuneração pela jornada de trabalho extra:</b>	-	+

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das entrevistas obtidas em pesquisa de campo. 2023.

Em linhas gerais, houve uma similitude entre os discursos sobre o trabalho, entre patrão e empregado, sobre os seguintes aspectos: 1) presença pagamento de salário mensal, quinzenal, semanal; 2) não presença de trabalhadores sindicalizados; 3) existência de carteira assinada; 4) existência do múltiplo uso da força de trabalho em outras atividades rurais; 5) a existência da contratação de safristas; 6) a existência da contratação de força de trabalho permanente; 7) a existência da jornada de trabalho segunda a sexta; 8) a não presença da diversificação do salário conforme a diversificação das funções nos plantios (não pagamento de salário pelos trabalhos extras); 9) a existência da contratação da força de trabalho local; 10) a presença de salário

calculado por tempo de trabalho e por produtividade; 11) a existência no discurso para a afirmação de que existe extensão da jornada de trabalho; 12) a existência de uma divisão do trabalho entre: carreamento; adubação; corte; roçagem; fitossanidade.

Todavia, houve uma discordância dos discursos entre os aspectos do salário pelas atividades serem ou não pagas como horas extras: os produtores falaram que eles recebem e os trabalhadores confirmaram, entretanto, que não recebem salários pelas horas extras, apenas o fixado em suas carteiras de trabalho. Por outro lado, os produtores entrevistados não ressaltaram a existência de agrotóxicos nos plantios, ao passo que os trabalhadores reconheceram a existência dos produtores químicos nos plantios

Para o figurativo (PR) e para o figurativo trabalhador (PR), ocorre o pagamento do salário de forma mensal, quinzenal e semanal, para ambos os trabalhadores não são sindicalizados, de carteira assinada. Tanto os produtores quanto os trabalhadores afirmaram existir múltiplo uso da força de trabalho nos plantios. Também confirmaram a existência de força de trabalho de boias-frias safristas e não safristas. Tanto o figurativo (PR) quanto o figurativo trabalhador (PR), afirmaram a existência da extensão da jornada de trabalho para os sábados e domingos, além das 8:00 horas diárias e 45:00 horas semanais entre segunda-feira e sexta-feira; além disso, segundo os produtores rurais, figurativo (PR), e trabalhadores (PR), o salário é calculado por produtividade, mas não é remunerado por isso. Por fim, segundo os produtores rurais, figurativo (PR), não existe agrotóxicos nos plantios; no entanto, os trabalhadores, figurativo trabalhador (PL) afirma já ter contato com a substância nos plantios dos produtores rurais; além disso, os produtores rurais, figurativo (PR) dizem remunerar os trabalhadores pela extra jornada de trabalho, ao passo que os trabalhadores, figurativo trabalhador (PR), diz não receber salário nem por tempo, hora extra, nem por comissão, produtividade, pelas horas há mais despendidas.

Assim, os pontos críticos, nos plantios dos produtores rurais, em relação aos trabalhadores podem ser resumidos a serem trabalhos cansativos e pesados, mas também com a extensão da jornada de trabalho e o múltiplo uso de sua força de trabalho em outras atividades, que não só o dendê, e a não remuneração, como horas extras, por essa extensão da jornada de trabalho.

Outra comparação, presente na tabela da verdade 3, é a entre os achados nos discursos dos trabalhadores da Agrocomercial Marajoara Ltda, sobre os aspectos qualitativos que o tipificam, e os aspectos qualitativos presentes na entrevista com o próprio dono Agrocomercial

Marajoara Ltda, também referentes ao trabalho. Utilizamos os seguintes aspectos figurativos: figurativo (AML), para o discurso do dono da empresa, e figurativo trabalhadores (AML), para os discursos dos trabalhadores, e “-” para aspectos não existentes e “+” para os existentes, e “-” para os não respondidos.

**Tabela da verdade 3** - Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê da Agrocomercial Marajoara Ltda (AML) em Igarapé-açu/PA (donos da empresa e trabalhadores) (2023).

	<b>Figurativo trabalhadores (AML)</b>	<b>Figurativo (AML)</b>
<b>Pagamento de salário mensal, quinzenal, semanal:</b>	+	-
<b>Sindicalizados:</b>	-	-
<b>Carteira Assinada:</b>	+	+
<b>Múltiplo uso da força de trabalho:</b>	+	-
<b>Contratação de safristas</b>	+	-
<b>Contratação de força de trabalho permanente:</b>	+	+
<b>Jornada de trabalho segundo a sexta:</b>	+	+
<b>Pagamento de horas extras por horas e atividades extras:</b>	-	+
<b>Contratação da força de trabalho local:</b>	+	+
<b>Salário calculado por tempo de trabalho e por produtividade:</b>	+	+
<b>Extensão da jornada de trabalho:</b>	+	-
<b>Condições sanitárias (poeira, quentura e humidade):</b>	+	--
<b>Dores físicas no corpo por conta do trabalho:</b>	+	--
<b>Utilização de adubos químicos, calcários e gessos que afetam a saúde do trabalhador</b>	+	--
<b>Contradição entre experienciar o tempo de trabalho no meio rural, mas viver o tempo de trabalho livre em ambiente, modo de vida urbano.</b>	+	--
<b>Trabalho realizado a mão e a máquina</b>	+	--
<b>Acidentes de trabalho</b>	+	--

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das entrevistas obtidas em pesquisa de campo. 2023.

Com base na tabela da verdade 3, podemos dizer que houve uma concordância, entre o figurativo trabalhadores (AML) e o figurativo (AML), quanto aos seguintes aspectos: a não existência de trabalhadores sindicalizados; a presença de trabalhadores com carteira assinada; a existência de força de trabalho permanente; jornada de trabalho de segunda a sexta; contratação de força de trabalho local; cálculo do salário por tempo de trabalho e produção.

Contudo, houve uma discordância quanto aos seguintes aspectos: segundo o figurativo trabalhadores (AML), existe pagamento de salário mensal, quinzenal e mensal, ao passo que, para o figurativo (AML), não existem essas modalidades de pagamento, apenas mensal. Além disso os boias-frias, representados pelo figurativo trabalhadores (AML), dizem fazer várias atividades nos plantios de dendê, e não apenas o trabalho no dendê, já o figurativo (AML) afirma a existência de uso da força de trabalho apenas para o que foram contratados; ainda, o figurativo trabalhadores (AML) diz existir a contratação de safristas, boias-frias permanentes e não permanentes, mas, ao contrário, o figurativo (AML) diz não contratar safristas, apenas mão-de-obra permanente; além disso sobre a jornada de trabalho, o figurativo trabalhadores (AML) diz que os trabalhadores realizam horas extras, ao passo que o dono da empresa, o figurativo (AML), diz que não existe trabalho ou jornada de trabalho extras; por outro lado, o figurativo trabalhadores (AML) diz que não existe remuneração pela jornada de trabalho extra ou pelas atividades extras realizadas como trabalhador rural, mas o figurativo (AML), dono da Agrocomercial, afirma a existência do pagamento de salário pelas horas extras e trabalhos extras realizados no interior dos plantios.

Assim, podemos dizer que os pontos críticos que ajudam a tipificar os trabalhadores da Agrocomercial Marajoara (Ltda), podem ser resumidos nos seguintes itens: não existe regularidade quanto ao pagamento dos salários, pode ser mensal, quinzenal ou semanal; múltiplo uso da força de trabalho dos boias-frias, os usando não para o que foram contratados mas também em outras atividades rurais; trabalho de boias-frias permanentes e não permanentes, e temporários; os trabalhadores cumprem uma extensa jornada de trabalho, tanto nos dias que trabalham quanto aos finais de semana, além de trabalharem em outras atividades rurais; não existem remunerações em salário pelas horas extras ou pelas atividades extras, apenas por produção, como comissão, que entra como cálculo de salário por produtividade e não por tempo de trabalho (horas extras).

Por fim, uma última comparação deve ser feita para que, a partir daí, podemos tipificar concretamente o trabalho dos boias-frias sob influência da Agroindustrial Palmasa em Igarapé-Açu/PA. Colocaremos lado a lado, na tabela da verdade 4, os aspectos qualitativos pontuados

pelos trabalhadores contratados por produtores rurais, com relação “associativa” com a Palmasa, e com os trabalhadores contratados pela própria Palmasa através da Agrocomercial Marajoara Ltda. A legenda na tabela para os boias-frias permanentes empregados pelos produtores rurais será figurativo trabalhadores (PR), e para os boias-frias permanentes da Palmasa, o figurativo trabalhadores (AML), com “+” para os aspectos existentes nos discursos e “-” para os não existentes.

**Tabela da verdade 4** - Aspectos figurativos do trabalho rural presentes e ausentes nos plantios de dendê da Agrocomercial Marajoara Ltda (AML) em Igarapé-açu/Pa (segundo o dono da empresa e os trabalhadores) (2023).

	Figurativo trabalhadores (AML)	Figurativo trabalhadores (PR)
<b>Pagamento de salário mensal, quinzenal, semanal:</b>	+	+
<b>Sindicalizados:</b>	-	-
<b>Carteira Assinada:</b>	+	+
<b>Múltiplo uso da força de trabalho:</b>	+	+
<b>Contratação de safristas</b>	+	+
<b>Contratação de força de trabalho permanente:</b>	+	+
<b>Jornada de trabalho segundo a sexta:</b>	+	+
<b>Pagamento de horas extras por horas e atividades extras:</b>	-	-
<b>Contratação da força de trabalho local:</b>	+	+
<b>Salário calculado por tempo de trabalho e por produtividade:</b>	+	+
<b>Extensão da jornada de trabalho:</b>	+	+
<b>Condições sanitárias (poeira, quentura e humidade):</b>	+	+
<b>Dores físicas no corpo por conta do trabalho:</b>	+	+
<b>Utilização de adubos químicos, calcários e gessos que afetam a saúde do trabalhador:</b>	+	-

<b>Contradição entre experienciar o tempo de trabalho no meio rural mas viver o tempo de trabalho livre em ambiente, modo de vida urbano:</b>	+	+
<b>Trabalho realizado a mão e a máquina</b>	+	+
<b>Acidentes de trabalho</b>	+	-
<b>Trabalho cansativo e pesado:</b>	+	+
<b>Presença de trabalhadores já aposentados nos plantios:</b>	-	+
<b>Presença de agrotóxicos nos plantios:</b>	-	+

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir das entrevistas obtidas em pesquisa de campo. 2023.

No mais, podemos dizer que ambos os grupos de trabalhadores, o figurativo trabalhadores (PR) e o figurativo trabalhadores (AML), concordam que seus trabalhos possuem as seguintes condições concretas: 1) a existência do pagamento de salário de forma mensal, quinzenal, semanal; 2) que os trabalhadores não são sindicalizados; 3) a existência da carteira de trabalho assinada para os trabalhadores; 4) a existência de várias formas de trabalho, que não só o dandê; 5) existe a contratação de safristas, temporários e safristas; 6) a presença de contratação da força de trabalho permanente; 7) uma jornada de trabalho de segunda à sexta; 8) a não existência do pagamento de salário pelas horas extras e atividades extras; 9) a presença de força de trabalho local; 10) existe o cálculo do salário pelo tempo de trabalho e produtividade; 11) também ocorre, em ambos os casos, a extensão da jornada de trabalho; 12) que as condições de trabalho existentes possuem poeira, quentura e humidade; 13) que existem dores físicas por conta do trabalho; a contradição entre o tempo de trabalho, realizado no meio rural, e ter o tempo de trabalho livre realizado no ambiente urbano; 14) nos dois casos, também existem trabalhos realizados tanto a mão quanto a máquinas.

Com base na tabela da verdade 4, podemos dizer que os aspectos qualitativos dissonantes, entre os grupos de trabalhadores figurativo (PR) e o figurativo dos trabalhadores (AML). Em relação a utilização de adubos químicos, calcários e gessos que afetam a saúde do trabalhador, os trabalhadores (AML) são os mais afetados ao passo que entre os trabalhadores (PR) não encontramos registros que nos apontem para esse problema; em relação aos acidentes de trabalho, encontramos vários casos entre o grupo dos trabalhadores (AML) e nenhum entre os entrevistados do grupo de trabalhadores (PR). Por fim, encontramos entre os trabalhadores

(PR) a presença de agrotóxicos, enquanto que entre os trabalhadores (AM) foi constatada apenas a existência de adubos químicos; ambos os produtos, contudo, afetam igualmente a saúde dos trabalhadores.

Em resumo, apesar da não organização sindical ou política, os aspectos materiais e concretos, lesivos ao trabalhador no processo produtivo, que tipificam os boias-frias, nos permitem dizer que o trabalhador sente-se insatisfeito com seu trabalho no próprio ato produtivo, o negando enquanto atividade que o domina e explora: “Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se ele, que não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física ou espiritual livre, mas mortifica suas physis e arruína o seu espírito” (Marx, 2010, p. 82-83)

Assim, os pontos críticos, achados pelas tabelas da verdade 2, 3, e, sobretudo, na tabela 4, em relação aos boias-frias permanentes contratados tanto por produtores rurais quanto pela própria Palmasa, constata-se esse fato de negação do capitalismo, do ângulo do boia-fria, no processo de trabalho e podem assim serem resumidos: 1) são trabalhos cansativos e pesados; 2) existe a extensão da jornada de trabalho e o múltiplo uso de sua força de trabalho em outras atividades, que não só o dendê; 3) não existe regularidade quanto ao pagamento dos salários, pode ser mensal, quinzenal ou semanal; 4) existe o trabalho de boias-frias permanentes, não permanentes, e temporários; 5) não existem remunerações em salário pelas horas extras ou pelas atividades extras, apenas por produção, como comissão, que entram como cálculo de salário por produtividade e não por tempo de trabalho (horas extras); 6) as condições sanitárias de trabalho existentes possuem poeira, quentura e humidade; 7) existem dores físicas por conta do trabalho; 8) ocorre uma contradição entre o boia-fria ter dividido o seu tempo de trabalho, realizado no meio rural, e ter o seu tempo de trabalho livre realizado no ambiente urbano; 9) nos plantios de dendê existe a utilização de adubos químicos, calcários, gessos e agrotóxicos que afetam a saúde do trabalhador; 10) existem vários casos de acidentes de trabalho.

Ou seja, esses vários pontos críticos presentes nos plantios de dendê, por si só, já apontam para o fato de que não é um trabalho que enriquece o boia-fria, mas sim o empobrece, o consome, o subsumi a totalidade concreta da sociedade burguesa para que, com isso, a dinâmica de acumulação capitalista continue sustentando-se e reproduzindo-se: “[...] o capital o compra como trabalho vivo, como força produtiva universal de riqueza [...]. É claro, portanto, que o trabalhador não pode **enriquecer** [grifos do autor] por meio dessa troca [...]. Ao contrário, ele tem mais é que **empobrecer** [grifos meus] [...], porque a força criativa de seu trabalho se

estabelece perante ele como a força do capital, como **poder estranho** [grifos do autor]. Ele **aliena** [grifos do autor] o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital apropria-se dele enquanto tal” (Marx, 2011, p. 240).

Essa negação, por parte do boias-frias permanente da dendeicultura, ocorre apenas no processo de trabalho. De forma similar a “práxis negadora” dos boias-frias, não permanentes, estudados por D’Incao e Mello (1976) na região Alta de Sorocaba, São Paulo, que realizavam a colheita do amendoim e do algodão, os boias-frias do dendê em Igarapé-Açu negam o modo de produção capitalista ainda no plano da consciência imediata, ou seja, quando a reconhecem como uma atividade produtiva que o empobrece, retira sua saúde, explora e tira suas perspectivas de vida futuras: “Concluindo, pode-se dizer que, embora a práxis do boia-fria seja ratificadora do sistema, a sua consciência traz implícita a negação do mesmo” (D’Incao e Mello (1976, p. 146).

Além da negação do capitalismo no processo imediato do processo de trabalho é importante frisar que as relações entre boias-frias e produtores rurais/Palmasa apontam, ainda, para o fato de que as ruralidades, que gravitam ao redor do dendê, expressam-se na relação entre classes específicas, proletariado e capitalistas, e não apenas entre camponeses, capitalistas e proletariados como ocorrem em outros locais.

Em outros municípios – São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, como vimos no segundo capítulo – predomina a agricultura por integração entre empresas de dendê e agricultores familiares com efeitos sociais diversos para estes últimos, sob influência direta de programas governamentais como PNPB e PSOP, para a obtenção do Selo do Combustível Social (SCS) (Mota, 2021; Ferreira, 2016; Barros, 2016).

Em Igarapé-Açu, pelo contrário, ocorre uma agricultura por associação baseada no trabalho dos boias-frias sem influência dos programas governamentais voltados para o biodiesel. Assim, enquanto os produtores rurais e Palmasa – burguesias rurais (Lênin, 1982; 2019) ou grandes fazendeiros (Silva, 1982) – estabelecem parcerias entre si, os trabalhadores que sustentam essa relação nem sequer são sindicalizados e ficam, além disso, encarregados de executarem processos de trabalho com vários aspectos negativos para eles.

Pelo contrário, os boias-frias do dendê em Igarapé-Açu seguem de perto as experiências históricas e sociais de força de trabalhos sazonais, permanentes, braçais, dos trabalhadores da Amazônia que laboravam nas fainas, na derrubada das matas, no extrativismo da mineração, da castanha, nos processos de aberturas de estradas (Ianni, 1979; Costa, 1995; Castro, 1999; Martins, 2001; Loureiro, 2019).

Uma outra particularidade dos boias-frias de Igarapé-Açu é que eles não repetem apenas as modalidades de contrato temporárias presentes, com locais de trabalho incertos, como nos canaviais de açúcar, nas plantações de algodão e amendoim, em São Paulo, estudado por D’Incao e Mello (1976) e comentado por Ianni (2004). Na verdade, tanto a Palmasa quanto seus produtores rurais associados contratam força de trabalho permanentes, não permanentes e temporárias, de forma similar aos tipos sociais lembrados por Silva (1980).

Embora constatado a existência desses diversos tipos de trabalhadores rurais conseguimos, apenas, realizar entrevistas com os boias-frias permanentes. Seus aspectos sociais concretos, de um trabalho negativo ao trabalhador, da falta de organização em movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, os aproximam dos boias-frias de São Paulo, mas a certeza de um local de trabalho fixo, de horas extras, salário fixado em carteira assinada e por produtividade os tornam específicos.

Além disso, como demonstram as tabelas da verdade 2, 3 e 4, existe uma ruralidade específica que gravita ao redor dos boias-frias: a relação dialética, contraditória, entre realizarem um trabalho rural, mas terem um modo de vida urbano. Ou seja, a partir de seu trabalho visualiza-se a junção de espaços aparentemente opostos como arcaico e moderno, rural e urbano, pelo capital, como lembra Oliveira (2003), Ianni (1976) e Queiroz (1978).

Dessa forma, com o exemplo de Igarapé-Açu percebe-se que sob a dendeicultura no nordeste paraense ocorrem arranjos produtivos de trabalho e de ruralidades distintos envolvendo grupos sociais distintos – haja vista que o capital articula diversas formas de trabalho (Quijano, 2007; Marx, 1978, 2004, 2017) e ruralidades (Wanderley, 2000; Carneiro, 1998; Silva e Del Grossi, 2005; Laubstein, 2011) as preservando, recriando e modificando.

#### 4 Conclusão

A pesquisa teve por objetivo entender como as relações de trabalho, sob influência da agroindustrial Palmasa em Igarapé-Açu, tipificam os trabalhadores rurais do dendê. Sociologicamente tipificamos os trabalhadores como boias-frias temporários, permanentes e não permanentes. No entanto, do ponto de vista concreto, nossa pesquisa foi direcionada apenas para o entendimento dos boias-frias permanentes, contratados para trabalhar, em funções diversificadas, na colheita do dendê.

Como dito no primeiro capítulo deste trabalho, a dendeicultura, no período recente expandiu-se no nordeste paraense por meio de uma política baseada na “bioeconomia”, inventada pelos governos do PT (2004-2010), que reforça o discurso da dendeicultura como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. A qual promoveria a produção de energia limpa (biodiesel), o reflorestamento, e a inclusão de agricultores familiares com projetos de integração, através do qual as empresas de dendê obtém o Selo do Combustível Social (SCS), impulsionados pelo PNPB e pelo PSOP. Políticas presentes municípios como São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju.

Esse modelo de agricultura por integração, contudo, não ocorre em Igarapé-Açu, onde o cultivo desenvolveu-se por meio de um processo histórico particular conectado a imigração japonesa, oriunda do Japão ou mesmo de imigrantes japoneses de Tomé-Açu e São Miguel do Guamá para o município. Os únicos tipos de contratos firmados, no município de Igarapé-Açu, mas sem nenhum comprometimento entre produtores rurais e agricultores familiares para a obtenção do Selo do Combustível Social (SCS), são contratos de natureza econômica que servem para fidelizar o fornecimento de cachos dendê, dos produtores rurais, para a Palmasa; assim, chamamos essa relação social, de compra e venda de cachos de dendê, com base na premissa weberiana, de “relação associativa”, onde predomina a ação racional a fins, a busca pelo lucro, garantida por acordos pactuados ou verbalizados entre os produtores e a empresa.

Nesse sentido, isso demonstra uma falha em abrangência da pretendida política pública, de estímulo a projetos de integração entre empresa e agricultores familiares, para a produção do biodiesel e para a obtenção da certificação do Selo do Combustível Social. Política questionável pelos diversos problemas que afetam os agricultores familiares como demonstramos no capítulo 2, mas que não se faz presente em Igarapé-Açu por meio de projetos de integração, agricultura por integração.

Por fim, um outro e principal bloco de considerações que deve ser feito é sobre o nosso objetivo geral, que foi: analisar as relações de trabalho que tipificam os trabalhadores rurais na agroindustrial. Para tanto, comparamos os discursos entre produtores/empresa (capitalistas),

sobre o processo de trabalho nos plantios, e os discursos dos próprios trabalhadores (boias-frias), para entender como essa relação social, entre classes e de trabalho, tipificam o trabalho nos plantios.

Com as tabelas da verdade apresentadas entendemos que os trabalhadores, em sua dimensão concreta, possuem condições de trabalho pesadas e degradantes, já passaram por acidentes de trabalho, não possuem uma regulação quanto a forma de pagamento mensal, quinzenal ou semanal do salário, não são sindicalizados, possuem uma contradição entre tempo de trabalho, realizado no campo, e tempo de trabalho livre realizado no meio urbano. Por outro lado, os boias-frias sob influência da Palmasa estão com contatos com produtos químicos como adubo e agrotóxicos, além de insumos como calcário e gesso, que afetam fortemente sua saúde, o que demonstra também a existência de problemas socioambientais atrelados ao trabalho e, por conseguinte, a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável do dendê.

Outros pontos críticos também estão relacionados a jornada de trabalho, extremamente extensa, que se estende para os finais de semana ou outras atividades rurais, cumprida, muitas vezes, sem a remuneração salarial adequada. Por fim, em relação às condições materiais, os trabalhadores acham o trabalho manual mais pesado e degradante do que o realizado à máquina. No entanto mesmo os feitos a máquina ainda sim são pesados e degradantes, como demonstram os relatos combinados com as tabelas da verdade. Em último lugar, além da extensão da jornada de trabalho, existem condições sanitárias bastante críticas, entre os boias-frias, como poeira, umidade e quentura.

Do ponto de vista sociológico, esses boias-frias, ainda são dominados pela agroindustrial Palmasa através daquilo que Marx chama de subsunção real, isto, é de um domínio por meio do confisco do tempo de trabalho, do objeto de trabalho, do produto do trabalho, do tempo de trabalho necessário, que aparecem diante dos trabalhadores como algo “estranho” a eles – como uma dinâmica de a acumulação capitalista benéfica a agricultura por associação envolvendo produtores rurais, grandes fazendeiros, e a Palmasa propriamente dita, a custa da exploração da força de trabalho dos boias-frias.

Ainda do ângulo sociológico é necessário fazer algumas considerações sobre os aspectos que aproximam e distanciam os boias-frias de Igarapé-Açu dos boias-frias estudados pelas ciências na década de 79/80, em São Paulo. Neste último caso, como ressalta D’Incao e Mello (1976) e Ianni (2004), os boias-frias eram caracterizados sobretudo pela incerteza de seu trabalho, com contratos temporários, e trabalhos braçais. Contudo, os boias-frias de Igarapé-Açu possuem relações contratuais tanto temporárias quanto permanentes, e realizam trabalhos

não só manuais mas também a máquina – eles se aproximam, nesse sentido, mais da classificação feita por Silva (1980).

Por outro lado, em relação aos boias-frias permanentes do dendê, entrevistados em nossa amostra, e mesmo que não se possa generalizar, apontam elementos que se aproximam dos boias-frias dos canaviais paulistas, e das plantações de algodão e de amendoim, pelos aspectos sociais negativos ao processo de trabalho, pela não organização em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, mas se distanciam por serem trabalhadores que recebem não só por produtividade, mas também pela carteira assinada.

Uma relação dialética constada em nossa pesquisa, de igual importância para a discussão sociológica, foi entre partes aparentemente opostas, como arcaico e moderno, rural e urbano, mas que, na essência, fazem parte da mesma totalidade dinâmica de acumulação capitalista, como lembra Oliveira (2003), Ianni (1976) e Queiroz (1978). Essa relação contraditória é visível no tempo de trabalho realizado pelos boias-frias em um meio rural e o tempo de trabalho livre experienciado no espaço urbano. O trabalhador retira seu salário dos plantios, mas o gasta em bens de consumo duráveis e não duráveis provenientes da cidade.

Por fim, vale a pena ressaltar o caráter heterogêneo do trabalho subsumido ao capital, como aludido por Quijano (2007) e Marx (1978, 2004, 2017). Em nível mais geral, ressaltamos dois tipos de relação social, sob influência do dendê, subsumidos ao capital: agricultura por integração que domina o agricultor familiar, em diversos municípios, como demonstram diversos estudos, e agricultura por associação que domina o boia-fria, como nossa pesquisa demonstrou.

Em um prisma mais micro, ainda, a agricultura por associação em Igarapé-Açu articula e subsumi trabalhos manuais – fitossanidade, corte e coleta do dendê – e trabalhos realizados a máquina – como tratoristas responsáveis pela roçagem, adubação e carreamento – como forma de garantir sua acumulação.

Em suma, respondendo nossa questão inicial, quais as relações de trabalho caracterizam os trabalhadores rurais sob influência da dendeicultura em Igarapé-Açu? As tabelas da verdade nos ajudaram a tipificar concretamente o trabalho dos boias-frias em Igarapé-Açu e, a partir disso, conseguimos clarear alguns de seus aspectos sociológicos fundamentais: 1) possuem contratos de trabalhos temporários e permanentes; 2) não possuem organização em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais; 3) existe a negação do capital no processo imediato do trabalho; 4) ocorre uma relação contraditória entre rural e urbano, arcaico e moderno; 5) os trabalhadores rurais são boias-frias permanentes; 6) nos plantios de dendê heterogêneas formas de trabalho, manuais e a máquinas, são subsumidas e alienadas ao capital.

No mais, nossa pesquisa apenas aponta para horizontes possíveis. Algumas lacunas ainda ficaram pelo caminho sem serem respondidas: quais os aspectos sociais que tipificam os trabalhadores da parte industrial da Palmasa? Quais os aspectos sociais que tipificam o boias-frias não permanentes e os temporários – safristas? Quais as empresas terceirizadas fazem o processo de venda dessa força de trabalho temporária e não permanente? Essas, ao nosso juízo, são as lacunas que poderemos explorar por meio de pesquisas e trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. ed. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- ALBUQUERQUE, Jadson. **Agricultura camponesa e o agronegócio do denê no município de Tomé-Açu (PA)**. Dissertação de mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.
- AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRASIL, M. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial. **Brasília**. 2010.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Editora Elefante, 2021.
- BROKETTI, Marcos Henrique. **O bóia-fria e a (de) formação do espaço agrário de florentópolis-PR**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999).
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: vozes, 2008.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **O uso agrícola do território e a integração da agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dedê no Baixo Tocantins**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998. Acesso: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso: 30 out. 2023.
- CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, 1999.
- CARVALHO, Ana Cláudia Alves. **As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA)**. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.
- CARDOSO, Marlon Kauã Silva Cardoso; PEREIRA, Raimundo Miguel dos Reis. Meio ambiente e sociedade: críticas e apontamentos sobre a dendeicultura e o biodiesel na Amazônia paraense. **Conexão ComCiência**, v. 1, n. 3, 2021. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/5225>>. Acesso: 10. Ago. 2022.

CHAVES, Genisson Paes et al. **Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no estado do Pará: Um estudo a partir de São Vicente**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. Cuadernos Políticos, México, n. 5, p. 15-31, jul./dez. 1975. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CHAYANOV, Alexander V. A teoria das cooperativas camponesas. ed. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

COSTA, Francisco de Assis. Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, E.; MORUA, E.; MAIA, LS. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

CORRÊA, H. C. L. **O cultivo do dendê na empresa agropalma: Trabalho degradante e precarizado**. Dissertação de mestrado. Belém: Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), 2016. Disponível em: <[https://www.cesupa.br/MestradoDireito/dissertacoes/DISSERTacaO\\_Heleni%20Lavareda.pdf](https://www.cesupa.br/MestradoDireito/dissertacoes/DISSERTacaO_Heleni%20Lavareda.pdf)>. Acesso: 21 abr. 2020.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. Unesp, 1997.

D' INCAO E MELO, Maria Conceição. **O “bóia-fria”: acumulação e miséria**. ed. 3. Pretrópolis: Vozes, 1976.

MOTA, Dalva Maria; NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do; SCHMITZ, Heribert. Mulheres com contratos de integração para a produção de dendê no Pará: redefinindo relações de gênero?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, p. e192796, 2020.

MOTA, Dalva Maria, *et al.* **A agricultura familiar e a produção de dendê por contrato no Nordeste paraense**. Belém: UFPA, 2022.

MOTA, Dalva Maria, *et al.* Does oil palm contract farming improve the quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon. **ETFRN News**, v. 59, 2019.

MOTA, Dalva Maria; JÚNIOR, Moisés Mourão; SCHMITZ, Heribert. Oil Palm Cultivation in the Brazilian Amazon: State Actions, Interest Groups, and Conflict. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, José Saleste Barbosa (Org). **State Capitalism under Neoliberalism: The case of Agriculture and food in Brazil**. Luxington Books: Lanhan, 2019. p. 93-111.

MELO, Murilo Fiuza. **Clara Pandolfo, uma pioneira em defesa da floresta**. Diário do Pará. 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/3046419>. Acesso: 14. Set. 2022.

MELO RISK, Eloah Nazaré Varjal; TERESO, Mauro José Andrade; ABRAHÃO, Roberto Funes. O perfil do bóia-fria: uma abordagem sócio-antropológica. **Cadernos Ceru**, v. 21, n. 1, p. 113-128, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11905>. Acesso: 07.dez. 2023.

FERREIRA, Araújo Vanilda. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, p. 154-189, 2003.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; CAMPANHOLA, C. O Novo Rural Brasileiro: uma atualização. In: **Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, SP., Anais**. 2005.

SILVA, José Graziano. Os trabalhadores da agricultura brasileira. In: SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. p. 141-165.

SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. Campinas: Unicamp, 1980.

SILVA GEMAQUE, Amanda Madalena; FERREIRA FILHO, Hélio Raymundo; BELTRÃO, Norma Ely Santos. A dendeicultura na Amazônia: adoção do projeto Dendê Familiar em uma comunidade rural no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1966/0>>. Acesso: 13. set. 2021.

SILVA SANTOS, Amanda Rayana; DE FARIAS, André Luís Assunção; DO CANTO LOPES, Luís Otávio. Conflitos socioambientais: análise das estratégias das empresas de dendê na Amazônia paraense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 39, p. 211-231, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Dérick Lima; MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert. Agricultores familiares, agroindústrias de dendê e a integração produtiva na Amazônia paraense. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 83, p. 301-320, 2021.

GOLDEBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. ed. 8. Rio de Janeiro: record, 2004.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HANNIGAN, John; BURNETT, Annahid. **Sociologia ambiental**. Petropolis: Vozes, 2009.

UBERMAN, Leo. **História da riqueza dos homens**. ed. 15. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. A RURALIDADE ONTEM E HOJE: Uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1277>. Acesso: 30 out. 2023.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/Cw4JM8d7rs5GzyxfkQVNYfj/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 02. mai. 2022.

LOUREIRO, Violeta Refkalesky. **Amazônia: Estado, homem e natureza**. ed. 4. Belém: Cultural Brasil, 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O trabalho artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários. In: BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. ed. 1. São Paulo: expressão popular, 2005. p. 161-230.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. ed. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM pocket, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. ed. 1. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política; salário preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrise: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: boitempo, 2011.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. ed. 2. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Sousa. O futuro da sociologia rural. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.15 no.43, set./dez. 2001. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300004)>.  
Acesso em: 13 jan. 2021.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Marcílio de Abreu. **Habitus, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no vale do Acará, Pará**. Tese de doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

MÜLLER, Antônio Agostinho; FURLAN JÚNIOR, José; CELESTINO FILHO, Pedro. A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2006. Disponível em:  
<<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso: 16 set. 2020.

NAHUN, J. S; SANTOS, B. C. **A dendeicultura na Amazônia paraense**. Geusp – espaço e tempo, v. 20, n. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em: Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/122591>>. Acesso: 21 abr. 2020

NAHUN, J. S; SANTOS, C. B. **A dendeicultura na Amazônia paraense**. Geusp – espaço e tempo, v. 20, n. 2, p. 281-294, mês. 2018. Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/122591>>. Acesso: 21 abr. 2020.

NAHUN, J. S; SANTOS, C. B. **Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense**. ACTA geográfica. Boa Vista. Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80. 2013. Disponível em:  
<<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1953>>. Acesso: 21 abr. 2020.

NAHUN, J. S. BASTOS, C. S. **Dendeicultura e descampanização na Amazônia paraense**. CAMPOTERRITÓRIO: Revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628>>. Acesso: 16 set. 2020.

NAHUN, J. S; SANTOS, S. S. SANTOS, C. B. **A formação da dendeicultura na Amazônia paraense**. Mercator, Fortaleza, v. 19, p. 1-14. 2020. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198422012020000100207&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198422012020000100207&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso: 16 set. 2020.

NASCIMENTO, Diocélia; MOTA, Dalva Maria. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2021. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1127050>>. Acesso: 09 jun. 2021.

NASCIMENTO, Diocélia Antônia. **Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim-PA**. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

IBGE. **Dados sobre culturas permanentes e não permanentes**. 2022 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/panorama>. Acesso em 16. dez. 2023.

IBGE. **Dados sobre a população de Igarapé-Açu**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/panorama>. Acesso: 25 dez. 2023.

IANNI, Octávio. **Sociologia da sociologia Latino-Americana**. ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. Boitempo Editorial, 2003.

PALMASA. **Histórico da Palmasa**. 2019. Disponível em: <https://www.palmasa.com.br/index.php/pt/historico>. Acesso: 16 dez. 2022.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chaynov e de Marx. **Revista VERA**, presidente Prudente, n. 7, p. jul./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1455>. Acesso em: 07 jan. 2021.

PINTO, Lúcio Flávio. **Clara Pandolfo: 109 anos**. 2011. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/06/12/clara-pandolfo-109-anos/>. Acesso: 14 nov. 2022.

PANDOLFO, Clara Martins. **Seminário sobre a realidade amazônica para professores da Disciplina “Estudos de problemas brasileiros”. Tema: Amazônia brasileira – o meio físico. os recursos naturais**. Belém: SUDAM, 1973.

PANDOLFO, Clara Martins. **Ecologia e desenvolvimento da Amazônia**. Belém: SUDAM, 1982.

PANDOLFO, Clara Martins. **Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional dos recursos da Amazônia**. ed. 2. Belém: SUDAM, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros: 1978. *In*: BLAY, Eva Alterman (Org). **A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana**. Editora Vozes, 1978.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e da classificação social. *In*: Santos, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RAMALHO FILHO, Antonio et al. **Zoneamento agroecológico do dendê nas áreas desmatadas da amazônia legal**. Rio de Janeiro: Embrapa, 2010.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste paraense**.

Repórter Brasil, 2013. Disponível em:

<<https://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso: 21 abr. 2020.

SAAVEDRA, M. da PC **O “ir” para o assalariamento na agroindústria de dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 140 f.** 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia)–Universidade Federal do Pará, Belém.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). **XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT**, v. 9, 1999. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt09-11/5106-celiasakurai-imigracao/file>>. Acesso: 16 mar. 2023.

SILVA, Edfranklin Moreira da; NAVEGANTES-ALVES, Livia. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 30, 2017. Acesso: 16. mai. 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/11843>>. Acesso: 22. mai. 2023.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transparência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense**. Dissertação de mestrado. Belém. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7630>>. Acesso: 21 abr. 2020.

SHIMIZU, Isabel. Outro mura, outros japoneses. Herança do Kasato-Marú. **Novos Cadernos NAEA**, p. 153- 168, v. 13, n. 2, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. ed.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

SOUSA, Rafael Benevides. **Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no nordeste paraense**. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

TAVARES, Paula Egyto; MOTA, Dalva Maria. Good for whom? Dendeiculture reactions by contract in Amazon paraense. **Sustainability in Debate**, v. 11, n. 3, p. 518-545, 2020.

HANNIGAN, John; BURNETT, Annahid. **Sociologia ambiental**. Petropolis: Vozes, 2009.

VENTURIERI, A. et al. **Áreas prioritárias para a expansão da dendeicultura no estado do Pará: uma análise do zondendê e a ocorrência do amarelecimento fatal do dendezeiro**. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso: 30 out. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso: 30 out. 2023.

WEBER, Max, **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. ed. 4. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. ed. Novo Cultural, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2009.

**Apêndice A - Quadro com dados socioeconômicos brutos dos trabalhadores contratados pela Agrocomercial Marajoara Ltda**

<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 1  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 26 anos;  <b>estado civil:</b> solteiro;  <b>número de filhos:</b> 1;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista agrícola;  <b>média salarial:</b> 1.620 à 2.220 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dende:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 2  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 46 anos;  <b>estado civil:</b> casado;  <b>número de filhos:</b> 7;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista agrícola  <b>média salarial:</b> 1.600 à 2.300 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dende:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 3  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 37 anos;  <b>estado civil:</b> casado;  <b>número de filhos:</b> 4;  <b>escolaridade:</b> não declarou;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> trabalhador;  <b>média salarial:</b> 2.414 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dende:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 4  <b>sexo:</b> masculino;</p>

<p><b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 38 anos;  <b>estado civil:</b> solteiro;  <b>número de filhos:</b> 1;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista rural;  <b>média salarial:</b> 1.300 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 5  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> branca;  <b>idade:</b> 37 anos;  <b>estado civil:</b> solteiro;  <b>número de filhos:</b> 3;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista agrícola;  <b>média salarial:</b> 1.600 à 2.400 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 6  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> preta;  <b>idade:</b> 38 anos;  <b>estado civil:</b> casado;  <b>número de filhos:</b> não possui;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urabana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista agrícola;  <b>média salarial:</b> 1.320 à 1.620 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 7  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 31 anos;  <b>estado civil:</b> solteiro;  <b>número de filhos:</b> 1;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;</p>

<p><b>local de moradia:</b> Zona urabana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> trabalhador rural;  <b>média salarial:</b> 1.800 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 8  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 24 anos;  <b>estado civil:</b> solteiro;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urabana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> trabalhador rural;  <b>média salarial:</b> 2.414 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 9  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 23 anos;  <b>estado civil:</b> casado;  <b>número de filhos:</b> tem filho, mas não declarou o número;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona rural/Abaetezinho;  <b>Ocupação atual:</b> trabalhador rural;  <b>média salarial:</b> 1.600 à 1.700 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (AML) 10  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> preta;  <b>idade:</b> 27 anos;  <b>estado civil:</b> casado;  <b>número de filhos:</b> não possui;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urabana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> trabalhador rural;  <b>média salarial:</b> 2.200 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não possui;</p>

**renda proveniente da agricultura familiar:** não;  
**Renda do trabalho no dende:** sim;  
**Relação com sindicato:** não.

**Pseudônimo:** Trabalhador (AML) 11  
**sexo:** masculino;  
**cor ou raça:** preta;  
**idade:** 30 anos;  
**estado civil:** casado;  
**número de filhos:** 3;  
**escolaridade:** ensino médio;  
**local de moradia:** Zona urabana/Igarapé-Açu;  
**Ocupação atual:** trabalhador rural;  
**média salarial:** 1.200 à 2.400 R\$;  
**horas de trabalho:** 8 horas diária; 45 horas semanais;  
**posse/propriedade da terra:** não possui;  
**renda proveniente da agricultura familiar:** não;  
**Renda do trabalho no dende:** sim e também de comércio próprio;  
**Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:** não.

**Apêndice B – dados socioeconômicos brutos dos trabalhadores contratados pelos produtores rurais**

<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 1;  <b>sexo:</b> não declarado;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 67 anos;  <b>número de filhos:</b> 4;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 2  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 39 anos;  <b>número de filhos:</b> 1;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não possui;  <b>Renda do trabalho do dendê:</b> possui;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 3  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> preta;  <b>idade:</b> 30 anos;  <b>número de filhos:</b> não possui;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não possui;  <b>Renda do trabalho do dendê:</b> possui;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 4  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 67 anos;  <b>número de filhos:</b> 3;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;</p>

<p><b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 5  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 29 anos;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.800 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 6  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 49 anos;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.800 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 7  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 37 anos;  <b>número de filhos:</b> 4;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>

<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 8  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 40 anos;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> carreamento e corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.200 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 9  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 56 anos;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 10  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 48 anos;  <b>número de filhos:</b> 4;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim.  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> sim.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 11  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 42 anos;  <b>número de filhos:</b> 2;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;</p>

<p><b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 12  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 40 anos;  <b>número de filhos:</b> 1;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> sim.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 13  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 33 anos;  <b>número de filhos:</b> 3;  <b>escolaridade:</b> ensino médio;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> carreador e cortador do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais ;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 14  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 45 anos;  <b>número de filhos:</b> 4;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 15  <b>sexo:</b> masculino;</p>

<p><b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 56 anos;  <b>número de filhos:</b> 6;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 16  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 57 anos;  <b>número de filhos:</b> 3;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 17  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 67 anos;  <b>número de filhos:</b> 9;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> corte do dendê;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;  <b>posse/propriedade da terra:</b> não possui;  <b>renda proveniente da agricultura familiar:</b> não;  <b>Renda do trabalho no dendê:</b> sim;  <b>Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:</b> não.</p>
<p><b>Pseudônimo:</b> Trabalhador (PR) 18  <b>sexo:</b> masculino;  <b>cor ou raça:</b> parda;  <b>idade:</b> 65 anos;  <b>número de filhos:</b> 3;  <b>escolaridade:</b> ensino fundamental;  <b>local de moradia:</b> Zona urbana/Igarapé-Açu;  <b>Ocupação atual:</b> tratorista;  <b>média salarial:</b> 1.212 R\$;  <b>horas de trabalho:</b> 8 horas diária; 45 horas semanais;</p>

**posse/propriedade da terra:** não possui;  
**renda proveniente da agricultura familiar:** não;  
**Renda do trabalho no dende:** sim;  
**Relação com sindicato, partido, movimentos sociais:** não.

**Apêndice C - Questionário e roteiro de entrevistas aplicados aos trabalhadores rurais da Agrocomercial Majora Ltda (Palmasa)**

**Roteiro de entrevistas trabalhadores rurais**

**I – DADOS SOCIOECONÔMICOS**

**1. Qual seu nome?**

**2. Sexo**

Feminino

Masculino

Outro

**3. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_**

10 a 19 anos

20 a 49 anos

50 anos

**4. Qual o seu estado civil?**

Solteiro (a)

Casado (a)

Viúvo (a)

Divorciado (a)

Outro

**5. Cor/Raça**

Branca

Parda

Preta

Indígena

Amarela

**6. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?**

**7. Local de moradia atual?**

**8. Quais suas atividades?**

**9. Estudou quanto tempo? Lembra até que nível?**

**10. Você poderia dizer quanto acha que ganha mensalmente? \_\_\_\_\_**

0 a 1/2 salário mínimo

1/2 a 1 salário mínimo

- ( ) 1 a 2 salários mínimos
- ( ) acima de dois salários mínimos

**11. O (a) senhor (a) tem filhos? Se sim, quantos?**

**12. Sua renda é toda proveniente do dendê?**

## II. QUESTÕES REFRENTES AO TRABALHO DOS TRABALHADORES RURAIS

- 1) Há quanto tempo trabalha no plantio do dendê?
- 2) Possui outra atividade além do trabalho no plantio do dendê?
- 3) Sua fonte de renda é obtida somente pelo trabalho no plantio do dendê?
- 4) O senhor/a pode descrever como é a sua rotina de trabalho – falando de quantas horas e dias trabalha?
- 5) Como é o seu contrato de trabalho (carteira/PJ)?
- 6) Sente-se satisfeito com o seu trabalho?
- 7) Qual é a melhor parte do seu trabalho? Qual é que o senhor menos gosta?
- 7) Como é sua relação com seu patrão?
- 8) Possui terras? Se sim, o que planta nela? É agricultor? Como essa renda (se existir) contribui no seu sustento?
- 9) o senhor ou alguém de sua família fazem parte de alguma associação/organização social?

## III. PESSOAS EMPREGADAS NOS PLANTIOS DE DENDÊ

- 10) A empresa em que você trabalha é de capitalistas privados ou é uma sociedade anônima?
- 11) Poderia informar o número de pessoas ocupadas?
- 12) Existem, além dos trabalhadores habituais e regularmente empregados, outros chamados do exterior e, determinadas épocas?
- 13) O local de seu trabalho é rural ou urbano?
- 14) Seu trabalho é realizado a mão ou com a máquina?

## IV. CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 15) Você poderia descrever o estado sanitário de seu ambiente de trabalho? (Ventilação, temperatura, limpeza geral, poeira, umidade).
- 16) Você poderia informar se já existiram acidentes de trabalho?

## V. JORNADA DE TRABALHO

- 17) Qual é o modo de contratação do seu patrão? Você está contratado diariamente, semanalmente, mensalmente?
- 18) Seu salário é calculado por tempo ou por produtividade?

19) Se por tempo, é por uma única hora ou por todo o dia de trabalho?

20) Em caso de trabalhos extras, existe adicional?

21) Poderia informar o valor de seu salário?

**VI. COISAS QUE FAZ FORA DO TRABALHO OU DURANTE O TRABALHO**

22) O que você costuma fazer quando está fora do trabalho? (Ler, praticar exercícios, passeios)

23) Acha o dandê um trabalho leve ou pesado?

24) Se acha uma atividade difícil, o que faz para melhorá-la?

VII. ASPECTOS DA VIDA DOS TRABALHADORES PARA ALÉM DO TRABALHO (RURAL/URBANO). TEMPO DE TRABALHO LIVRE.

- 1) Você mora em que parte de Igarapé-Açu, zona rural ou urbana?
- 2) Os bens de consumos não duráveis que tem acesso são provenientes da agricultura familiar ou do mercado de Igarapé-Açu?
- 3) No tempo livre, o que costuma fazer?
- 4) Possui folgas, férias? Se sim, o que costuma fazer nelas?
- 5) Faz parte da agricultura familiar?
- 6) Sempre trabalhou no dandê?
- 7) Faz alguma outra atividade, em seu tempo livre, para complementar sua renda?

VII. ASPECTOS DA VIDA DOS TRABALHADORES PARA ALÉM DO TRABALHO (RURAL/URBANO). TEMPO DE TRABALHO LIVRE.

- 1) Você mora em que parte de Igarapé-Açu, zona rural ou urbana?
- 2) Os bens de consumos não duráveis que tem acesso são provenientes da agricultura familiar ou do mercado de Igarapé-Açu?
- 3) No tempo livre, o que costuma fazer?
- 4) Possui folgas, férias? Se sim, o que costuma fazer nelas?
- 5) Faz parte da agricultura familiar?
- 6) Sempre trabalhou no dandê?
- 7) Faz alguma outra atividade, em seu tempo livre, para complementar sua renda?

## Apêndice D - Formulário e Questionário aplicado aos imigrantes japoneses

### Roteiro de entrevista – Migrantes japoneses no município de Igarapeçu/Pa

#### I - DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Qual o seu nome?

2. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Outro

3. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

- 10 a 19 anos
- 20 a 49 anos
- 50 anos e mais

4. Qual o seu estado civil?

- Solteira(o)
- Casada(o)
- Viúva(o)
- Divorciada(o)
- Outro

5. Cor/Raça

- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena
- Amarela

6. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?

7. Local de moradia atual?

8. Quais suas atividades? (Deixe que a pessoa declare, não induza ).

9. Nível de escolaridade (Melhor perguntar se estudou na escola e quanto tempo. Se for o caso a pessoa diz até que nível ou você pergunta se lembra, mas podes manter a pergunta fechada).

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

**10. Qual a sua renda mensal?** (Perguntar se a pessoa pode dizer quanto acha que ganha por mês) \_\_\_\_\_

- ( ) 0 a ½ salário mínimo  
 ( ) ½ a 1 salário mínimo  
 ( ) 1 a 2 salários mínimos  
 ( ) acima de 2 salários mínimos

**11. A(o) senhora(o) tem filhos? Se sim, quantos?**

**12. Seus pais são todos NASCIDOS NO JAPÃO?** (Se tiver filhos e for casado) Sua esposa, filhos e netos são nascidos no Japão?

## II – CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DE MIGRAÇÃO E RELAÇÃO COM A AGRICULTURA/INDÚSTRIA DO DENDÊ

**13. Como a sua vinda para o município?**

**14. Qual atividade era desenvolvida pelo SENHOR antes vir para o (município? Pará? Brasil?)** (Em que você trabalhava antes de vim para cá? O que motivou sua vinda?)

**15. Quais os motivos que o levaram a vir pra o (Brasil)?**

**16. 6. O senhor sempre foi agricultor? O que o senhor plantava no início?** (esta pergunta depende da resposta de 5. Será que se tornou agricultor somente quando chegou aqui por necessidade – interessante ver se veio através de uma política de migração do estado, ou se foi espontâneo. Ou se algum familiar que o motivou a vir).

**17. Como você chegou ao dendê? O que motivou o senhor a plantar o dendê?**

## III – CARACTERIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA AGRICULTURA/INDÚSTRIA DO DENDÊ

**18. Como o senhor observa as mudanças que ocorreram no (município) desde que o senhor chegou aqui? E também, na sua vida. Pode descrever essas mudanças ou citar alguns fatos e datas?** ( O que foi mudando na sua vida desde que você chegou?)

**19. Qual foi a melhor mudança e qual a a mudanças desagradável?**

**20. Como foi a aquisição de terras para os cultivos, arrendamentos, concessão do poder público de terras devolutas, compra?**

- Onde foi o seu primeiro terreno para a plantação do dendê (se esta foi a primeira atividade da pessoa. Se foi outro plantio, desdobre a questão).

- Como o senhor adquiriu este terreno? (se a sessão da terra foi fruto de alguma política pública – veja se teve algum pagamento, subsídio. Em quantos anos pagou etc. como pagou?)

- se ele foi um dos fundadores das empresas, pergunte: como surgiu a ideia de constituir a/s empresa/s? (busque saber se foi originada numa política, quando, com que recursos? Quantas pessoas envolvidas?).

21. Os trabalhadores da empresa em seu início vinham de fora ou do município (Pará, Brasil)? Faziam parte os familiares? E ao longo dos anos, foi mudando o perfil desses trabalhadores?
22. O senhor conseguiria lembrar se eram mais homens que mulheres, antes e agora? Se tinha um perfil específico a ser escolhido para o trabalho? (tente captar se eles escolhiam mais japoneses ou pessoas de fora do Pará? Se exigiam alguma especialização ou experiência? Se havia um tratamento diferente para mulheres ou pardos/negros ou locais, exercendo atividades menos ou mais braçais, por exemplo. Mas com muito cuidado.) (Você sempre empregou força de trabalho de fora? Ou teve um momento que empregou força de trabalho da família?)
23. Quais as principais diferenças que o senhor observa em relação aos investimentos realizados pelo senhor em outras atividades (produtivas) antes da agricultura do dendê e os atuais? Em qual dos períodos obteve investimentos mais satisfatórios, pode declarar?  
  
(Quais os principais gastos você tinha antigamente, em outras atividades produtivas? E quais gastos você possui hoje na agricultura do dendê? Qual das culturas dava mais renda para o senhor, isto é, lucro? )
24. Quais as principais diferenças que o senhor observa nas condições de trabalho dos empregados, dentro e fora da indústria (fazer distinção entre os dois espaços da indústria do dendê) (Como eram as condições de trabalho antigamente e como são as de hoje?)
25. Como o senhor percebe que serão as próximas gerações de trabalhadores da indústria do dendê?
26. O senhor acha que a indústria do dendê se alinha as ideias de sustentabilidade propostas para a Amazônia e Brasil? Qual a principal contribuição da indústria do dendê para esse fim? Como vem sendo feito esse processo de sustentabilidade? (busque alinhar aquela informação de seu texto em que os discursos da empresa vão se alinhando aos projetos de desenvolvimento sustentável).

**Apêndice E - Formulário e questionário aplicado aos produtores rurais**

Roteiro de entrevistas produtores rurais

**I - DADOS SOCIOECONÔMICOS**

**1. Qual seu nome?**

**2. Sexo**

Feminino

Masculino

Outro

**3. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_**

10 a 19 anos

20 a 49 anos

50 anos

**4. Qual o seu estado civil?**

Solteiro (a)

Casado (a)

Viúvo (a)

Divorciado (a)

Outro

**5. Cor/Raça**

Branca

Parda

Preta

Indígena

Amarela

**6. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?**

**7. Local de moradia atual?**

**8. Quais suas atividades?**

**9. Estudou quanto tempo? Lembra até que nível?**

**10. Você poderia dizer quanto acha que ganha mensalmente? \_\_\_\_\_**

0 a 1/2 salário mínimo

1/2 a 1 salário mínimo

- ( ) 1 a 2 salários mínimos
- ( ) acima de dois salários mínimos

**11. O (a) senhor (a) tem filhos? Se sim, quantos?**

**12. Sua renda é toda proveniente do dendê?**

**II. QUESTÕES REFERENTES A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA POR ASSOCIAÇÃO NA PALMASA, EM IGARAPÉ-AÇU.**

- 1) Quantos hectares de terras o senhor/a possui?
- 2) A quanto tempo o senhor/a trabalha com a dendeicultura?
- 3) Os recursos para investimento no dendê são provenientes de créditos ou são próprios?
- 4) Qual foi o investimento na plantação do dendê?
- 5) A força de trabalho por vocês contratada é original de que lugar?
- 6) Vocês fazem contrato com agricultores familiares? Se sim, como é realizado o contrato?
- 7) Como é a sua relação com os trabalhadores que vocês empregam?
- 8) Vocês fornecem cachos para a Palmasa?
- 9) Vocês assinam algum contrato para que só forneçam para ela?
- 10) Vocês são associados a Palmasa? Se sim, como é constituída a associação?
- 11) Você possui relação com algum sindicato?

**III. QUESTÕES REFERENTES AO PROCESSO DE TRABALHO**

- 1) Como é feito o pagamento dos salários para os trabalhadores?
- 2) Os trabalhadores trabalham todos os dias da semana?
- 3) Os trabalhadores recebem mensalmente?
- 4) Os trabalhadores possuem carteira assinada?
- 5) Eles trabalham apenas no dendê?
- 6) A preferência pela força de trabalho é de pessoas mais jovens ou com mais experiências?
- 7) Seus trabalhadores trabalham apenas no dendê ou em outras atividades?
- 8) Se trabalham em outras atividades, existe um adicional?
- 9) Qual a época que mais contratam, entre a safra ou na safra?
- 10) Os trabalhadores são sindicalizados?

**IV. QUESTÕES REFERENTES A QUESTÃO AMBIENTAL**

- 1) Você possui plantações de dendê perto de recursos hídricos? Se sim, onde estão localizadas?
- 2) Você conhece alguma contribuição do dendê para a conservação do meio ambiente

---

São repassados algumas orientações com relação a conservação do meio ambiente?

3) Vocês promovem a inclusão dos agricultores familiares na cadeia de produção do dendê? Dão algum suporte técnico, financeiro, social, para esses agricultores?

4) Como é concedido o Selo do Biocombustível?

5) A Palmasa produz óleo da amêndoa, base vegetal para o biocombustível?

**Apêndice F - Formulários e questionários aplicados aos trabalhadores rurais  
contratados pelos produtores rurais**

*Name:* \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

O presente questionário possui interesses estritamente acadêmicos e sociais, com observâncias à aspectos éticos. Servirá como base de dados para a redação da dissertação do mestrando – em sociologia e antropologia (PPGSA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – Marlon Kauã Silva Cardoso. Possui como objetivo geral compreender o perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais que laboram na dendeicultura.

× Data do preenchimento do questionário: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_. Horário: \_\_\_\_\_

1) Sexo: Mas. ( ) Fem. ( ) Não Binário. ( )

2) Cor ou raça: Branca. ( ) Preta. ( ) Parda. ( )

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

4) Possui filhos?

Sim. ( ) Não. ( )

Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

5) Qual seu nível de escolaridade?

Ens. fundamental. ( ) Ens. Médio. ( ) Ens. Superior completo. ( )

\_\_\_\_\_

6) Qual sua ocupação profissional nos plantios?

\_\_\_\_\_

7) Qual seu local de residência? (Cidade, bairro, rua)

---

8) Qual sua média salarial?

---

9) Quanto é sua jornada de trabalho? (Horas de trabalho)

---

10) Possui alguma relação com sindicatos?

Sim. ( ) Não. ( )

11) Possui terras?

Sim. ( ) Não. ( )

12) Sua fonte de renda familiar é toda da dendeicultura?

Sim. ( ) Não. ( )

**Formulário com perguntas aos trabalhadores contratados pelos produtores rurais**

- 1) Qual a função de seu trabalho no dendê?
- 2) Possui família?
- 3) A sua renda é toda do dendê?
- 4) Como é trabalhar na dendeicultura?
- 5) Trabalha em quais dias da semana?
- 6) Como é a forma de pagamento?
- 7) Que horas você começa a trabalhar?
- 8) Como é a sua relação com seu patrão?
- 9) Possui relação com sindicatos?
- 10) Acha seu trabalho cansativo?

**Apêndice G - Questionário e Formulário aplicado especificamente para o produtor rural, um dos donos da Agrocomercial Marajora Ltda**

Roteiro de entrevistas produtores rurais

I - DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Qual seu nome? NELSON NORIARI JESUGI

2. Sexo

( ) Feminino

Masculino

( ) Outro

3. Qual a sua idade? 56

( ) 10 a 19 anos

( ) 20 a 49 anos

( ) 50 anos

4. Qual o seu estado civil?

( ) Solteiro (a)

Casado (a)

( ) Viúvo (a)

( ) Divorciado (a)

( ) Outro

5. Cor/Raça

( ) Branca

( ) Parda

( ) Preta

( ) Indígena

Amarela

6. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)? Tomé - Açu

7. Local de moradia atual? Igarapé - Açu

8. Quais suas atividades? Agricultor

9. Estudou quanto tempo? Lembra até que nível? Nível superior

10. Você poderia dizer quanto acha que ganha mensalmente? \_\_\_\_\_

( ) 0 a 1/2 salário mínimo

( ) 1/2 a 1 salário mínimo

( ) 1 a 2 salários mínimos

(X) Acima de dois salários mínimos

11. O (a) senhor (a) tem filhos? Se sim, quantos? *Três*

12. Sua renda é toda proveniente do dendê? *Agricultura*

II. QUESTÕES REFERENTES A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA POR ASSOCIAÇÃO NA PALMASA, EM IGARAPÉ-AÇU.

- 1) Quantos hectares de terras o senhor/a possui?
- 2) A quanto tempo o senhor/a trabalha com a dendeicultura?
- 3) Os recursos para investimento no dendê são provenientes de créditos ou são próprios?
- 4) Qual foi o investimento na plantação do dendê?
- 5) A força de trabalho por vocês contratada é original de que lugar?
- 6) Vocês fazem contrato com agricultores familiares? Se sim, como é realizado o contrato?
- 7) Como é a sua relação com os trabalhadores que vocês empregam?
- 8) Vocês fornecem cachos para a Palmasa?
- 9) Vocês assinam algum contrato para que só forneçam para ela?
- 10) Vocês são associados a Palmasa? Se sim, como é constituída a associação?
- 11) Você possui relação com algum sindicato?

III. QUESTÕES REFERENTES AO PROCESSO DE TRABALHO

- 1) Como é feito o pagamento dos salários para os trabalhadores?
- 2) Os trabalhadores trabalham todos os dias da semana?
- 3) Os trabalhadores recebem mensalmente?
- 4) Os trabalhadores possuem carteira assinada?
- 5) Eles trabalham apenas no dendê?
- 6) A preferência pela força de trabalho é de pessoas mais jovens ou com mais experiências?
- 7) Seus trabalhadores trabalham apenas no dendê ou em outras atividades?
- 8) Se trabalham em outras atividades, existe um adicional?
- 9) Qual a época que mais contratam, entre a safra ou na safra?
- 10) Os trabalhadores são sindicalizados?

IV. QUESTÕES REFERENTES A QUESTÃO AMBIENTAL

- 1) Você possui plantações de dendê perto de recursos hídricos? Se sim, onde estão localizadas?
- 2) Você conhece alguma contribuição do dendê para a conservação do meio ambiente

São repassados algumas orientações com relação a conservação do meio ambiente?

- 3) Vocês promovem a inclusão dos agricultores familiares na cadeia de produção do dendê? Dão algum suporte técnico, financeiro, social, para esses agricultores?
- 4) Como é concedido o Selo do Biocombustível?
- 5) A Palmasa produz óleo da amêndoa, base vegetal para o biocombustível?

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

Marlon Kauã Silva Cardoso, (91) 982296151, marlonka.mk@gmail.com.

#### CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

CONTATO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA:  \_\_\_\_\_

## Apêndice H - Termo de livre consentimento

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento, depois selecionar a opção correspondente no final dele (ACEITO PARTICIPAR ou NÃO ACEITO PARTICIPAR) e deixar um meio para contato contigo, pode ser seu e-mail ou telefone, como você preferir. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, tais como: objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “A dendeicultura em Igarapé-Açu/Pará: Um olhar sobre as relações de trabalho que tipificam o trabalhador rural na agroindustrial Palmasa”. Para ter uma cópia deste TCLE, você poderá imprimi-lo, ou gerar uma cópia em pdf, ou solicitar que seja enviado ao seu e-mail uma versão deste documento.

#### ***PARA PESQUISAS COM QUESTIONÁRIOS E FORMULÁRIOS***

A pesquisa será realizada por meio de um questionário, constituído por 12 itens para explicar o perfil socioeconômico dos trabalhadores rurais de dendê. O tempo para a aplicação dos questionários e do formulário será de uma hora. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

O questionário estará disponível para ser respondido entre os dias 03/11 de 2023 e 30/11 de 2023.

#### ***PARA PESQUISAS FEITAS POR MEIO DE ENTREVISTAS***

A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 25 itens organizados em forma de formulário, de caráter semiestruturado para compreender as dimensões qualitativas da atividade dos trabalhadores rurais.

O agendamento das entrevistas acontecerá entre 03/11/2023 a 30/11/2023.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição ou caso já tenha respondido mas mesmo assim prefira retirar seu consentimento, basta enviar solicitação de retirada de participação da pesquisa pelo seguinte contato: celular: (91) 982296151; email: marlonka;mk@gmail.com.

Alguns riscos do estudo: os entrevistados podem deparar-se com suas falas na mografia interpretadas pelo enfoque teórico/metodológico da pesquisa, o que pode gerar possíveis distorções.

Benefícios do estudo: evidenciar a forma como a prática agrícola do dendê e as relações de trabalho que a acompanham ocorrem no município.

Forma de devolução da pesquisa: de forma opcional, caso seja da preferência do entrevistado, poderemos conceder uma cópia da pesquisa.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Esta pesquisa está sendo realizada sob as dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará. Caso persista alguma dúvida, o endereço da instituição é Rua Augusto Corrêa, 01 Campus Universitário do Guamá, Belém, Pará, Brasil - CEP 66.075.110

Você poderá também enviar um email: [ppgsa@ufpa.br](mailto:ppgsa@ufpa.br)

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

Celular: (91) 982296151; Email: [marlonka.mk@gmail.com](mailto:marlonka.mk@gmail.com).

#### **CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

CONTATO: \_\_\_\_\_ (Forma de contato)

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

Marlon Kauã Silva Cardoso, (91) 982296151, [marlonka.mk@gmail.com](mailto:marlonka.mk@gmail.com).

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

CONTATO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_